

SECRETARIA
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO-BRANCO

1975

INSTITUTO RIO-BRANCO

ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO-BRANCO — 1975

SUMÁRIO

HISTÓRICO	9
ORGANIZAÇÃO	11
DIA DO DIPLOMATA	
Formatura da Turma de 1974	13
Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores	15
ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO	
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	23
Programas	29
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	
Organização do Curso	41
Ano Letivo — 1975	46
Programas	51
Diplomandos de 1975	87
Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas	91
Programas	95
Cursos Especiais e de Extensão	103
Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata	105
Programas	110
Biblioteca	122
ANEXOS	
Textos das Provas do Exame Vestibular	
Provas de Seleção Prévia	129
Provas Vestibulares Finais	136
Textos das Provas do Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata	139
Legislação	153
Pessoal	171
Pessoal do Instituto Rio-Branco de 1945 a 1975	173
Professores do Instituto Rio-Branco	177
Relação dos ex-Professores do Instituto Rio-Branco	192

INSTITUTO RIO-BRANCO

1975

Diretor:

EMBAIXADOR ALFREDO TEIXEIRA VALLADÃO

(De 31/05/73 a 30/12/75)

MINISTRO SERGIO FERNANDO GUARISCHI BATH

Chefe da Secretaria:

SECRETÁRIO MARIA DA NATIVIDADE DUARTE RIBEIRO PETIT

Coordenador de Ensino:

SECRETÁRIO ADHEMAR GABRIEL BAHADIAN (INTERINO)

Secretária-Administrativa do IRBR:

MARIA GEMINA MACEDO DE QUEIROZ

O Instituto Rio-Branco foi criado pelo Decreto-lei n.º 7.473, de 18 de abril de 1945, na ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco. A idéia, já anteriormente lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, voltou a tomar impulso, dinamizada pelo seu próprio autor.

Os objetivos específicos do Instituto eram, de um lado, a formação básica do diplomata profissional e, de outro, a manutenção do seu aperfeiçoamento contínuo.

A regulamentação e o início da realização das metas, fixadas pelo Decreto-lei n.º 7.473, ocorreram já no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no quadro do Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio-Branco e lhe regularam o funcionamento mantiveram o sistema dualista de admissão à Carreira diplomática, isto é, de concursos diretos, chamados concursos de provas, e de exame vestibular seguido do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, com a duração de dois anos. Esta última forma vem prevalecendo sobre a primeira, para responder à necessidade de fornecer aos futuros Diplomatas o treinamento profissional prévio adequado, recorrendo-se ao concurso de provas apenas quando o número de vagas na classe inicial da carreira o exija.

Pelo Decreto n.º 45.535, de 5 de março de 1959, foi alterada a sistemática do Exame Vestibular, no sentido de que seu processamento se realize em duas etapas, consistindo a primeira de provas de seleção prévia. (*) Ademais, o trabalho de seleção

(*) De acordo com a Portaria Ministerial nº 411, de 25 de julho de 1975, estas Provas passaram a denominar-se **Provas Vestibulares Iniciais**.

poderá ser realizado em localidades onde se apresente número suficiente de candidatos, ampliando-se assim a área geográfica do recrutamento e logrando-se ao mesmo tempo a descentralização do Exame Vestibular.

Até 1975 foram realizados 30 exames vestibulares e, através do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, foram formados 562 diplomatas. Com a nomeação da turma de 1975 elevou-se a 617 o número de funcionários que ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco, incluindo-se, entre estes, os 55 recrutados mediante Concurso de Provas relativos aos anos de 1954, 1955, 1962 e 1967.

Por despacho de 5 de junho de 1975 o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura homologou o Parecer n.º 1.842/75, (*) do Conselho Federal de Educação, que reconhece o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata como curso de graduação de nível superior e atribui ao Instituto Rio-Branco a designação de estabelecimento de nível superior.

Nos termos do Relatório que informou o citado Parecer, o reconhecimento em questão "permite aos diplomados pelo C.P.C.D. gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior".

(*) Ver Legislação — página n.º 166.

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

As atividades do Instituto são disciplinadas pelo Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, complementado pela Portaria n.º 357, de 15 de março de 1973 e por Regulamento próprio, aprovado pelo Decreto n.º 60.355, de 10 de março de 1967 (alterado pelas Portarias Ministeriais números 401 e 411, respectivamente de 4 de março e 25 de julho de 1975).

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

- I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a Carreira de Diplomata;
- II — o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
- III — a realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito de seus objetivos;
- IV — a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais;
- V — a organização e realização de Plano de Pesquisas e Publicações.

O Instituto, sob a chefia do Diretor, compreende: Secretaria (SBR) e Coordenação de Ensino (CEBR).

O Diretor é nomeado pelo Presidente da República e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário-Geral, dentre os Ministros de Primeira e Segunda Classe.

O Chefe da Secretaria e o Coordenador de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, Conselheiro e Primeiro Secretário. Cabe ao Instituto manter os seguintes cursos:

- I — Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;
- II — Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas;
- III — Curso de Altos Estudos;
- IV — Cursos Especiais;
- V — Cursos de Extensão.

Compete ainda ao Instituto organizar concursos de provas para a Carreira de Diplomata.

DIA DO DIPLOMATA

Realiza-se, tradicionalmente, a 20 de abril, "Dia do Diplomata", data do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco, como parte de suas celebrações, a solenidade de entrega dos diplomas e medalhas aos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Em cerimônia presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General-de-Exército Ernesto Geisel, com a presença de Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República, General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos e do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, foram diplomados, em 1975, os seguintes alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano anterior:

Roberto Pires Coutinho
Edson Marinho Duarte Monteiro
Fernando Jacques de Magalhães Pimenta
João Carlos de Souza Gomes
Carlos Eduardo Botelho da Silva
Eduardo Prisco Paraíso Ramos
João Zicardi Navajas
Mauro Luiz Iecker Vieira
Carlos Alberto Lopes Asfora
José Maria de Carvalho Coelho
Piragibe dos Santos Tarragô
Antônio Fernando Cruz de Mello
Carlos Augusto Loureiro de Carvalho
Moira Aparecida Shouler

José Eduardo Martins Felício
Maria da Graça Nunes Carrión
Francisco José Alonso Velloso Azevedo
Vitor Cândido Paim Gobato
Márcio Araújo Lage

Receberam o "Prêmio Rio-Branco", atribuído ao 1.º e 2.º colocados na classificação final do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Medalha de ouro: Roberto Pires Coutinho
Medalha de prata: Edson Marinho Duarte Monteiro

O "Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva", conferido ao 1.º e 2.º colocados na classificação final dos Exames Vestibulares, foi atribuído aos seguintes integrantes da turma:

Medalha de prata: Carlos Eduardo Botelho da Silva
Medalha de bronze: Roberto Pires Coutinho

Na ocasião, discursou o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, cuja oração é transcrita, integralmente, a seguir.

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR ANTÔNIO FRANCISCO
AZEREDO DA SILVEIRA,
NAS COMEMORAÇÕES, EM 1975, DO "DIA DO DIPLOMATA"
E DA FORMATURA DA TURMA DE 1974 DO
INSTITUTO RIO-BRANCO

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel,

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, General Adalberto Pereira dos Santos,

Meus colegas concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata,

Senhoras e Senhores,

O Dia do Diplomata, que estamos a celebrar neste momento, tem para nós da Carreira um sentido muito especial. Cada ano, e sempre honrados com a presença do Senhor Presidente da República, repetimos o ritual de receber, nessa data, ao convívio da Casa, os novos Diplomatas, concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Sempre o mesmo — o gesto e o seu sentido —, é ele, a cada vez, novo, sem que se diminua nunca a riqueza de sua significação original.

Há um ano atrás, dizia aos diplomatas que iniciavam sua carreira que as tarefas da diplomacia, constantes na forma, em razão das funções que são próprias a essa atividade, assumiam, em determinados momentos, especial urgência e gravidade. Dizia vivermos precisamente um desses momentos, engolfados que estamos na crise que perturba o mundo e que oferece desafios à imaginação, à capacidade criadora e à determinação dos países que crêem ter um destino de grandeza a cumprir. Com a perspectiva que os últimos doze meses nos oferecem, posso hoje ser mais enfático ainda quanto ao papel da diplomacia na construção do destino nacional.

No Brasil, disso podemos nos orgulhar, os diplomatas, sempre teve o Ministério das Relações Exteriores uma clara consciência de suas responsabilidades e sempre procuraram os diplomatas exercer com empenho os seus deveres.

Numa primeira fase da nossa história independente, o problema fundamental da diplomacia brasileira foi o de consolidar a definição do espaço geográfico nacional e o reconhecimento, por parte de outros Estados, dos direitos básicos da Nação. Tão bem se houve o Barão do Rio-Branco na condução das negociações que permitiram dar contornos definidos e juridicamente incontestáveis às nossas fronteiras que justo lhe foi atribuir o título de patrono da diplomacia brasileira e justo continua a ser pagar-lhe o tributo das nossas homenagens, cada ano, neste Dia do Diplomata. A forma pacífica, ordenada, e juridicamente inatacável pela qual o Brasil conseguiu resolver, amigavelmente, com seus vizinhos, os problemas de definição de fronteiras, imprimiu indelével marca à nossa Diplomacia. Desde então e para sempre o Brasil tem defendido, sem exceção, a solução pacífica das controvérsias internacionais, particularmente das disputas de fronteira, tem condenado a aquisição de territórios pela força e tem estabelecido como princípios basilares das relações internacionais o do respeito ao direito dos povos à autodeterminação e o da não-intervenção nos assuntos internos de outros países.

Nas circunstâncias históricas que presidiram a consolidação da nacionalidade brasileira, como Estado independente, era natural que os aspectos formais da independência, nos planos político, como no jurídico, assumissem importância prioritária. Outras nações que se transformaram em Estados em épocas contemporâneas à nossa independência seguiram curso semelhante. As conseqüências da recessão da década dos trinta e, mais dramaticamente ainda, a universalização da Guerra de 39 despertaram as consciências nacionais para a necessidade de reorganização da ordem econômica internacional de modo a diminuir as dependências econômicas e as vulnerabilidades às crises. Para países como o Brasil, o problema apareceu sob a forma de uma convicção generalizada da urgência do desenvolvimento econômico nacional. Em outras partes do mundo, a idéia de desenvolvimento econômico apareceu ligada à da própria independência política. Embora, a princípio, a questão da eliminação do colonialismo tivesse parecido ser um problema restrito a esses novos países, com o tempo verificou-se que, de uma forma ou de outra, todos os países do mundo seriam arrastados a parti-

cipar dessa revolução fundamental e indispensável ao progresso geral que é a terminação do colonialismo em todas as suas formas.

Durante esse período, a diplomacia brasileira passou por profundas transformações e quem acompanhou o processo de modernização do Brasil sabe do papel relevante que tiveram os diplomatas brasileiros na abertura do Brasil aos ventos do progresso econômico e tecnológico e às idéias de autonomia, cooperação e desenvolvimento. Houve época em que, nas fileiras da diplomacia é que eram recrutados muitos dos técnicos que em outros órgãos da administração vieram introduzir as mais renovadoras idéias de administração e de política. Hoje, o Itamaraty continua ainda a fornecer contingentes respeitáveis de funcionários capazes para outros setores da vida pública e, em medida crescente, mesmo para a empresa privada no Brasil. Isso cria, obviamente, problemas para o Ministério das Relações Exteriores, cujas responsabilidades se ampliam e cujas necessidades de profissionais competentes são cada vez maiores. Não deixa de ser, porém, também, um testemunho da capacidade que continua a ter o Itamaraty de produzir homens de escol.

Se grandes foram as transformações por que passou o Brasil, da diplomacia de fronteiras à diplomacia econômica, quais não serão as por que terá que passar no futuro, quando se afigura irrecusável para o país uma presença de crescente importância no cenário internacional, cenário esse cada vez mais complexo e dinâmico? Há poucas semanas, dizia eu no Recife, em aula com a qual inaugurei os cursos de Direito deste ano, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, que, ao convocarmos, hoje, jovens para iniciar a Carreira de Diplomata, estamos convidando a receber de nossas mãos o bastão da diplomacia brasileira aqueles que serão, mais tarde, os Embaixadores do Brasil do ano 2000.

Parece distante essa data que fascina e a ninguém ocorre pensar que o que fazemos hoje estará influenciando no que pudermos ser então. No entanto, é tão breve o espaço de uma geração.

Há um quarto de século, os que hoje ocupamos os cargos de chefia desta Casa e os que temos os encargos de chefiar as representações do Brasil no Exterior, estávamos, como os senhores, iniciando nossos passos na Casa de Rio-Branco. Teria sido presunçoso pensar, ao iniciarmos nossas carreiras, que então nos fosse possível antecipar as transformações profundas que o Brasil e o mundo vieram a sofrer nesses últimos vinte e cinco anos e esperar estar habilitados para enfrentar os problemas

por elas criados na melhor forma e no momento mais oportuno. Muito tivemos que aprender ao longo de nossas vidas profissionais e só o esforço contínuo de adaptação e renovação nos permitiu guardar a possibilidade de ir correspondendo à realidade cambiante sobre a qual éramos chamados a atuar. Da mesma forma seria presunçoso esperar que a preparação que hoje damos aos novos diplomatas os torne implicitamente aptos a enfrentar todas as hipóteses do futuro. É nosso dever ter clara a percepção de que esse futuro é forçosamente diferente do presente e é nossa a responsabilidade de procurar habilitar os novos diplomatas a enfrentar eventualidades de cenário de enorme variação e amplíssimas possibilidades.

Poucas profissões do Serviço Público exigirão tanta versatilidade de seus praticantes quanto a diplomacia. Quando a multiplicação dos contatos internacionais sobre toda sorte de problemas exigiu do diplomata a presença negociadora em assuntos que iam da meteorologia à saúde pública, da aviação à hidrologia, da negociação tarifária aos problemas ecológicos, do desarmamento à cooperação atômica, e assim por quase todos os campos do conhecimento, mordazmente se disse que o diplomata moderno havia sido forçado a tornar-se um especialista em generalidades. Nada mais injusto, e desmentido, pelos fatos. Com efeito, se é útil e contínua a cooperação entre o Itamaraty e os outros órgãos internos da Administração que tratam de assuntos específicos o fato é que, por maior que seja a competência e a dedicação dos funcionários desses outros órgãos, não seria justo deles esperar que possuam, também, a visão de conjunto de política externa e a prática de negociação, sem as quais é impossível obter-se resultados satisfatórios na negociação no plano internacional. O diplomata continua a ser imprescindível para levar a cabo a tarefa de negociação no plano externo, aliada às outras que lhe são próprias, e na medida em que se amplia e se diversifica o terreno da sua atuação, dele se exigem, para que bem execute sua missão, conhecimentos sempre mais variados e cada vez mais profundos.

Não iremos sobrecarregar a agenda de conhecimentos requeridos ao diplomata dele exigindo que seja também um futurólogo. Nem está a futurologia tão acreditada assim. Não é possível deixar de ter presente, porém, que a realidade nacional e a internacional passam por rápida evolução e que para sermos eficientes amanhã temos que ser previdentes hoje. Temos que ir antecipando os avanços de que somos potencialmente capazes para ir criando, a tempo, as condições para alcançá-los da forma mais completa. Isso pensamos fazer no que respeita à preparação dos futuros diplomatas do Brasil. Essa preparação não se

esgota na formação dos candidatos a diplomata no Instituto Rio-Branco. Abrange, também, o aperfeiçoamento do diplomata, sua "reciclagem", para usar uma expressão moderna, de forma a manter o Corpo de diplomatas brasileiros atualizado com os problemas que são próprios da sua atividade e com as novas técnicas que vão surgindo e que podem ser utilizadas para seu exame e tratamento.

Acredito que as medidas que estão sendo estudadas no Itamaraty com esses propósitos possam contribuir para difundir entre os jovens do Brasil maior interesse pela carreira de diplomata. Não obstante o elevado conceito de que goza o Instituto Rio-Branco e o indiscutível prestígio da profissão de diplomata na mente popular, não tem sido possível ao Itamaraty recrutar o número de diplomatas necessário ao preenchimento da classe inicial da carreira, com isso prejudicando-a em todos os seus escalões. Seria injusto atribuir esse resultado a possíveis falhas no sistema de recrutamento. Essas poderão existir e devem ser corrigidas. Forçoso é reconhecer, porém, que outros e graves fatores podem estar contribuindo para esse resultado. A alta soma de conhecimentos que se requer do diplomata, a versatilidade da personalidade que o deve caracterizar, e outras peculiaridades que informam a atividade do profissional da diplomacia nele fazem reunir-se um conjunto de qualidades que o tornam particularmente apto a lidar com problemas contemporâneos também em outras faixas de atividade e em outros setores da vida nacional. As oportunidades abertas a quem possua essas qualidades são hoje inúmeras e competitivas. Nesse quadro, os incentivos de caráter não material que a participação numa política externa altamente positiva e dinâmica como a do Brasil podem representar não têm sido capazes de compensar aqueles de natureza distinta encontráveis em outros ramos de atividades.

O Governo tem estado atento para essa questão. Medidas significativas já foram tomadas para atendê-la e outras são, no momento, objeto de consideração pelas autoridades competentes.

Senhor Presidente da República, dentro de poucos meses pretendo submeter a Vossa Excelência algumas idéias específicas sobre os problemas do recrutamento, da preparação e do aperfeiçoamento do pessoal diplomático. Os estudos que ora se processam no Itamaraty para esse fim visam a ampliar a representatividade regional e social do povo brasileiro no recrutamento dos novos diplomatas, modernizar as técnicas de preparação para a Carreira com vistas a equipar ainda mais os diplomatas para as necessidades do futuro, e, como indicado acima, promover a constante atualização dos diplomatas para que não venham a

ser ultrapassados em seus conhecimentos e suas técnicas em razão da aceleração adquirida pelas transformações tecnológicas do nosso tempo. Desses estudos faz parte a previsão das necessidades crescentes de relacionamento entre o Itamaraty e outros órgãos da Administração e entre o setor Público e o Setor privado da economia nacional. Igualmente, neles se prevê as necessidades e as conveniências do relacionamento entre o Itamaraty e a Universidade e o problema da criação de uma opinião pública não-profissional sobre assuntos internacionais. Acredito que as medidas que o Governo de Vossa Excelência vem tomando para respaldar o exercício da atividade diplomática e o estímulo que possa resultar da adoção de reformas modernizadoras certamente trarão maior alento ao interesse da juventude brasileira para ingressar nas fileiras do Itamaraty, contribuindo dessa forma para que ele possa, com mais energia e mais eficiência, trabalhar pela tarefa de engrandecimento nacional, no campo específico das relações externas, ao qual Vossa Excelência soube dar tão clarividente dinamismo e impulso renovador.

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO
EM 1975

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATÁ (*)

A admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se faz mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três fases: a) provas de seleção prévia; b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista; c) provas vestibulares finais.

As provas de seleção prévia se realizam, concomitantemente, na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases se efetuam na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes nos Estados que se habilitam nas provas de seleção prévia, o Instituto Rio-Branco provê transporte e hospedagem, no Rio de Janeiro, para se submeterem aos demais exames e provas.

(*) De acordo com a Portaria Ministerial n.º 411, de 25 de julho de 1975, foram alterados dispositivos do Regulamento do Instituto Rio-Branco no tocante aos Exames Vestibulares para admissão ao C.P.C.D. Outrossim, as instruções e programas, regidos pela Portaria Ministerial n.º 412, da mesma data, para o Vestibular referente ao ano de 1976, iniciado em novembro do ano em curso, sofreram, igualmente, modificações.

As Provas de Seleção Prévia passam a denominar-se **Provas Vestibulares Iniciais**. As duas primeiras — Português e Inglês — têm caráter eliminatório, sendo 50 (cinquenta) a nota mínima para aprovação em cada uma delas. Na 3.ª prova, que é classificatória, a língua estrangeira é opcional, podendo o candidato escolher entre Francês, Alemão e Espanhol.

Com referência às **Provas Vestibulares Finais**, somente a prova de História do Brasil é eliminatória, exigindo-se nota mínima de 50 (cinquenta). As provas de Geografia, História Mundial e Direito são classificatórias.

São considerados aprovados os candidatos que forem habilitados em cada uma das matérias eliminatórias e que obtenham média global igual ou superior a 50 pontos.

As informações relativas ao Exame Vestibular, 1975/76, serão incluídas no próximo Anuário do Instituto Rio-Branco.

São condições para a inscrição no Exame Vestibular: a) ser brasileiro e atender o requisito do art. 145, parágrafo único, da Constituição Federal; b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade; c) ser eleitor e estar quite com as obrigações militares; d) ter idoneidade moral, apresentando atestado de antecedentes; e) estar vacinado contra a varíola, apresentando atestado fornecido por autoridade sanitária; f) ter concluído, pelo menos, a segunda série ou 4.º período de curso de graduação de escola superior reconhecida, ou de universidade estrangeira, neste caso, desde que comprovada a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Por ocasião da inscrição, bastará a apresentação de atestado de matrícula na segunda série, mas será essencial prova de conclusão daquela série acadêmica para a efetivação da matrícula no Curso de Preparação.

Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A divulgação do vestibular é feita, por funcionários da Carreira, nas diferentes capitais onde funcionam os centros de inscrição.

Os candidatos aprovados nas provas de seleção prévia são submetidos a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco. É também realizada investigação dos costumes e do conceito corrente dos candidatos. Os exames e a investigação têm efeito eliminatório.

Uma comissão designada pelo Diretor do Instituto, entrevista os candidatos e, com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, emite, a respeito de cada um deles, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais. Quando a comissão conclui contrariamente à admissão do candidato, o Diretor submete o respectivo expediente, com o seu parecer, à decisão do Ministro de Estado. De igual forma procede o Diretor caso discorde de parecer favorável da comissão.

As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular e a aferir conhecimentos básicos indispensáveis aos estudos a serem realizados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Essas provas versam sobre as seguintes matérias: Geografia, História do Brasil, História Mundial e Direito. Todas as provas são eliminatórias.

São considerados aprovados os candidatos que obtêm a nota mínima de 50 pontos em cada matéria e a média global mínima de 60 pontos. Os candidatos aprovados ficam habilitados a matricular-se no 1.º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo edital de abertura de inscrição. O Exame Vestibular só é válido para matrícula no C.P.C.D. no ano letivo imediato.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

As inscrições para o Exame Vestibular permaneceram abertas de 12 de agosto a 11 de outubro de 1974.

As provas de Seleção Prévia efetuaram-se nos dias 27, 28 e 29 de novembro no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

A banca examinadora, presidida pelo Embaixador Alfredo Teixeira Valladão, Diretor do Instituto Rio-Branco, e assessorada pelos Secretários Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit, Chefe da Secretaria, e Raphael Valentino Sobrinho, Coordenador de Ensino, ficou assim constituída:

Português

Professores

Carlos Henrique da Rocha Lima
Evanildo Bechara e
Adhemar Gabriel Bahadian

Francês

Professoras

Suzanne Mesquita
Brigitte Lorenzana Calcaneo e
Fátima dos Santos

Inglês

Professoras

Aíla de Oliveira Gomes
Maria Regina Abrantes da Silva Pinto e
Klara Silvia Wirz

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro foram aplicadas pelos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Sérgio Eduardo Dias Lemgruber
Brasília — Conselheiro Arnaldo Rigueira
Porto Alegre — Secretário Antonio Ferreira da Rocha
Recife — Secretário Marcelo Didier
Salvador — Secretário Guilherme Parreiras Horta
São Paulo — Secretário Carlos Alberto Pimentel

Movimento Geral

Inscritos	238
Desistentes	66
Submeteram-se às provas	172
Aprovados	14

EXAMES DE SANIDADE E CAPACIDADE FÍSICA E PSÍQUICA, INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ENTREVISTA

Os Exames da 2.^a Fase do Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata tiveram início em janeiro de 1975: exames de sanidade e capacidade física realizados no Centro de Medicina Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Brigadeiro-Médico Doutor Plínio Ricciardi e exames de sanidade e capacidade psíquica efetuados nos Institutos de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela seguinte comissão: Doutores Eustachio Portella Nunes Filho, Luciano Barbosa Lopes e Jorge Adelino Rodrigues da Silva e Psicólogas Júlia Maria de Almeida Chermont e Maria Cecília Moraes de Oliveira e Silva. Como Coordenador dos referidos exames foi designado o Doutor Fernando Cardoso de Souza, encarregado do Setor Médico do Escritório Regional do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro.

A comissão incumbida de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7.^o e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Conselheiro Sérgio de Queiroz Duarte, Conselheiro Adolpho Corrêa de Sá e Benevides e Secretária Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit.

Submeteram-se a esses exames 14 candidatos aprovados nas provas de seleção prévia realizadas em dezembro de 1974.

Convocados	14
Inabilitados	1
Habilitados	13

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

As provas vestibulares finais se realizaram de 3 de fevereiro a 3 de março. A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Alfredo Teixeira Valladão, e assessorada pela Secretária Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit, Chefe da Secretaria do IRBR, ficou assim constituída:

Geografia

Professora

Berta Koiffmann Becker

História do Brasil

Professores

Américo Lourenço Jacobina Lacombe e
José Sales Tiné

História Mundial

Professores

Fernando Sgarbi Lima e
Arno Wehling

Direito

Professores

Caio Mário da Silva Pereira e
Flávio Bauer Novelli

Movimento Geral

Matérias	Prestaram Prova	Reprovados	Aprovados
Geografia	13	1	12
História do Brasil	12	—	12
História Mundial	12	—	12
Direito	12	—	12

Foi a seguinte a classificação final:

Edmundo Sussumu Fujita
 (Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de prata)
 Marcus André Rouanet Machado de Mello
 (Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de bronze)
 José Antônio Marcondes de Carvalho
 Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto
 Enio Cordeiro
 Luiz Gilberto Seixas de Andrade
 Afonso José Sena Cardoso
 José Carlos de Araújo Leitão
 Victor Manso de Mello Vianna
 Antonio Júlio Cesário de Mello Cirauco
 Maria Luíza Neves Ribeiro
 José Antonio Gomes Piras

PROGRAMAS

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA (*)

PORTUGUÊS

A prova de Português tem a duração de quatro horas e meia e consta das seguintes partes:

- A) **Redação** sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras.
- B) **Resumo** de textos, objetivando atender a exigências de síntese e estilo.

Gramática

- 1) **Fonética:** Distinção entre fonema e letra. Prosódia e ortoepia. Fonética sintática.
- 2) **Morfologia:** Flexão nominal e verbal. A estrutura e a formação das palavras portuguesas.
- 3) **Sintaxe e Estilística:** Concordância nominal e verbal. Regência. Figuras de sintaxe. Sintaxe de colocação. Emprego dos modos e dos tempos verbais.
- 4) **Semântica:** Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado: comparação, imagem e metáfora; metonímia e sinédoque.

(*) Provas de Seleção Prévia relativas ao Exame Vestibular realizado entre novembro de 1974 e março de 1975.

FRANCÊS E INGLÊS

As provas de Francês e Inglês têm, cada uma, a duração de quatro horas e meia e constam de duas partes:

- A) **Redação** sobre tema de ordem geral, com a extensão de no mínimo 400 palavras.
- B) **Versão** de um ou mais textos em português corrente ou literário.

FRANCÊS

Gramática

Formação das palavras derivadas e compostas.

Famílias de palavras, sinônimos, antônimos.

Formas e sintaxe:

- dos artigos definidos, indefinidos, partitivos.
- dos adjetivos qualificativos.
- dos adjetivos numerais.
- dos pronomes pessoais.
- dos adjetivos e dos pronomes demonstrativos.
- dos adjetivos e dos pronomes possessivos.
- dos adjetivos e dos pronomes indefinidos.
- dos adjetivos e dos pronomes interrogativos.
- dos pronomes relativos.
- dos advérbios.
- das preposições e das conjunções.
- do verbo.

Galicismos, expressões idiomáticas de uso corrente.

INGLÊS

Gramática

Substantivos: plurais, formas do possessivo, coletivos compostos, emprego dos artigos.

Adjetivos.

Numerais.

Pronomes (inclusive adjetivos pronominais).

Advérbios (formas, colocação, emprego).

Preposições e conjunções.

Verbos: formas regulares e irregulares. Verbos auxiliares. Emprego das formas verbais.

Verbos compostos (expressões verbais).

Construção da frase e colocação das palavras.

Relação entre ortografia e pronúncia. Acentuação.

Observações: Na correção da redação e da versão são levados em conta principalmente: a riqueza e a precisão do vocabulário; o correto emprego dos verbos; ortografia, concordância; a riqueza e a correção das formas sintáticas; a correção no uso das preposições; a frequência e a correção do emprego de palavras de ligação lógica que não sejam **et, ou, mais e and, or, but**; a capacidade de desenvolver e expor corretamente as idéias apresentadas.

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

GEOGRAFIA

A) A organização do espaço terrestre

1. Os componentes naturais. Inter-relações do relevo, clima, solo e vegetações: características dos grandes eco-sistemas da superfície terrestre e sua significação para o homem.
 - 1.1. as terras áridas.
 - 1.2. as florestas e savanas tropicais.
 - 1.3. as terras mediterrâneas.
 - 1.4. as florestas e os campos das latitudes médias.
 - 1.5. as florestas boreais e as terras polares.
 - 1.6. as terras montanhosas.
2. O homem e suas atividades.
 - 2.1. A distribuição mundial da população e seus fatores.
 - 2.2. A mobilidade da população; o crescimento vegetativo, as migrações internacionais e as migrações internas.
 - 2.3. O desenvolvimento da agricultura; condições naturais e culturais.
 - 2.4. Tipos de economia agrária (agricultura de subsistência e formas de agricultura de mercado).

- 2.5. Condições geográficas, características e distribuição do desenvolvimento industrial moderno.
- 2.6. As fontes de energia; reservas e aproveitamento; seu papel na indústria moderna.
- 2.7. O fenômeno da urbanização no mundo contemporâneo. O papel da cidade na organização regional.

B) Os grandes conjuntos regionais

1. A Anglo-América: características gerais. Os Estados Unidos da América.
2. A Europa Ocidental: características gerais. A Grã-Bretanha. A França. A Alemanha Ocidental.
3. A Europa Oriental: características gerais. A União Soviética.
4. A América Latina: características gerais. O México. Os países do Caribe. Os países andinos. Os países platinos.
5. O Continente africano: características gerais. A África do Norte. A África ao Sul do Saara.
6. A Ásia e o Pacífico: características gerais. O Oriente Médio. A Índia e o Sudeste da Ásia. A China. O Japão. A Austrália.

C) O Brasil

1. O quadro natural:
 - 1.1. Características gerais e principais unidades morfo-estruturais do relevo brasileiro. Os recursos do subsolo.
 - 1.2. Inter-relações do clima, solo e vegetação: as grandes unidades climato-botânicas e suas relações com a ocupação humana.
2. A distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização do país. Estrutura etária e profissional da população. O potencial humano do país.
3. Características da agricultura no Brasil: a estrutura fundiária; a utilização da terra; áreas agropastoris.

4. A atividade industrial: características e distribuição espacial. O potencial energético e seu aproveitamento. Principais centros industriais.
5. Características da rede de transportes.
6. As Grandes Regiões Brasileiras: o quadro natural e a ocupação humana.

HISTÓRIA DO BRASIL

1.ª Parte:

1. **O Descobrimento do Brasil:** As características econômicas, sociais e políticas da Europa, no fim da Idade Média. O Reino Português: características de sua evolução até o advento da União Ibérica. A expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI: o papel pioneiro de Portugal; problemas diplomáticos: as bulas de Alexandre VI, o Tratado de Tordesilhas e as bulas complementares. O Descobrimento do Brasil.
2. **O Período Pré-Colonizador:** O reconhecimento do litoral brasileiro. O pau-brasil e os problemas da sua exploração. Aspectos internacionais correlatos. As capitulações de Saragoça.
3. **O Brasil colonial — Política e Administração:** As capitâncias hereditárias e sua evolução. O governo-geral e os vice-reis. O Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. O município. A administração metropolitana e o Brasil.
4. **O Brasil colonial — Economia:** A economia agrária: a agroindústria do açúcar e outras culturas, a pecuária, a economia de subsistência e a coleta amazônica. A sesmaria e a posse da terra. A mineração. O comércio colonial. Agitações de caráter econômico e social.
5. **O Brasil colonial — Sociedade e cultura:** A população: crescimento demográfico, ocupação do território, principais concentrações urbanas. A estrutura social. A mão-de-obra: o braço indígena e o escravo africano. Relações com a África. A Igreja. A vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura, os centros culturais e sua repercussão na vida social.
6. **A integração territorial:** A ocupação do litoral. O sertanismo e a fixação humana. A ação missionária. A expansão para o extremo sul e para o extremo norte.

Os ajustes diplomáticos na fase colonial. Papel de Alexandre de Gusmão. As repercussões no Brasil da política portuguesa e européia. As intervenções estrangeiras no Brasil e os principais problemas decorrentes no período colonial.

7. **A evolução da Independência:** A situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O constitucionalismo português e a independência do Brasil.

2.^a Parte

8. **O Brasil imperial — Política e administração:** A Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834. A evolução dos partidos políticos. Os poderes constitucionais e a solução parlamentar. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
9. **O Brasil imperial — Economia:** A estrutura econômica: as heranças coloniais e o advento do café. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado. A imigração e a colonização européia.
10. **O Brasil imperial — Sociedade e cultura:** A população: crescimento demográfico, ocupação do território; principais concentrações urbanas. A estrutura social. Vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura; os centros culturais e sua repercussão na vida social.
11. **O Brasil imperial — Política externa:** O reconhecimento da independência. A questão dinástica portuguesa. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
12. **O advento da República:** As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O desgaste da Monarquia. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo. A proclamação da República.

3.^a Parte

13. O Brasil republicano — Política e administração:

- a) **A Primeira República (1889-1930)** — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A consolidação da República. O federalismo: as oligarquias estaduais, a política dos governadores. A Emenda Constitucional de 1926. A revolução de 1930.
- b) **A Segunda República (a partir de 1930)** — O Governo Provisório Revolucionário e sua atuação. O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado-Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.

14. O Brasil republicano — Economia:

- a) **A Primeira República (1889-1930)** — A estrutura econômico-financeira: as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.
- b) **A Segunda República (a partir de 1930)** — A industrialização. A política econômico-financeira. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira. O programa das metas. A política econômica a partir do Movimento de 1964.

15. O Brasil republicano — Sociedade e cultura:

A população: a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. A ampliação do horizonte cultural.

16. O Brasil republicano — Política externa:

- a) **A Primeira República (1889-1930)** — O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio-Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
- b) **A Segunda República (a partir de 1930)** — Política exterior do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1.^a Parte:

1. As principais potências européias no século XVIII e sua política exterior. A península ibérica.
2. O pensamento político, social, econômico e científico do século XVIII. A revolução industrial e a transformação das estruturas sociais.
3. A Revolução francesa: principais fases. Reorganização política, social e econômica. Política exterior. A Era Napoleônica.
4. O Congresso de Viena e as restaurações na Europa. A política de intervenção e os Congressos. Os problemas mundiais.
5. As revoluções liberais e nacionais de 1830 a 1848.
6. A Inglaterra: suas reformas, sua expansão colonial.
7. A França: da Segunda à Terceira República.
8. Cavour e a unidade italiana. A Questão Romana.
9. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.
10. A Rússia. Expansão continental. Absolutismo e reformas.
11. A Questão do Oriente. Os Balcãs. A Conferência de Berlim de 1878.
12. O Extremo Oriente. A política das Grandes Potências. A China e o Japão.
13. A partilha da África. A Conferência de Berlim de 1885.
14. As relações internacionais de 1885 a 1914. A política das alianças. As rivalidades coloniais. Os problemas balcânicos.
15. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2.^a Parte:

16. A Primeira Guerra Mundial. A situação internacional nas vésperas da guerra. O desencadear da guerra; as principais frentes de combate; as inovações tecnológicas, a guerra naval. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. A participação americana; a retirada da Rússia.

17. A elaboração da paz. Os Princípios de Wilson. Os tratados de paz e suas conseqüências políticas, econômicas e sociais. O problema das nacionalidades. As reparações de guerra.
18. A Liga das Nações. A organização da Liga das Nações. A Corte Internacional de Justiça e a Organização Internacional do Trabalho. O papel da Liga das Nações entre as duas guerras: sua significação; suas realizações e seus insucessos. Os mandatos.
19. A Europa entre as duas guerras. Problemas econômicos e relações internacionais; a crise econômica de 1929, suas repercussões. A Rússia Soviética: política interna e externa. A Alemanha: a República de Weimar; a ascensão do Nazismo; o III Reich. A Itália e o Fascismo. O Tratado de Latrão. As crises: Etiópia, Espanha, Áustria, Tchecoslováquia, Mandchúria.
20. A Ásia entre as duas guerras. A dissolução do Império Otomano e o mundo árabe. O Irã. A Índia. A China. O Japão.
21. A Segunda Guerra Mundial. Início e propagação do conflito: a guerra na Europa, na África e na Ásia. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
22. A Organização das Nações Unidas. A Carta de São Francisco. Atuação da ONU até 1951.
23. O pós-guerra (1945-1951). A reconstrução da Europa Ocidental: o Plano Marshall e a integração da Europa. O Bloco Soviético. Os tratados de paz. O problema alemão. A Grã-Bretanha e a Comunidade Britânica.
24. O pós-guerra (1945-1951). O Extremo Oriente: a ocupação do Japão e o tratado de paz; a revolução chinesa. A emancipação do sudeste asiático. A Liga Árabe, o Próximo e o Médio Oriente. A formação do Estado de Israel.
25. A guerra fria e a formação de blocos. As crises internacionais. O problema de Berlim. A guerra da Coreia. A política soviética no pós-guerra e a OTAN.
26. O mundo, de 1955 a 1965. Problemas econômicos. Principais problemas políticos e militares na Europa, Ásia e África. A ação da ONU.

3.ª Parte

27. As colônias européias na América no século XVIII: organização político-administrativa, aspectos sócio-econômicos e culturais. Comparação entre os diversos tipos de colonização. Conflitos de interesses coloniais.
28. A Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte. A formação dos Estados Unidos da América. A consolidação da Independência.
29. A Independência da América Latina. Os diversos movimentos. A formação dos novos Estados.
30. A Anglo-América. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial: expansão territorial, Guerra de Secessão e desenvolvimento econômico. O Canadá do fim do século XVIII à Primeira Guerra Mundial.
31. A política externa dos Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.
32. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
33. A Anglo-América entre as duas Guerras. Os Estados Unidos: o isolacionismo; Roosevelt, o New Deal e a política da boa vizinhança. O Canadá.
34. A América Latina entre as duas Guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
35. O Pan-americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução até a Segunda Guerra Mundial.
36. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano. O Pan-americanismo no pós-guerra; o Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.
37. A América, de 1955 a 1965. Desenvolvimento econômico e problemas sociais e políticos. A cooperação interamericana.

DIREITO

Normas gerais

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.
2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos. O Direito subjetivo.
3. As fontes do Direito objetivo: a lei e o costume, a analogia e os princípios gerais do Direito.
4. A autonomia da vontade e a ordem pública. A doutrina e a jurisprudência.
5. A Lei, espécies. A Constituição e as leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.
6. Promulgação e publicação. Vigência espacial e temporal. Revogação.
7. Conflitos de leis. Hierarquia das normas. Conflitos no espaço: Direito Internacional Privado.
8. Conflitos no tempo: direito intertemporal. Princípios básicos do direito brasileiro no assunto.
9. A interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais. O bem comum, a justiça social, a equidade. Condenação do abuso do direito.

Direito Civil

10. Direito Civil: conceito — Parte Geral e Parte Especial.
11. Pessoa natural: o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
12. Pessoa Jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
13. Domicílio.
14. Dos bens; principais classificações.
15. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos; os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico.
16. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.

17. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.
18. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.
19. Os direitos reais limitados. Os direitos reais à substância e ao valor da coisa. A propriedade literária, científica e artística.
20. O Direito das Obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.
21. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta corrente e a abertura de crédito.
22. O Direito de Família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.
23. Regime de bens.
24. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio Poder. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.
25. Direito das sucessões: conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia. Herança jacente e herança vacante.
26. A sucessão legítima. Representação.
27. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento.
28. Herdeiros necessários. Redução. Substituições. Deserdades; indignidade. Revogação dos testamentos. Inventário e partilha.

Nota — Os textos das provas encontram-se em Anexos — pág. 125.

Organização do Curso

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em setores. O plano de estudos do C.P.C.D. figura no quadro da página 43.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma a que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada setor:

Português e Comunicação Profissional — Os alunos devem trazer do Exame Vestibular sólido conhecimento da língua e possuir capacidade de expressão clara e correta. Esta disciplina, ministrada no 1.º ano do Curso, além de reger-se pelo sistema de conhecimento do idioma sob os aspectos normativos e estilísticos, está estritamente harmonizada com a Cadeira de Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E., enfatizando-se o estilo de correspondência oficial do Itamaraty.

Francês e Inglês — Os alunos também devem trazer do Exame Vestibular conhecimentos que os habilitem a ler, falar, traduzir e verter corretamente. As aulas são dadas, parte em conjunto, e parte em turmas selecionadas de acordo com o nível de conhecimento dos alunos.

Durante o Curso, os alunos recebem treinamento complementar destinado a desenvolver sua capacidade de compreensão e expressão oral e escrita, em condições tanto quanto possível semelhantes às situações reais de trabalho. Critérios de formação profissional orientam, igualmente, os cursos de Francês e Inglês.

Política — Os estudos políticos realizados no Curso têm por fundamento três matérias do Exame Vestibular: Geografia (Sistemática, Regional e do Brasil); História do Brasil e História Mundial (do Século XVIII até 1950 e uma parte especialmente dedicada à História das Américas). Com base nessas matérias, são ministradas, no 1.º período do 1.º ano, duas disciplinas: Política Internacional e Pensamento Político Contemporâneo. Ao 2.º período do 1.º ano correspondem as mencionadas matérias e mais: Geografia Política e Econômica, todas disciplinas de caráter nitidamente profissional. Finalmente, no decorrer do 2.º ano, foram ministradas, nos dois períodos, aulas de História das Relações Exteriores do Brasil.

Direito — Já tendo efetuado prova de Direito (Normas Gerais, Direito Civil e Direito Comercial) no Exame Vestibular, recebem os alunos, no 1.º ano, ensinamentos de Direito Comercial (1.º período) e de Direito Constitucional e Instituições Políticas (2.º período). No 2.º ano há duas Cadeiras de caráter profissional: Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado.

Economia — Todo o estudo da Teoria Econômica se faz nos dois anos do Curso. No tocante ao programa desta Cadeira, dedicou-se um maior número de aulas ao estudo dos Problemas Econômicos Contemporâneos, evitando-se, assim, de dar maior ênfase ao aspecto teórico da matéria. Esta disciplina, ministrada nos dois períodos do 2.º ano, possibilitará ao futuro diplomata conhecimentos práticos e objetivos dos problemas nacionais e internacionais.

Orientação Profissional — Consta da matéria Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores, ministrada no 2.º ano. Nesta Cadeira, os alunos recebem treinamento prático para as tarefas que deverão desempenhar na Secretaria de Estado.

Regime Didático

Na execução dos programas, procura-se acentuar os aspectos profissionais e interdisciplinares do treinamento objetivado pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em conseqüência,

C. P. C. D. — PLANO DE ESTUDOS

SETORES	EXAME VESTIBULAR	C. P. C. D.					
		1.º Ano		2.º Ano			
		I Período	II Período	I Período	II Período		
Línguas	Português Francês Inglês	Português e Comunicação Profissional Francês Inglês	Português e Comunicação Profissional Francês Inglês	Português e Comunicação Profissional Francês Inglês	Francês Inglês	Francês Inglês	
Política	Geografia (Sistemática Regional e do Brasil) História do Brasil História Mundial (e das Américas)	Política Internacional Pensamento Político Contemporâneo	Geografia Política e Econômica Política Internacional Pensamento Político Contemporâneo	História das Relações Exteriores do Brasil	História das Relações Exteriores do Brasil		
Direito	Direito	Direito Comercial	Direito Constitucional e Instituições Políticas	Direito Internacional Público Direito Internacional Privado	Direito Internacional Público Direito Internacional Privado		
Economia		Economia	Economia	Economia Problemas Econômicos Contemporâneos	Economia Problemas Econômicos Contemporâneos		
Orientação Profissional				Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E.	Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E.		

a fim de racionalizar os encargos escolares dos alunos, permitindo-lhes melhor aproveitamento nos estudos e visão mais integrada dos cursos ministrados, promove-se a preparação de trabalhos que impliquem, sempre que possível, tratamento interdisciplinar de temas profissionais.

Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria e 65 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média global mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do C.P.C.D. é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Professores

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos dentre os professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as Cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo, cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

Prêmios

Nos termos do art. 25 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, o aluno classificado em 1.º lugar no C.P.C.D. recebe a medalha de ouro "Prêmio Rio-Branco" e no 2.º lugar a medalha de prata.

Em 1956, foi instituído o "Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva" constante de medalhas de prata e bronze conferidas ao 1.º e 2.º colocados no Exame Vestibular ao C.P.C.D.

ANO LETIVO — 1975

Em 1975, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 17 de fevereiro e terminou a 14 de novembro, com o seguinte desdobramento:

1.º Ano

1.º período — 31 de março a 11 de julho.

2.º período — 18 de agosto a 14 de novembro, seguido das provas finais.

2.º Ano

1.º período — 17 de fevereiro a 6 de julho.

2.º período — 30 de junho a 15 de agosto, seguido das provas finais.

Por determinação do Senhor Ministro de Estado, o ano letivo do 2.º ano do C.P.C.D. foi encerrado a 29 de agosto, tendo sido compensada a redução do período letivo com a intensificação das aulas semanais.

1.º ANO

Corpo Docente

Pela Portaria n.º 3, de 14 de fevereiro de 1975, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

LÍNGUAS

Português e Comunicação Profissional

Secretário Adhemar Gabriel Bahadian

Francês

Professor Daniel Benson

Inglês

Professor Kenneth James Payne

As bancas examinadoras das provas orais de Francês e de Inglês foram constituídas pelos titulares das respectivas Cadeiras.

POLÍTICA

Geografia Política e Econômica

Professora Bertha Koiffmann Becker

Pensamento Político Contemporâneo

Secretário Marcílio Marques Moreira

Assistentes: Professor Alberto Venâncio Filho e Antônio Estevam de Lima Sobrinho

Política Internacional

Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva (1.º período)

Assistente: Professor Antônio Celso Alves Pereira (2.º período)

ECONOMIA

Economia

Professores Alfredo Baumgarten Júnior e Virgílio Horácio Samuel Gibbon (Assistente)

DIREITO

Direito Comercial

Professor Theophilo de Azeredo Santos

Direito Constitucional e Instituições Políticas

Professor Armando de Oliveira Marinho

Corpo Discente

Cursaram o 1.º ano os 12 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado de novembro de 1974 a março de 1975, que foram promovidos ao 2.º ano com a seguinte classificação:

Edmundo Sussumu Fugita
Afonso José Sena Cardoso
José Antonio Marcondes de Carvalho
Enio Cordeiro
Maria Luiza Neves Ribeiro
Marcus André Rouanet Machado de Mello
Luiz Gilberto Seixas de Andrade
Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto
Victor Manso de Mello Vianna
José Carlos de Araújo Leitão
Antônio Júlio Cesário de Mello Ciraudó
José Antonio Gomes Piras

2.º ANO

Corpo Docente

Pela Portaria n.º 3, de 14 de fevereiro de 1975, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

LÍNGUAS

Francês

Professor André Selon

Inglês

Professor John Mulholland

As bancas das provas orais de Francês e de Inglês foram constituídas pelos titulares das respectivas Cadeiras.

POLÍTICA

História das Relações Exteriores do Brasil

Professor Oswaldo José de Campos Melo e
Professora Lúcia Maria Mendes de Almeida (Assistente)

ECONOMIA

Economia

Professora Rosélia Perissé da Silva Piquet

Problemas Econômicos Contemporâneos

Professor Flávio Penteado Sampaio

DIREITO

Direito Internacional Público

Professores Carlos Alberto Dunshee de Abranches e
Celso Duvivier de Albuquerque Mello

Direito Internacional Privado

Professores Haroldo Teixeira Valladão e
Hilton Rios (assistente)

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores

Secretário Adhemar Gabriel Bahadian

Corpo Discente

A turma que concluiu o C.P.C.D. foi constituída dos seguintes alunos, relacionados na ordem de classificação final:

Carlos Alberto Simas Magalhães
Antônio José Vallim Guerreiro
Ruy Carlos Pereira
Maria Stela Santos Pompeu Brasil
Renan Leite Paes Barreto
Marcos Caramurú de Paiva
Cezar Augusto de Souza Lima Amaral
Eduardo dos Santos
Ernesto Otto Rubarth
Régis Percy Arslanian
Fernando Augusto Ferraz Muggiati
Gilberto Fonseca Guimarães de Moura
Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa
Maurício Roberto Oswald Vieira

Roberto Teixeira de Mesquita
 Dante Coelho de Lima
 Américo Dyott Fontenelle
 Raymundo Santos Rocha Magno
 Marcelo Roberto Soares Novaes
 Sérgio Sanginito Novaes da Silva
 Ruben Antonio Corrêa Barbosa
 Romero Cabral da Costa Filho

Fizeram jus ao "Prêmio Rio-Branco" os alunos Carlos Alberto Simas Magalhães — medalha de ouro, 1.º lugar, e Antônio José Vallim Guerreiro — medalha de prata, 2.º lugar.

Com a nomeação dessa turma elevou-se a 617 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

Conferências

Dentro, ainda, da programação didática do C.P.C.D., foram realizadas as seguintes conferências:

"A Política Externa dos Estados Unidos com relação à União Soviética" — Professor Robert L. Pfaltzgraff Jr., Diretor do "Foreign Policy Research Institute" — Filadélfia — e Professor da "Fletcher School of Law and Diplomacy" — Tufts University" — E.U.A.

"A Diplomacia no Chile" — Ministro Mariano Fontecila Concha, Diretor da Academia Diplomática do Chile.

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

1.º Ano

PORTUGUÊS E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL

O Curso de Português tem por objetivo aperfeiçoar conhecimentos já devidamente aferidos no Exame Vestibular.

Nesse sentido, o curso, de cunho eminentemente prático e profissionalizante, é dividido em três estágios.

O primeiro estágio tem por objetivo a revisão sistemática das virtudes e defeitos do estilo. Através de exercícios práticos, os alunos são estimulados a desenvolver temas onde, a par do conhecimento técnico exigido, aferem-se concisão, clareza e elegância de linguagem.

No segundo estágio, examinam-se as regras básicas da correspondência oficial do serviço público brasileiro em geral e, com especial atenção, a do serviço exterior brasileiro. Neste estágio, portanto, são múltiplos os exercícios de adestramento e capacitação na elaboração de expedientes, seus emprego e tramitação.

Finalmente, no terceiro estágio, examinam-se as diversas técnicas de redação peculiares da Diplomacia multilateral. Os alunos são estimulados a desenvolver exercícios práticos de redação de projetos de resolução, textos de instruções e discursos.

FRANCÊS E INGLÊS
(1.º e 2.º Anos)

Objetivos:

Conseguir que cada aluno:

- a) Compreenda perfeitamente exposições e textos em francês e inglês sobre:
 - política
 - política internacional
 - direito internacional
 - economia
 - cultura geral: filosofia, sociologia, história, arte etc.;
- b) possa verter para essas línguas, de modo claro e preciso, textos em português sobre os temas acima mencionados;
- c) possa expressar-se sobre os mesmos temas, de modo claro e preciso, nos referidos idiomas;
- d) conheça as normas básicas de correspondência epistolar e protocolar nas línguas francesa e inglesa

Métodos:

- Utilização de textos variados referentes ao maior número possível de assuntos.
- Coordenação com outras matérias ensinadas no Instituto Rio-Branco.

Prática de exercícios tais como:

- sumário de exposições
- sumário de leituras
- versão
- exposição
- debate
- redação de correspondência.

- Os pontos de gramática serão estudados unicamente a título corretivo: não se fará estudo sistemático e serão apenas sanadas as deficiências demonstradas no decorrer dos exercícios práticos acima mencionados.

GEOGRAFIA POLÍTICA

1. Geografia e Política

- 1.1. Natureza da Geografia e sua contribuição ao estudo das Relações Internacionais.
- 1.2. Relações entre a Política dos Estados e ambiente geográfico. Tomada de decisão e ambiente geográfico. Poder Nacional e fatores geográficos.
- 1.3. Geografia política e Geopolítica.
- 1.4. Fundamentos Geográficos do Poder Nacional. Significância do Território: dimensão, forma e posição; fronteiras e limites.
- 1.5. Fundamentos Geográficos do Poder Nacional: O potencial natural e humano do espaço; a capacidade produtiva; a estrutura do espaço.
- 1.6. Hipóteses Geopolíticas sobre o Poder Mundial. Poder terrestre, marítimo e aéreo.
- 1.7. Regiões Geoestratégicas e Geopolíticas do Mundo Contemporâneo. Centro de poder e suas esferas de influência. Zonas de atrito.
- 1.8. Desigualdades internacionais do desenvolvimento. Teoria do desenvolvimento polarizado. Centros e periferias do mundo atual.

2. O Brasil na América Latina

- 2.1. Posição da América Latina no sistema espacial mundial. Características formais do espaço latino-americano.
- 2.2. O modelo de desenvolvimento regional da América Latina. Etapas de organização do espaço.
- 2.3. O potencial natural e o potencial humano.
- 2.4. A organização do espaço e os recursos efetivos da América Latina. Organização e produção industrial; organização urbana; organização e produção agrária.
- 2.5. Padrões de transporte e de comércio na América Latina.
- 2.6. A diversidade regional: América do Caribe, dos Andes e do Prata. O Brasil.

- 2.7. A estrutura espacial da América Latina: disparidades regionais do desenvolvimento.
- 2.8. Perspectivas de integração espacial, nacional e continental. Políticas e estratégias de desenvolvimento espacial.

TRABALHOS DISCENTES

1. Leituras para Debate

- Man-environment relationships in International Politics. Harold and Margaret Sprout.
- The geographical Background of the Jordan Water Dispute. Moshe Brawer.
- Hipóteses Geopolíticas sobre o Poder Mundial. Saul Cohen, caps. 2 e 3.
- Teoria do Desenvolvimento Polarizado. John Friedmann.

2. Pesquisa Individual

- 2.1. levantamento bibliográfico.
- 2.2. elaboração de documento sobre temas a serem estabelecidos.
- 2.3. apresentação dos resultados em seminário.

PENSAMENTO POLITICO CONTEMPORANEO

Pensamento Político Universal

1. Ciência Política: Conceito e escopo.
2. Política como ramo próprio do saber universal. "Realpolitik" e Razão de Estado.
3. Revolução e reação. Dialética e idéia nacional.
4. Os grandes temas da democracia.
5. As fontes do marxismo.
6. O pensamento liberal.
7. Interrelação entre fatores ideais e reais. Sociologia política.
8. A "revisão leninista" do marxismo. O conceito de Imperialismo.

9. Sociologia do conhecimento. Ideologia e Utopia.
10. As teorias elitistas do poder.
11. A aplicação dos novos instrumentos científicos e tecnológicos à análise política.

POLITICA INTERNACIONAL

1.º Período

I — Introdução

1. Política Internacional. Conceito. Autonomia. Relações com as demais ciências.
2. Fontes. Sistemática. Relações com o direito internacional.
3. Teorias contemporâneas sobre política internacional: idealismo e realismo; "power politics, behavioral approach". Teoria dos jogos.

II — O Estado Nacional:

4. O Estado Nacional. Surgimento do Estado moderno. Formação de Estados.
5. Nação e nacionalidade. A doutrina das nacionalidades.
6. Autodeterminação.
7. Soberania.
8. Imperialismo. Colonialismo e neo-colonialismo.

III — O Poder Nacional:

9. O Poder Nacional. Os objetivos nacionais permanentes. Avaliação do Poder Nacional e dos objetivos nacionais.
10. A Segurança Nacional.
11. Elementos constitutivos do poder nacional. Geopolítica. Os fatores geográficos. O Território. Poluição do meio ambiente.
12. O mar. Largura do mar territorial. Aspectos políticos, econômicos e jurídicos.

13. Fatores demográficos. Composição étnica. Movimentos migratórios. Controle da natalidade.
14. Recursos naturais. Alimentação. Produtos de base. Matérias-primas.
15. Fontes de energia. Petróleo, carvão, eletricidade e energia nuclear.
16. Forças econômicas. O problema do desenvolvimento. Cooperação internacional.
17. Indústria e desenvolvimento tecnológico.
18. Fatores militares.
19. O elemento humano e o poder nacional. Chefia e liderança. Psicologia dos dirigentes. Relações entre os dirigentes e o povo.
20. A diplomacia e o poder nacional.

IV — Limitações ao Poder Nacional:

21. Limitações ao poder nacional na ordem interna e na internacional. Controle parlamentar.
22. Equilíbrio de poderes. Bipolarização do mundo. Alianças. Esferas de influências.
23. Neutralidade, neutralismo e neutralização.
24. Moral internacional e opinião pública mundial. Papel da ideologia.
25. O direito internacional como limitação ao poder nacional.

V — Diplomacia:

26. Política internacional e diplomacia. Conceito de diplomacia. Diplomacia bi e multilateral. Diplomacia parlamentar e diplomacia *ad-hoc*.
27. Evolução da instituição diplomática. Na antigüidade e na Idade Média. A paz de Westfália e o Congresso de Viena de 1815.
28. Antiga e moderna diplomacia. A melhoria nos meios de comunicações e a diplomacia. Diplomacia e tecnologia.

29. A dinâmica diplomática e os órgãos de decisão nacional. Chefes de Estado, Chefes de governo e Ministro das Relações Exteriores.
30. Planejamento da política exterior.
31. Diplomacia de prestígio e o cerimonial diplomático.
32. Atribuições diplomáticas.
33. A instituição consular.

VI — Técnicas de Política Internacional:

34. Diplomacia e negociações diplomáticas. Pressão diplomática e militar.
35. Isolacionismo, neutralismo e neutralidade. Países não-alinhados.
36. Intervenção e não intervenção.
37. Técnica revolucionária. Terrorismo. Combate ao terrorismo. O problema no âmbito interamericano.
38. Propaganda e diplomacia pública.

VII — Litígios Internacionais:

39. Soluções pacíficas de litígios internacionais. Meios diplomáticos.
40. Soluções jurídicas de litígios internacionais. A arbitragem.
41. A solução de litígios no sistema mundial e no interamericano.
42. Sanções e medidas coercitivas.
43. A Guerra e a política internacional. O problema de unidade da política externa.
44. Guerra total. Guerra revolucionária. Guerra fria.
45. Desarmamento.

VIII — Formulação e Execução da Política Exterior:

46. Determinação da política exterior. Planejamento.
47. Política exterior do Brasil. Os objetivos nacionais no panorama internacional.

48. Relações do Brasil com os países da América Latina.
49. Relações do Brasil com os Estados Unidos.
50. Relações do Brasil com a Europa.
51. Relações do Brasil com a Ásia.
52. Relações do Brasil com a África.
53. O Brasil e as Nações Unidas.
54. O Brasil e a OEA.

2.º Período

I — Organizações Internacionais

1. A organização jurídica da comunidade internacional. Apreciação histórica. Diplomacia bilateral e multilateral.
2. Organizações intergovernamentais e não governamentais. Classificação dos organismos internacionais.
3. Evolução histórica. As grandes conferências dos séculos XIX e XX. As comissões fluviais e as uniões administrativas.
4. A Sociedade das Nações. Origens, estrutura e funcionamento.
5. A experiência da Sociedade das Nações. O Brasil e a Sociedade das Nações.
6. A 2.ª Guerra Mundial. A Carta do Atlântico, Dumbarton Oaks e Chapultepeque.

II — As Nações Unidas

7. A Conferência de São Francisco e a Carta das Nações Unidas.
8. Composição, estrutura e funcionamento das Nações Unidas.
9. A Assembléia-Geral.
10. O Conselho de Segurança.
11. O Conselho Econômico e Social.
12. Os territórios sem governo próprio e o sistema internacional de tutela.

13. A Corte Internacional de Justiça.
14. O Secretariado.
15. Propósitos e princípios das Nações Unidas. A igualdade soberana dos Estados e a autodeterminação. O dever de não-intervenção.
16. Solução pacífica de controvérsias.
17. Sistema de segurança coletiva. As Nações Unidas e a força internacional. As sanções internacionais.
18. Desarmamento.
19. Codificação do direito internacional.
20. As Nações Unidas e os direitos humanos.
21. O problema do desenvolvimento. A UNCTAD.
22. Limitações às funções da Carta: jurisdição doméstica, legítima defesa e os ex-Estados inimigos.
23. Revisão da Carta. Emendas.
24. O Brasil e as Nações Unidas.

III — Os Organismos Especializados

25. Os Organismos Especializados antes e depois da Carta das Nações Unidas.
26. A Organização Internacional do Trabalho (ILO).
27. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).
28. UNESCO. Organização Mundial de Saúde.
29. ICAO e IMCO.
30. União Postal Universal (UPU), União Telegráfica Internacional (ITU) e Organização Meteorológica Internacional (IMO).
31. O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BANK) e o Fundo Monetário Internacional (FUND).
32. Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA).
33. GATT e UNIDO.
34. Os produtos de base. A Organização Internacional do Café.
35. Os Organismos não-governamentais.

IV — Os Sistemas Regionais

36. As Nações Unidas e os sistemas regionais.
37. O Sistema interamericano. O pan-americanismo.
38. Organização dos Estados Americanos. A Carta da OEA.
39. Estrutura e funcionamento da OEA.
40. ALALC. O Pacto Andino e os países da Bacia do Prata.
41. O sistema Centro-Americano.
42. Revisão da Carta da OEA.
43. O Brasil e a OEA.
44. A Liga Árabe.
45. A Comunidade Européia. Histórico. Conselho da Europa.
46. Benelux e o Mercado Comum Europeu. A EFTA.
47. A Comunidade Européia do Carvão e do Aço e a Euratom.
48. A Corte de Justiça das Comunidades Européias e os direitos humanos.
49. COMECON.
50. Organização da Unidade Africana.

V — Os Sistemas Regionais de Defesa

51. O artigo 51 da Carta das Nações Unidas e a legítima defesa individual e coletiva. Os tratados bilaterais de defesa.
52. O Tratado do Rio de Janeiro.
53. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
54. Pacto de Varsóvia.
55. SEATO, CENTO e ANZUS.
56. Posição atual. China e Japão — SALT.

ECONOMIA

1.º Período

I — O Funcionamento do Sistema Econômico

A produção, o consumo, a circulação e a repartição. A divisão do trabalho e os fatores de produção. O funcionamento do sistema de mercado. A poupança e o investimento. As possibilidades de produção e a noção de custo alternativo. O papel do Governo.

II — Análise Microeconômica

1. Estruturas de mercado. O consumo, a produção, mercados de produtos e de fatores. Concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência monopolística.
2. Teoria do Consumidor:
 - 2.1. A procura de bens de consumo. O conceito de utilidade e de utilidade marginal. O princípio da utilidade marginal decrescente. Curvas de indiferença. Efeitos renda e preço. O conceito de elasticidade.
 - 2.2. A procura de bens duráveis de consumo. A demanda de expansão e de reposição. O princípio de aceleração.
3. Teoria da Produção:
 - 3.1. Função de produção. Lei dos rendimentos decrescentes. As curvas de igual produto. A procura por fatores de produção. Complementaridade e substituição.
 - 3.2. As curvas de custo. Custos totais, médios e marginais. Custos de curto e de longo prazo. A curva de oferta da firma.
4. A formação dos Preços dos Bens:
 - 4.1. A formação dos preços em concorrência perfeita. A oferta e a procura. Equilíbrio instantâneo, a curto e a longo prazo.
 - 4.2. Eficiência econômica e concorrência perfeita. O conceito de eficiência de Pareto.
 - 4.3. Aplicações da teoria da concorrência. Efeitos de impostos. As oscilações tipo "teia de aranha" na agricultura. Preços mínimos e controles de preços.
 - 4.4. A formação de preços em regime de monopólio. Distorções típicas. Os monopólios naturais. Intervenção do Governo e controle de preços. Discriminação de preços e outras práticas.

- 4.5. O oligopólio e a concorrência monopolística.
- 4.6. Estruturas monopolísticas. O acesso financeiro pelos trustes e holdings. Cartéis. Legislação anti-truste. Legislação brasileira contra abusos do poder econômico.
5. Preços dos Fatores de Produção:
 - 5.1. A procura de matérias-primas, bens intermediários e bens de capital. A noção de procura derivada.
 - 5.2. Salários concorrenciais. O princípio da produtividade marginal. Os efeitos da acumulação de capital e do progresso tecnológico. Diferenças salariais e equilíbrio do mercado de trabalho. A interferência institucional do salário mínimo. A negociação coletiva.
 - 5.3. Juro e Capital. Produtividade de capital. Equilíbrio do investimento. A teoria do juro.
 - 5.4. Lucros e riscos. O lucro como remuneração do risco. O lucro como remuneração implícita dos fatores de produção.
 - 5.5. A renda da terra. A teoria de Ricardo.
6. Revisão da formação de preços. Análise de equilíbrio geral. Maximização do bem-estar social.

2.º Período

I — Contabilidade Nacional

1. Noções básicas de Contabilidade Nacional. Produto, Renda e Despesa.
2. Sistemas de Contas Nacionais.
 - 2.1. Economia fechada sem governo.
 - 2.2. Economia fechada com governo.
 - 2.3. Economia aberta com governo.
3. Sistema de Contas Nacionais no Brasil.
4. Medição do crescimento econômico. Índice do produto real e do produto real *per capita*.
5. Sistema de Leontief. Sistema de fluxos financeiros

II — Moeda e Política Monetária

1. Funções e tipos de moeda. O conceito de meios de pagamentos.
2. O papel dos bancos na criação de moeda.
3. Bancos Centrais.
4. Estrutura do sistema monetário no Brasil.
5. Exame das contas monetárias no Brasil.
6. Instrumentos de política monetária. Redescontos, recolhimentos compulsórios etc.

III — Análise Macroeconômica

1. Introdução.
2. Teoria Neoclássica do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
 - 2.1. Lei de Say.
 - 2.2. Função de produção a curto prazo.
 - 2.3. Mercado de trabalho.
 - 2.4. Teoria quantitativa da moeda.
 - 2.5. Modelo neoclássico simplificado.
 - 2.6. Mecanismo cumulativo de Wicksell.
 - 2.7. Modelo neoclássico completo.
3. Teoria Keynesiana do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
 - 3.1. Fundamentos da teoria keynesiana. Tipos de desemprego.
 - 3.2. Princípio da demanda efetiva. Funções. Consumo e poupança. Propensão marginal a consumir e a poupar.
 - 3.3. Teoria de preferência pela liquidez.
 - 3.4. Modelo keynesiano simplificado. Multiplicador.
 - 3.5. Teoria keynesiana do investimento.
 - 3.6. Derivação gráfica das curvas IS e IM.
 - 3.7. Modelo keynesiano completo.
 - 3.8. Política anticíclica.

IV — Política Fiscal

1. O papel do Governo no sistema econômico.
2. Tipos de impostos. Impostos diretos e impostos indiretos. Progressividade e regressividade.
3. Efeitos econômicos da tributação.
4. Despesa pública. Classificação e efeitos.
5. Orçamento público.
6. Política fiscal anticíclica.
7. Política fiscal para o desenvolvimento.

DIREITO COMERCIAL

1. Direito Comercial (Direito Econômico, Direito das Empresas): conceito, fontes, interpretação, o comerciante, a empresa e o estabelecimento.
2. Sistema Financeiro Nacional: Estrutura e funcionamento.
3. Mercado de Capitais: Suas empresas e seus papéis (títulos de crédito).
4. Constituição e funcionamento das sociedades anônimas. As sociedades estrangeiras. A Sociedade por quotas, de responsabilidade limitada e os demais tipos societários.
5. A arbitragem comercial.
6. A compra e venda no comércio internacional. As "Trading Companies".
7. Navio e Aeronave: conceito. A figura do Capitão ou Comandante. A limitação da responsabilidade nos transportes marítimo e aéreo. A cláusula de não indenizar ou irresponsabilidade.
8. Operações cambiais.
9. Empréstimos Externos.
10. Empresas multinacionais. Fusão de empresas nacionais e estrangeiras. Aspectos jurídicos do mercado comum latino-americano.
11. "Joint Ventures". Capital estrangeiro: disciplina jurídica.

Observações

- 1 — **Prática** — Serão discutidos, durante as aulas, casos práticos a fim de os ensinamentos teóricos serem convenientemente assimilados e resolvidas as hipóteses que normalmente ocorrem no exercício das funções da carreira diplomática.
- 2 — **Trabalho de equipe** — Os alunos serão divididos em equipes, a fim de realizarem estudos conjunturais, versando temas de maior alcance prático-profissional.
- 3 — **Direito Comparado** — As referências à legislação e doutrina estrangeiras serão realizadas para familiarizar os alunos com a sistemática jurídica dos demais países.
- 4 — **Visitas** — Os setores da Administração Pública Federal ligados ao Comércio Exterior serão visitados para iniciar os alunos no diálogo sobre os temas mais relevantes.

DIREITO CONSTITUCIONAL E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

1. Introdução propedêutica ao estudo do Direito Constitucional e das Instituições Políticas. Ciência Política e Direito Constitucional. O dado conceitual e a metodologia de estudo.
2. Evolução das Instituições Políticas. Sua problemática contemporânea, os processos de modernização: funcionalidade, integração e centripetismo.
3. O controle do Estado, a participação popular, o consenso e a representatividade. Os partidos políticos e os grupos de pressão.
4. Os modelos políticos contemporâneos e a Estrutura do Poder. As funções do Estado e a dinâmica do Poder.
5. O federalismo brasileiro, sua evolução, seu enfoque atual.
6. O constitucionalismo brasileiro. Suas principais características. Sua posição no quadro político-institucional da América Latina.
7. Evolução do constitucionalismo brasileiro. Suas principais construções.
8. A Constituição de 1824 e o Ato Adicional. Sua influência na formação da unidade nacional.

9. As Constituições republicanas como processo evolutivo do aprimoramento institucional.
10. A Constituição vigente: seus princípios fundamentais e sua posição no contexto do pensamento político contemporâneo. A concepção política e a instrumentação jurídica da segurança nacional.
11. A organização nacional. A União, os Estados e os Municípios. O sistema tributário. Orçamento e fiscalização financeira.
12. O Poder Executivo. Suas transformações e sua posição atual.
13. O Poder Legislativo, o processo legislativo e suas transformações. Sua posição atual.
14. O Poder Judiciário. O papel do Supremo Tribunal Federal na estrutura política brasileira.
15. Direitos e garantias individuais.
16. A ordem econômica e social.

2.º Ano

FRANCÊS E INGLÊS (*)

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

I — A Herança de Portugal

1. Bulas, Papéis e Tratados de Limites entre Portugal e Espanha, até meados do século XVIII.
2. Do Tratado de Madrid ao de Badajoz.
3. A política exterior de D. João VI no Brasil: A Cisplatina e Caiena. Tratados.

II — O Brasil e o Mundo

1. O reconhecimento da Independência.
2. O Brasil na política internacional, da Independência à Primeira Guerra Mundial.

(*) Vide 1.º ano, pág. 52.

3. O Brasil, do Tratado de Versalhes à Segunda Guerra Mundial.
4. O Brasil na Segunda Guerra Mundial.
5. O Brasil e a ONU.

III — O Brasil e a América do Sul

1. O Brasil e as nações platinas
 - 1.1. Evolução histórica do Rio da Prata e Paraguai.
 - 1.2. Relações do Brasil com as nações platinas.
 - 1.3. Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.
2. O Brasil e as nações andinas
 - 2.1. Evolução histórica da área andina.
 - 2.2. Relações do Brasil com as nações andinas.
 - 2.3. Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.
3. O Brasil e as nações setentrionais da América do Sul
 - 3.1. Evolução histórica do Norte da América do Sul (Colômbia, Venezuela e Guianas).
 - 3.2. Relações do Brasil com a Colômbia e Venezuela.
 - 3.3. Limites e fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guianas. Tratados e demarcações.

IV — O Brasil e a América do Norte e Central

1. O Brasil e os EE.UU.
 - 1.1. Evolução histórica dos EE.UU.
 - 1.2. Relações do Brasil com os EE.UU. (1822-1950). Tratados.
2. O Brasil e o México
 - 2.1. Evolução histórica do México.
 - 2.2. Relações do Brasil com o México. Tratados.
3. O Brasil e a América Central e Antilhana.
 - 3.1. Evolução histórica da América Central.
 - 3.2. Relações do Brasil com a América Central. Tratados.

- 3.3. Evolução histórica das Antilhas.
- 3.4. Relações do Brasil com as nações antilhanas. Tratados.

V — O Brasil e o Pan-Americanismo

1. O Pan-americanismo, do Congresso do Panamá à OEA. As conferências pan-americanas.
2. O Brasil e o Pan-americanismo; participação nas conferências pan-americanas e na OEA.

ECONOMIA

Unidade 1: Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

- 1.1 — Principais correntes de interpretação do processo de desenvolvimento.
- 1.2 — Indicadores correntes do subdesenvolvimento.
- 1.3 — Estatísticas Nacionais — Comparações Internacionais.

Unidade 2: O processo de desenvolvimento.

- 2.1 — Esquema macroeconômico do desenvolvimento.
- 2.2 — Excedente e poupança.
- 2.3 — Disponibilidade de fatores.

Unidade 3: Teorias do Subdesenvolvimento.

- 3.1 — O círculo vicioso da pobreza.
- 3.2 — A decolagem de Rostow.
- 3.3 — Desenvolvimento equilibrado "versus" desequilibrado.
- 3.4 — Desenvolvimento com oferta ilimitada de mão-de-obra.
- 3.5 — Interpretação Histórica do Subdesenvolvimento.

Unidade 4: Desenvolvimento Latino-Americano: interpretações.

- 4.1 — O modelo primário-exportador.
- 4.2 — O processo de substituição de importações.

- 4.3 — Viabilidade de Distintas Estratégias do Desenvolvimento.
 - Inflação e desenvolvimento.
 - agricultura "versus" industrialização.
 - papel do comércio exterior.
 - as empresas multinacionais.
 - desenvolvimento e distribuição de renda.

Unidade 5: Comércio Internacional.

- 5.1 — Aspectos teóricos do comércio internacional: a divisão internacional do trabalho. Vantagens comparativas.
- 5.2 — Balanço de Pagamentos: estrutura e análise.
- 5.3 — Determinação da taxa de câmbio. Tarifa aduaneira. Protecionismo "versus" integração econômica.

PROBLEMAS ECONÔMICOS CONTEMPORANEOS

I — Introdução e Definição do Campo de Análise

1. Os conflitos internacionais de interesse e o desenvolvimento econômico. A diplomacia econômica: tendências e estratégias básicas.
2. Os participantes e as práticas das relações econômicas internacionais: os Governos e o setor privado — cooperação e conflito.
3. O comércio e o desenvolvimento internacional na década dos 60. As transformações econômicas institucionais das relações internacionais nos anos 70: avaliação e prospectiva.

II — Os Espaços Econômico-Constitucionais e a Economia Internacional

4. As modalidades de integração: zona de livre comércio, união aduaneira e união econômica e suas diferentes gradações.
5. A teoria econômica e a integração: análise dos efeitos-desvio e dos efeitos-criação. As posições de Viner e de Meade (efeito terciário) e o teorema de Lipsey e

Lancaster. A integração das economias dos países em desenvolvimento: as análises de Gunnar Myrdal e de Henri Bourguinat.

6. A integração europeia: origens, filosofias em presença e linhas de resistência.
7. As Comunidades Europeias: estrutura institucional e dinâmica político-econômica. Estratégias e problemas fundamentais da Comunidade Econômica Europeia: o desarmamento aduaneiro e o protecionismo não-tarifário, o pacto agro-industrial franco-alemão e a Comunidade ampliada, a política agrícola comum. A Comunidade Europeia e os problemas monetários: a harmonização de políticas nacionais.
8. A Comunidade Econômica Europeia e os Estados Unidos da América: o contencioso comercial e o contencioso monetário. A Comunidade Econômica Europeia e os países em desenvolvimento: estudo de caso das posições da África e da América Latina.
9. Formação e transformações da Zona Europeia de Livre Comércio.
10. O Bloco Socialista e as suas técnicas de comércio exterior. O Comércio Leste Europeu-Occidente: Sistema de preços, conversibilidade e moeda-convênio, operações de arbitragem, "report" e "deport". O COMECON: análise do seu significado político e operacional-integrativo. As "empresas transideológicas".

III — O Sistema Monetário Internacional e o Desenvolvimento Econômico

11. As premissas históricas e político-econômicas: a Conferência de Bretton Woods. O Plano Keynes e o Plano White.
12. O Fundo Monetário Internacional: estrutura financeira e institucional. Funções do Fundo Monetário Internacional: o Código de boa conduta, operações de assistência financeira, assistência técnica aos países-membros.
13. As paridades de câmbio: o princípio da fixação das paridades iniciais, as margens de flutuação e o acordo sobre as desvalorizações, no Fundo Monetário Internacional.

14. A conversibilidade monetária e as transações em ouro: a supressão das restrições sobre as operações correntes e as obrigações dos membros do Fundo Monetário Internacional nas operações no mercado do ouro.
15. Os movimentos de capital a longo prazo e os movimentos erráticos de capital. Os fluxos de capitais e as taxas de juros. Taxas de longo prazo "versus" taxas de curto prazo. Os fluxos de capitais e o euromercado.
16. O Fundo Monetário Internacional e o problema da liquidez internacional. Os planos de reforma do Fundo Monetário Internacional: o Comitê dos 20. O acréscimo da liquidez internacional: os direitos especiais de saque e a sua compatibilidade com as moedas internacionais de reserva e com o ouro.
17. O ajustamento do balanço de pagamentos e a repartição internacional do seu ônus.
18. A lógica monetária e o crescimento contemporâneo. Tempo econômico e "tempo financeiro internacional" (posição de Henri Guitton).

IV — Política Comercial Internacional

19. O equilíbrio entre o princípio de base do liberalismo e as suas exceções. A Carta de Havana e o GATT: antecedentes e problemas básicos.
20. O princípio da não-discriminação: a cláusula da nação mais favorecida e o tratamento nacional das importações. A aceitação dos regimes preferenciais. A não-reciprocidade para os países em desenvolvimento: a IV parte do Acordo Geral e o Kennedy Round.
21. O GATT e a redução dos direitos alfandegários: consolidação das concessões tarifárias, a técnica linear e a negociação produto por produto, os obstáculos paratarifários e não-tarifários. Apreciação crítica do Kennedy Round. Avaliação preliminar das negociações de 1973. A eliminação das restrições quantitativas.
22. As carências do GATT: a agricultura, as relações Leste-Oeste e entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

V — Financiamento Internacional do Desenvolvimento

23. O falso dilema: ajuda versus comércio. Inter-relação funcional entre ajuda ao comércio e ajuda ao desenvolvimento. Ajuda intergovernamental e investimento direto externo: complementariedade ou substituição? (a tese de Kindleberger). A transferência de tecnologia dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. O Relatório Pearson.
24. Os mecanismos institucionais da ajuda externa: bilateralismo e multilateralismo. O Plano McNamara.
25. O Grupo do Banco Mundial: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (IBRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e a Sociedade Financeira Internacional (SFI). Objetivos e características do Banco Mundial, recursos e empréstimos, assistência técnica e estudos econômicos, coordenação da ajuda ao desenvolvimento (consórcios e grupos consultivos): exame de acordos de empréstimos do Banco Mundial ao Brasil e estudo dos respectivos projetos financiados.
26. O Banco Interamericano de Desenvolvimento: estrutura institucional, recursos, fundos especiais, empréstimos, assistência técnica aos países membros. O Banco Interamericano de Desenvolvimento e a integração continental. O Banco Interamericano de Desenvolvimento e o mercado de capitais, zonal e extrazonal. Exame de acordos entre o BID e o Brasil.
27. A cooperação financeira bilateral: análise do esforço global. Exame de casos específicos: Estados Unidos da América, República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha e França. Exame de empréstimos ao Governo brasileiro.
28. A cooperação técnica: princípios gerais. Análise de acordos básicos e de convênios complementares. Avaliação de resultados de casos de prestação de cooperação técnica externa ao Governo brasileiro.
29. O mercado internacional de capitais: características e técnicas. Os centros financeiros do mercado internacional de capitais. O Relatório Ossola.
30. O papel dos Governos e os investimentos diretos externos: os acordos de bitributação e os acordos de garantia de investimentos. Os sistemas de garantia governamental à exportação.

VI — Os Macro-desafios setoriais

31. A poluição e o crescimento demográfico. Capacidade nacional bruta e nível de emprego. O debate internacional acerca das estratégias de ação sobre a natureza e a população.
32. A crise alimentar: a evolução da produção agrícola e o deficit alimentar. O intercâmbio internacional de produtos agrícolas: análise comparativa das políticas e da dinâmica dos mercados nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A ação da FAO: o Plano Indicativo Mundial para o Desenvolvimento Agrícola.
33. O mercado mundial do petróleo e suas características até 1970: a ação dos cartéis, as oscilações de preços e as reivindicações dos países exportadores. A crise de 1970/71 e as suas conseqüências. Os Acordos de Teerã e de Trípoli. A crise do Oriente Médio e seu impacto nas relações comerciais entre países exportadores e importadores de hidrocarbonetos. As fontes alternativas do petróleo para suprimento energético.

VII — Comércio e Desenvolvimento na perspectiva da Integração Institucional

34. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento: instituições e ações no domínio do intercâmbio comercial, do financiamento do desenvolvimento, dos invisíveis e da transferência de tecnologia. O Plano Horowitz e a ajuda externa.
35. O sistema geral de preferências: princípios e mecanismos. Preferências generalizadas, preferências especiais e preferências inversas. As "conclusões concertadas" do Comitê Especial de Preferências do Conselho do Comércio e Desenvolvimento. As preferências generalizadas e os países menos desenvolvidos dentre os países em desenvolvimento.
36. Os acordos internacionais sobre produtos de base: principais tipos, os diversos acordos e arranjos institucionais. A reorganização do mercado internacional dos produtos agrícolas: o Plano Baumgartner-Pisani e o Kennedy Round.

VIII — Conclusões

37. A lógica do desenvolvimento e suas conseqüências. As resistências ao desenvolvimento. As tentativas de justificação econômica do não-desenvolvimento. Poder e desenvolvimento auto-sustentado (análise das etapas rostowianas e da complementação político-institucional pelo próprio autor). Desenvolvimento e poder, na análise de Kindleberger e Jacques Austruy. Conclusões operacionais, com ênfase no caso brasileiro.

Trabalhos práticos

- 1) Elaboração de monografias semestrais pelos alunos, sob a orientação direta do professor, sobre tópicos específicos do programa, com o objetivo de integrar a pesquisa teórica do tema aos seus aspectos diplomático-operacionais.
- 2) O Nordeste brasileiro e o setor externo: estudo de caso, com base em pesquisas teóricas e observação fatural.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Introdução

1. Conceitos e terminologia.
2. A comunidade não organizada dos Estados.
3. Natureza das relações interestatais.
4. Formação e evolução do Direito Internacional.
5. Irrompimento do homem no Direito Internacional.
6. Função do Direito na comunidade universal.
7. Conceito do Direito Internacional.

II — Organização Jurídica da Sociedade Internacional

1. Antecedentes. Independência e interdependência dos Estados. As duas ordens jurídicas.
2. Nações Unidas. Bases da Carta, sua natureza constitucional e emendas. Membros.
3. Objetivos e Princípios.

4. Assuntos da competência nacional (art. 2.º, n.º 7). Determinação pelo D.I. do âmbito de eficácia da norma interna.
5. Órgãos principais, a Corte e o Secretariado.
6. Organismos especializados.
7. Organização dos Estados Americanos. Princípios e estrutura. Protocolo de Buenos Aires, 1967.
8. Outras organizações regionais.
9. Universalização da ONU, voto ponderado, jurisdição internacional obrigatória e força policial supranacional.

III — Natureza do Direito Internacional

1. Estrutura da norma interestatal. D.I. geral e particular, comum e consensual. **Jus cogens**.
2. Força obrigatória do Direito Internacional. Teorias jus-naturalistas, voluntaristas e objetivas.
3. Validade do art. 2.º, n.º 6, da Carta da ONU.
4. Peculiaridades da norma internacional quanto à: a) elaboração; b) aplicação judicial; c) execução coativa.
5. Relação entre a norma internacional e interna.
6. Dualismo e monismo. Primado da norma internacional.
7. Textos convencionais e prática consuetudinária dos Estados nessa matéria.
8. Principais sistemas constitucionais.

IV — Fontes do Direito Internacional

1. Conceito. Fonte material e formal.
2. Art. 38, n.º 1, do Estatuto da CIJ.
3. Convenção internacional. **Pacta sunt servanda**.
4. Prática consuetudinária dos Estados.
5. Princípios gerais de direito.
6. Precedente judicial e doutrina dos publicistas.
7. Resolução de organização internacional.
8. Codificação. Obra da comissão de Direito Internacional da ONU.

V — Sujeitos de Direito Internacional

1. Estado. Elementos constitutivos. Formas especiais.
2. Soberania (art. 2.º, n.º 1, da Carta da ONU).
3. Estrutura do Estado.
4. Reconhecimento de Estado e de Governo.
5. Territórios sem governo próprio. Mandato. Tutela. Aquisição de independência.
6. Sucessão de Estados.
7. Personalidade das organizações internacionais.
8. Indivíduos. Responsabilidade internacional. Direitos.

VI — Atos Jurídicos Internacionais

1. Atos unilaterais. Acordos bi e multilaterais. Tratado-lei e tratado-contrato. Terminologia.
2. Prática dos Estados. Convenções de Havana, 1928, e de Viena, 1969.
3. Capacidade. Estado e Organização Internacional. **Treaty-making power.**
4. Consentimento, objeto e forma. Nulidade.
5. Celebração, ratificação, vigência e registro. Adesão.
6. Reservas. Interpretação, execução e efeitos.
7. Incorporação ao direito interno.
8. Revisão, denúncia e terminação.

VII — Direitos e Deveres do Estado

1. Independência. Autodeterminação.
2. Exercício da competência, inclusive jurisdicional.
3. Igualdade jurídica.
4. Legítima defesa.
5. Não-intervenção e ação coletiva.
6. Cooperação internacional. Extensão e órgãos.
7. Outros deveres.

VIII — Competência do Estado

1. Fatores determinantes: espaço, pessoas e outros. Âmbito da eficácia territorial de norma interna.
2. Elementos do território. Natureza da autoridade do Estado sobre cada elemento. Atos de império.
3. Território terrestre. Estabelecimento e perda de competência. Limites. Zonas polares.
4. Território equóreo. Zona contígua. Plataforma continental.
5. Alto-Mar. Competência relativa à navegação, pesca, outras utilizações econômicas e cabos submarinos. Testes nucleares e usos bélicos. Repressão da pirataria e tráfico de escravos.
6. Território aéreo. Competência relativa ao espaço aéreo não abrangido nos territórios estatais.
7. Espaço exterior e corpos celestes. Internacionalização. Tratado de 1967.
8. Competência extraterritorial, pessoal ou por outro título.

IX — Órgãos das Relações Interestatais

1. Chefe de Estado. Atribuições do Executivo, do Legislativo e Judiciário.
2. Ministro das Relações Exteriores e outros órgãos.
3. Relações e imunidades diplomáticas. Convenções de Havana, 1928, e Viena, 1961.
4. Congressos e conferências. Diplomacia parlamentar.
5. Relações consulares. Convenções de Viena, 1963.
6. Bens e serviços do Estado no estrangeiro. Doutrina dos Atos de Estado.
7. Organizações internacionais em suas relações externas.
8. Imunidades e privilégios das organizações internacionais.

X — Proteção Internacional dos Direitos Humanos

1. Distinção entre homem e súdito. Defesa de nacionais e estrangeiros contra abusos do Estado. Pressupostos.

2. Cartas da ONU e OEA. Declarações Americana e Universal.
3. Tratado de Roma, 1950, e protocolos adicionais. Carta Social da Europa. Pactos aprovados pela ONU em 1966.
4. Convenção Americana sobre Proteção de Direitos Humanos.
5. Órgãos de execução. Esgotamento dos recursos da jurisdição interna.
6. Direito de petição e acesso à jurisdição internacional.
7. Convenções especiais. Genocídio. Direitos da mulher. Escravidão e trabalho forçado. Discriminação. Asilo e outras.
8. Relação entre direitos humanos e democracia representativa. Projetos.

XI — Responsabilidade Internacional

1. Fundamentos: dever de reparar, abuso de direito ou teoria da boa-fé.
2. Ação ou omissão violadora do Direito Internacional. Atos do Legislativo, Executivo, Judiciário e fatos de particulares.
3. Imputabilidade. Causas excludentes da responsabilidade.
4. Denegação de justiça, negligência e violação de direito adquirido.
5. Proteção diplomática. Reclamação. Esgotamento dos recursos internos.
6. Danos causados por uso da energia nuclear ou do espaço exterior.
7. Reparação do dano.
8. Responsabilidade das organizações internacionais.

XII — Comunicações Internacionais

1. Vias terrestres, fluviais, marítimas e aéreas. Liberdade de circulação e comunicação. Direito de passagem inofensiva.
2. Convenções sobre circulação por estrada e ferrovia.

3. Principais convenções sobre rios, canais e estreitos internacionais. Tratados e legislação do Brasil.
4. Navios e estações. Regime da navegação.
5. Aeronaves. Convenção de Chicago, 1944, e as posteriores. OACI.
6. Foguetes e naves espaciais. Assistência a astronauta. Regime jurídico.
7. Convenção sobre telecomunicações. Repartição de frequências. Satélites de comunicação.

XIII — Solução Pacífica das Controvérsias

1. Controvérsia jurídica e conflito político. Distinção.
2. Negociação, bons ofícios e mediação.
3. Investigação e conciliação.
4. Solução através de organização internacional.
5. Arbitragem. Natureza e forma. Corte Permanente de Arbitragem. Processo. Efeitos do laudo. Convenções vigentes.
6. Solução judiciária. Corte Internacional de Justiça. Artigos 92 a 96 da Carta da ONU. Estatuto anexo.
7. Competência contenciosa e consultiva. Cláusula facultativa. Processo. Execução das decisões.
8. Outras cortes internacionais.

XIV — Segurança Coletiva e Uso da Força

1. Limitações do *jus ad bellum*. Pacto Brian-Kellog. Guerra crime. Interdição do uso da força (art. 2.º, n.º 4, da Carta da ONU).
2. Segurança internacional. Ameaça à paz. Medidas não coercitivas (arts. 39 a 41). Emprego de forças aéreas, navais ou terrestres (arts. 42 a 50).
3. Legítima defesa. Conceito de ataque armado. Limite ao exercício da defesa (art. 51).
4. Organismos regionais e ação coletiva (arts. 52 a 54).
5. Casos de uso da força pela ONU. As operações preventivas ou assecuratórias da paz. Custeio e aplicação do art. 19 da Carta. Força Interamericana de Paz.

6. **Jus in bello.** Convenções. Violações.
7. Neutralidade. Direitos dos beligerantes e neutros.
8. Testes nucleares. Tratado de Moscou, 1963. Proscrição das armas nucleares. Tratado do México, 1967. Tratado de Não-Proliferação.
9. Projetos de desarmamento. Requisitos de viabilidade jurídica.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal. Conflitos legislativos internacionais, interestaduais etc. Direito Internacional Privado. Direito Uniforme e Direito Comparado.
2. Fontes especiais do DIP: internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina. Conflitos entre as diversas fontes. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.
3. Divergência espacial de normas do DIP, teorias da renúncia e da devolução e divergência temporal das normas do DIP.
4. Território. Conceito e espécies. Conflitos na respectiva determinação. Antiga extraterritorialidade. Modificações territoriais.
5. Conflitos de qualificação. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.
6. Nacionalidade. Princípios gerais. Nacionalidade, cidadania e naturalidade. Espécies de nacionalidade. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação combinada com serviço público, residência e opção. Opção inconstitucional — Direito intertemporal — irrelevância do casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.
7. Naturalização. Espécie. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.
8. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
9. Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade.

- Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiros no serviço nacional.
10. Domicílio. Aquisição. Domicílio necessário. Domicílio de origem. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova de domicílio. Mudança de domicílio. Perda e reaquisição do domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.
11. Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, foro, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.
12. Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciários. Expulsão. Casos. Processos. Recursos. Efeitos.
13. Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.
14. Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.
15. Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à lei. A teoria dos direitos adquiridos.
16. Direito Civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do direito brasileiro.
17. Atos jurídicos. Vícios de consentimento. Forma. Prescrição.
18. Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma.
19. Do casamento consular.
20. Efeitos pessoais e patrimoniais do casamento.
21. Desquite, divórcio e anulação de casamento.
22. Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e Curatela. Proteção social dos incapazes.
23. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Substância e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e "aparentes". Dívidas em moedas estrangeiras e taxa de conversão.

24. Direito das sucessões. Testamentos. Do testamento consular.
25. Direito marítimo e aéreo internacional.
26. Direito Penal Internacional. Territorialidade e extraterritorialidade das leis penais.
27. Direito processual civil internacional. Competência. Forma do processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.
28. Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

I — Introdução ao Estudo das Teorias da Organização

II — Administração Pública:

- a) Organização administrativa federal.
- b) O Decreto-lei 200/67 e suas alterações.

III — Ministério das Relações Exteriores

a) Organização:

1. Secretaria de Estado: estrutura e competência dos diversos órgãos.
2. Missões diplomáticas: categorias, competência.
3. Repartições Consulares: categorias, competência.

b) Pessoal

1. Diplomacia: legislação, deveres e funções.
2. Oficial de Chancelaria: legislação, deveres e funções.
3. Funcionários administrativos, auxiliares locais: legislação, deveres e funções.
4. Cônsules Privativos e Honorários: legislação, deveres e funções.

c) Comunicações:

1. Regras gerais de correspondência oficial.
2. Andamento e trânsito de correspondência oficial.
3. Normas específicas de redação oficial.
4. Correspondência postal, telegráfica e serviço telex:
 - a) Memorando
 - b) Exposição de Motivos
 - c) Telegrama
 - d) Instruções
 - e) Ofício
 - f) Despacho
 - g) Aviso
 - h) Nota
 - i) Carta de Chancelaria
 - j) Carta de Gabinete
 - l) Carta
 - m) Circulares

IV — A Atividade Diplomática

- a) Introdução à teoria e prática da informação diplomática.
- b) Introdução à teoria e prática da representação diplomática.
- c) Introdução à teoria e prática da negociação diplomática.
- d) O papel do Secretário de Embaixada na atividade diplomática:
 1. A assessoria ao chefe da Missão Diplomática: conceitos e definição do campo.
 2. A atividade do Secretário em organizações multilaterais.
 3. A atividade do Secretário como chefe ou subchefe de Setor Comercial: a diplomacia como elemento de apoio ao empresário nacional.
 4. O Secretário de Embaixada e seu papel como Secretário-Executivo de Delegações brasileiras.

V — A Ética Diplomática

VI — O Diplomata e seu papel no processo de desenvolvimento econômico e social nacional:

- a) A identidade profissional;
- b) A eficácia diplomática;
- c) O dever profissional.

**C.P.C.D.
DIPLOMANDOS DE 1975**

AMÉRICO DYOTT FONTENELLE — (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 4º ano de Bacharelado da Faculdade de Direito da UERJ — Universidade Estadual do Rio de Janeiro (antiga UEG).

ANTÔNIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO — (Espanha — Brasileiro de acordo com o art. 129, item II, da Constituição de 1946)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de prata, 1º lugar.
Prêmio Rio-Branco — Medalha de prata, 2º lugar. Coursou até o 3º ano da Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES — (Itália — Brasileiro de acordo com o art. 129, item II, da Constituição de 1946)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de ouro, 1º lugar. Coursou até o 5º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito do Centro Universitário de Brasília (CEUB). "Diplôme d'Études Françaises (2^{ème} degré)" da Universidade de Nancy.

CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA — (Estado de Minas Gerais)

Coursou até o 5º ano de Bacharelado na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (FBCJ) Rio de Janeiro.

CEZAR AUGUSTO DE SOUZA LIMA AMARAL — (Estado do Paraná)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de bronze, 2º lugar. Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da UFRJ. Curso de Pós-Graduação em Direito e Relações Internacionais — Legislação do Comércio Exterior — Fundação Getúlio Vargas (3 semestres). Coursou o 1º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito Cândido Mendes.

DANTE COELHO DE LIMA — (Estado de Goiás)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UERJ — Universidade Estadual do Rio de Janeiro (antiga UEG).

EDUARDO DOS SANTOS — (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 5º ano (10º período) de Bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "Certificat Pratique de Langue Française" — Associação de Cultura Franco-Brasileira. Coursou até o 5º ano da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Coursou até o 3º semestre do Instituto Cultural Brasil-Alemanha — (ICBA).

ERNESTO OTTO RUBARTH — (Estado do Rio Grande do Sul)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Rio Grande (1971). Licenciado em Língua e Literatura Inglesa pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Rio Grande (1970). Coursou 1 semestre do Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Duração do Curso: 1 ano). Curso de Advocacia de Empresa, promovido pelo Instituto de Cultura Jurídica do Rio de Janeiro (1972). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Rio Grande do Sul.

FERNANDO AUGUSTO FERRAZ MUGGIATI — (Estado do Paraná)

Coursou até o 4º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito da UERJ — Universidade do Estado do Rio de Janeiro (antiga UEG). Aluno do 6º período do Curso de Ciências Econômicas — Faculdade Bennet. "Diplôme de Saint-Cloud" — especialização de ensino de Francês em audiovisual (1969). "Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises" (1968). "Proficiency Certificate in English" pela Universidade de Cambridge (1969). Professor da Associação de Cultura Franco-Brasileira — "Alliance Française" (1969/70).

GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA — (Estado do Rio de Janeiro)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. "Lower and Proficiency Certificates in English" pela Universidade de Cambridge. "Certificate of Proficiency in English Language" pela Universidade de Michigan. "Certificate of Proficiency — Trinity College — London". "Certificat Pratique de Langue Française — (1er degré) — Université de Nancy". Certificat d'Études Pratiques de l'Alliance Française au Brésil (CEPAL). Certificado de conclusão do "Curso Médio de Língua Alemã — "Mittelstufe II" — Instituto Cultural Brasil-Alemanha.

MARCELO ROBERTO SOARES DE NOVAES — (Estado de São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1972). "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Michigan. Curso de especialização de tradutores e intérpretes de Inglês-Português do Professor Daniel Brilhante de Brito. Certificado de conclusão do Curso da Cultura Americana (ICEBEU). "Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises (3ème degré)" pela Universidade de Nancy. Certificado de conclusão do Curso regular da "Alliance Française" (8º ano) — Sociedade de Cultura Franco-Brasileira. Diploma do "Corso Triennale di Italiano do Istituto Italiano di Cultura".

MARCOS CARAMURU DE PAIVA — (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 4º ano (8º período) de Administração da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coursou

até o 2º ano (4º período) na Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diploma de conclusão do Curso de Inglês do Instituto de Idiomas Yázigí. Coursou até o 5º ano do Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU).

MARIA STELA SANTOS POMPEU BRASIL — (Estado de Pernambuco)

Aluna do 5º ano de Bacharelado da Faculdade de Direito da UERJ — Universidade do Estado do Rio de Janeiro (antiga UEG). "Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises (3ème degré), Diplôme d'Études Françaises (2ème degré), Certificat Pratique de Langue Française (1er degré) — Université de Nancy".

MAURÍCIO ROBERTO OSWALD VIEIRA — (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 3º ano de Bacharelado da Faculdade de Direito Cândido Mendes. "Certificat Pratique de Langue Française" da Associação de Cultura Franco-Brasileira — (Petrópolis). Diploma do Curso Básico II — Goethe Institut em Passau — República Federal Alemã (21/1/75 a 27/2/75).

RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO — (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 4º ano de Bacharelado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. "Lower and Proficiency Certificates in English" pela Universidade de Cambridge. Tradutor e intérprete de Inglês — Curso do Professor Daniel Brilhante de Brito.

RÉGIS PERCY ARSLANIAN — (Estado do Rio de Janeiro)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UERJ — Universidade do Estado do Rio de Janeiro (antiga UEG). "Certificate in English — Davies' School" — Londres. "Lower Certificate in English" pela Universidade de Cambridge. 1º ano Literário da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Diploma do Curso Básico I, no Goethe Institut em Kochel Am See (de 2/1/75 a 27/2/75) — München — República Federal Alemã. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Rio de Janeiro.

RENAN LEITE PAES BARRETO — (Estado do Rio de Janeiro)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concluiu o 2º período de Economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1970). "Certificat du Cours de Langue et Civilisation Françaises" — Sorbonne — Paris (1966). "Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises (2ème degré) — Université de Nancy". Certificado de Língua Inglesa — Curso Oxford — Rio. Diploma do Curso Básico I, no Goethe Institut em Kochel Am See (de 2/1/75 a 27/2/75) München — República Federal Alemã.

ROBERTO TEIXEIRA DE MESQUITA — (Egito — Brasileiro de acordo com o art. 129, item II, da Constituição de 1946)

Aluno do 5º ano de Bacharelado da Faculdade de Direito da UERJ — Universidade do Estado do Rio de Janeiro (antiga UEG).

ROMERO CABRAL DA COSTA FILHO — (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 5º ano de Bacharelado da Faculdade de Direito da UERJ — Universidade do Estado do Rio de Janeiro (antiga UEG). "Lower Certificate in English" pela Universidade de Cambridge. Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Rio de Janeiro (Estagiário).

RUBEM ANTONIO CORRÊA BARBOSA — (Estado do Rio de Janeiro)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes (1974). "Lower Certificate in English" pela Universidade de Cambridge.

RUY CARLOS PEREIRA — (Estado de Santa Catarina)

Aluno do 4º ano de Bacharelado da Faculdade de Ciências Jurídicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SERGIO SANGINITO NOVAES DA SILVA — (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 4º ano (8º período) da Faculdade de Direito da Universidade Gama Filho. Cursando o 1º ano da Faculdade de Economia da Universidade Gama Filho. "Lower Certificate in English" pela Universidade de Cambridge. Cursou até o 2º ano Literário da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Curso de Italiano (3 anos) — "Istituto Italiano di Cultura". Curso de Alemão (4 anos) — Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA). Curso de Japonês 1 ano) — Instituto Cultural Brasil-Japão.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

O aperfeiçoamento de diplomatas se faz através de cursos mantidos pelo Instituto Rio-Branco ou mediante programas de estudo por este estabelecidos para serem cumpridos em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras. O Instituto organizou o Curso de Prática Diplomática e Consular (C.P.D.C.), destinado a dar aos diplomatas da classe inicial orientação específica sobre as tarefas que terão de executar em postos no exterior.

Os diplomatas lotados no exterior podem beneficiar-se, em universidades estrangeiras, de um programa de treinamento avançado para a realização de estudos de pós-graduação, entre outros.

CURSO DE PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR (C.P.D.C.)

O Curso de Prática Diplomática e Consular destinado aos Terceiros-Secretários graduados pelo Instituto Rio-Branco em 1974, realizou-se na Secretaria de Estado, de 13 de outubro a 19 de dezembro de 1975, sob a coordenação executiva do Secretário Carlos Atila Alvares da Silva, Coordenador-Geral, auxiliado pelo Secretário Mário Ermani Saade, Coordenador-Adjunto. As sessões foram diárias e os trabalhos didáticos se efetuaram através de palestras e seminários entregues à direção dos chefes de Departamento e de Divisão, e no impedimento deles, de funcionários diplomáticos por eles designados.

O período regulamentar de 10 semanas foi ocupado, segundo o critério de concentração de esforços, nos assuntos de natureza substantiva de interesse atual. Assim sendo, das 10 semanas, três foram dedicadas às disciplinas de Prática Diplomática I (Cerimonial), Prática Consular e Assuntos Administrativos, as de-

mais, às Cadeiras de Prática Diplomática II, subdividida em Assuntos Políticos, Econômicos e Culturais, e Promoção Comercial.

Para 1975, impôs-se uma revisão dos programas tradicionais das matérias de Prática Diplomática I, Prática Consular e Organização de Chancelarias, como resultado da ampliação da Cadeira de Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. no CPCD, que passou a ser ministrada durante todo um ano letivo.

Concluíram o CPDC em 1975, os Terceiros-Secretários abaixo relacionados:

Antonio Fernando Cruz de Mello
Carlos Alberto Lopes Asfora
Carlos Augusto Loureiro de Carvalho
Carlos Eduardo Botelho da Silva
Edson Marinho Duarte Monteiro
Eduardo Prisco Paraíso Ramos
Francisco José Alonso Vellozo Azevedo
João Zicardi Navajas
José Eduardo Martins Felício
José Maria de Carvalho Coelho
Márcio Araújo Lage
Maria da Graça Nunes Carrión
Mauro Luiz Lecker Vieira
Piragibe dos Santos Tarragô
Roberto Pires Coutinho
Vitor Cândido Paim Gobato.

APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS LOTADOS NO EXTERIOR

Dentro do programa de aperfeiçoamento profissional no exterior, previsto no art. 29 e seus parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foram contemplados com auxílio financeiro, nos termos das circulares n.º 6.681, de 26 de abril de 1967, e n.º 443, de 25 de fevereiro de 1971, os seguintes diplomatas matriculados em Universidades estrangeiras — alguns continuando os cursos anteriormente iniciados e outros matriculados no corrente ano:

Secretário Antônio Humberto de Albuquerque e Fontes Braga — 1975 — E.U.A. — Washington — “George Washington University — (School of Public and International Affairs)” — Mestrado em Assuntos Internacionais.

Secretário Arthur Vivacqua Corrêa Meyer — 1975 — E.U.A. — Chicago — “The University of Chicago — (Department of Economics)” — Mestrado em Economia.

Secretário Flávio Moreira Sapha — 1975 — E.U.A. — Nova York — “New York University — (Graduate School of Arts and Sciences)” — Mestrado em Ciências Políticas.

Conselheiro Francisco Hermógenes de Paula — 1975 — Canadá — Montreal — “Concordia University” — “International Relations” — (Curso de Extensão Universitária).

Secretário Gelson Fonseca Júnior — 1974/75 — E.U.A. — Washington — “Georgetown University” — Mestrado em Ciências Políticas (1974). Mestrado em Estudos Latino-Americanos (1975).

Secretário Guilherme Fausto da Cunha Bastos — 1975 — E.U.A. — Nova York — “New York University — (School of Arts and Science-Politics)” — Mestrado em Ciências Políticas.

Secretário Jório Salgado Gama Filho — 1973/74/75 — Líbano — Beirute — “American University of Beirut” — (Faculdade de Artes e Ciências) — Mestrado em Ciências Políticas. (Preparando tese).

Secretário José Antônio Castello Branco de Macedo Soares — 1973/74/75 — E.U.A. — Washington — “George Washington University — School of Public and International Affairs” — “Master in Latin American Studies”; “(Graduate School of Arts and Sciences)” — Doutorado em História da América Latina.

Secretário José Guilherme Alves Merquior — 1975 — Inglaterra — Londres — “Oxford International Conference for Officials and Officers” — Seminário sobre Mudança Regional e Ordem Mundial.

Secretário José Vicente Sá Pimentel — 1974/75 — E.U.A. — Washington — “Georgetown University — (School of Foreign Service)” — “Master in Foreign Service — (MSFS)”.

Conselheiro Lindolfo Leopoldo Collor — 1975 — E.U.A. — Nova York — “New York University — (Graduate School of Arts and Sciences)” — Mestrado em Ciências Políticas.

Secretário Luiz Sérgio Gama Figueira — 1973/74/75 — E.U.A. — Washington — “George Washington University — (Graduate School of Arts and Sciences)” — Mestrado em Economia.

Secretária Margarida Zóbaran — 1975 — E.U.A. — Nova York — “New York University — (Graduate School of Arts and Sciences)” — Mestrado em Política Internacional.

Secretário Maurício Eduardo Cortes Costa — 1974/75 — Inglaterra — Londres — “City University — (Polytechnic of Central London)” — Pós-graduação em Estudos de Administração.

Secretário Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra — 1974/75 — E.U.A. — Washington — “George Washington University” — Mestrado em Economia. (“School of Public and International Affairs”) — “Master in Latin American Studies”.

Secretário Roberto Rodrigues Krause — 1974/75 — E.U.A. — Washington — “George Washington University” (1974) — “Georgetown University” (1975) — Mestrado em Ciências Políticas.

Secretário Sérgio Elias Couri — 1973/74/75 — E.U.A. — Nova York — "New York University" — Mestrado em Economia. (Preparando tese).

Conselheiro Yvonne Magno Pantoja — 1975 — E.U.A. — Chicago — "Northwestern University of Chicago" — Doutorado em Ciências Políticas.

Oficial de Chancelaria Luiz Carlos Lessa Vignoles (*) — 1975 — Japão — Tóquio — "Sophia University" — Curso de Língua Japonesa.

(*) Em caráter excepcional.

CURSO DE PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR (C.P.D.C.)

PRÁTICA DIPLOMÁTICA I — CERIMONIAL

- 1 — Regras Gerais de precedência
- 2 — Usos Diplomáticos
- 3 — Atividades sociais em uma Missão Diplomática
- 4 — Visitas oficiais
- 5 — Festas nacionais, luto ou calamidades públicas
- 6 — Condecorações e medalhas
- 7 — Privilégios e imunidades

1.0 — Regras Gerais de precedência

- 1.1 — Precedência da República do Brasil.
- 1.2 — Precedência do Corpo Diplomático
- 1.3 — Precedência entre as Missões Diplomáticas
- 1.4 — Precedência entre os Chefes de Missão
- 1.5 — Precedência dos membros de uma Missão Diplomática
- 1.6 — Lista Diplomática
- 1.7 — Precedência do Corpo Consular
- 1.8 — Precedência entre instituições de uma colônia de nacionais no exterior.
- 1.9 — Equivalência de cargos civis e militares.
- 1.10 — Precedências especiais: Senhoras viúvas e desquitadas; maridos de funcionárias diplomáticas.

- 1.11 — Precedência "de cortesia".
- 1.12 — Conflitos entre as precedências oficial e de cortesia.
- 1.13 — Precedência em mesas de conferências.

2.0 — Usos diplomáticos

- 2.1 — Importância dos detalhes protocolares.
- 2.2 — Modelos de convites.
- 2.3 — Respostas a convites.
- 2.4 — Agradecimentos a convites.
- 2.5 — Envio de flores.
- 2.6 — Sobrescritos de envelopes.
- 2.7 — Vestuário.
- 2.8 — Diferentes tipos de mesas de jantar e respectivas cabeceiras.
- 2.9 — Planos de mesa.
- 2.10 — Pontualidade.
- 2.11 — Cartões de visitas.
- 2.12 — Bandeiras.
- 2.13 — Pronunciamento de alocações.
- 2.14 — Filas de recebimento em recepções.
- 2.15 — Cortejo para salas de refeições.
- 2.16 — Cortejo de automóveis.
- 2.17 — Obrigações das mulheres dos diplomatas.

3.0 — Atividades sociais em uma Missão diplomática

- 3.1 — Almoços, jantares e recepções usuais.
- 3.2 — Recebimento do Presidente da República do Brasil.
- 3.3 — Recebimento do Ministro das Relações Exteriores.
- 3.4 — Recebimento de Chefe de Estado estrangeiro.
- 3.5 — Recebimento de Príncipe ou Cardeal.
- 3.6 — Recebimento de tripulação de navio de guerra ou navio escola brasileiro.

4.0 — Visitas oficiais

- 4.1 — Organização da visita. Providências práticas.
- 4.2 — Visita de Chefe de Estado estrangeiro.
- 4.3 — Visita de Chefe de Governo estrangeiro.
- 4.4 — Visita de Ministro de Estado estrangeiro.
- 4.5 — Visita de outras personalidades.
- 4.6 — Visita em caráter privado de personalidades estrangeiras.

5.0 — Festas nacionais, luto ou calamidades públicas

- 5.1 — Comemorações em uma Missão diplomática.
- 5.2 — Cortesias de Governo a Governo.
- 5.3 — Decretação de luto oficial.
- 5.4 — Cortesias: assinatura de livro, telegramas.
- 5.5 — Cerimônias religiosas.

6.0 — Condecorações e medalhas

- 6.1 — Principais ordens honoríficas brasileiras e estrangeiras.
- 6.2 — Concessão e aceitação de condecorações. Regulamentos.
- 6.3 — Uso de condecorações.

7.0 — Privilégios e imunidades

- 7.1 — Convenção de Viena sobre relações diplomáticas.
- 7.2 — Inviolabilidade.
- 7.3 — Imunidade de jurisdição.
- 7.4 — Isenção de impostos e taxas.
- 7.5 — Isenção de obrigações de caráter público.
- 7.6 — Renúncia de imunidades.
- 7.7 — Privilégios aduaneiros.
- 7.8 — Privilégios dos familiares.
- 7.9 — Privilégios relativos ao automóvel.
- 7.10 — Lisura na utilização de privilégios.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA II

I — Assuntos Econômicos:

- 1.0 — Petróleo. A crise energética mundial. "Diplomacia econômica."
- 1.1 — Produtos de base. Acordos internacionais.
- 1.2 — Política comercial. UNCTAD, GATT, CEE.
- 1.3 — ALALC e COMECOM.
- 1.4 — Política de transportes internacionais.
- 1.5 — Sistema monetário internacional.

II — Assuntos Comerciais:

- 2.0 — Introdução à Promoção comercial.
- 2.1 — O sistema de Promoção comercial.
- 2.2 — A reorganização do sistema.
- 2.3 — Informação comercial.
- 2.4 — Promoções diretas e turismo.
- 2.5 — Funcionamento dos setores.
- 2.6 — Programa e orçamento-programa.
- 2.7 — Programa para 1975.

III — Assuntos Políticos:

- 3.0 — ONU — Direito do mar — Conferência de Genebra.
- 3.1 — ONU — Desarmamento.
- 3.2 — ONU — Meio ambiente: ecologia, demografia e ação diplomática. Conferência de Bucareste e de Nairobi.
- 3.3 — ONU — O papel da ONU nas crises internacionais. Oriente Próximo — Chipre.
- 3.4 — América Latina — Aspectos políticos da integração econômica.
- 3.5 — ALALC, Pacto Andino, MCCA e CARIFTA.

PROMOÇÃO COMERCIAL

1 — Introdução

2 — O Sistema de Promoção Comercial

- 2.1 — A Secretaria-Geral Adjunta
- 2.2 — Os Setores

2.3 — A Cacex

2.4 — A Coleste

3 — A Reorganização do Sistema

3.1 — A análise do Sistema

3.2 — Sugestões

3.3 — Programas a curto, a médio e a longo prazo

4 — Informação Comercial

4.1 — Oportunidades comerciais

4.2 — Concorrências públicas

4.3 — Estudos de mercado

4.4 — A empresa internacional

4.5 — Comunicações e divulgação

4.6 — Publicações

5 — Promoções Diretas e Turismo

5.1 — Planejamento do programa de promoções diretas — feiras, missões comerciais e visitas de importadores

5.2 — Atuação interna — arregimentação e organização

5.3 — Turismo

6 — Funcionamento dos Setores

6.1 — Infra-estrutura e organização do serviço

6.2 — Contatos com o importador estrangeiro

6.3 — Estudos de mercado

6.4 — Assistência ao exportador brasileiro

6.5 — Divulgação no exterior de oportunidades comerciais

6.6 — Participação em promoções diretas

7 — Programa e Orçamento-programa

7.1 — Formulação do programa

7.2 — Recursos disponíveis

7.3 — Aplicação da dotação "Promoção Comercial"

7.4 — Programa para 1975.

PRÁTICA CONSULAR

1.0 — O Serviço Consular.

1.1 — O Serviço Consular Brasileiro:

- 1.1.1 — Consulados de carreira.
- 1.1.2 — Serviço Consular nas Missões Diplomáticas.
- 1.1.3 — Consulados Privativos.
- 1.1.4 — Consulados Honorários.

1.2 — Corpo Consular:

- 1.2.1 — Características locais. Decanato. Reuniões.
- 1.2.2 — Relações entre os membros do Corpo Consular.

2.0 — Os Cônsules.

- 2.1 — Carta-Patente.
- 2.2 — Reconhecimento provisório
- 2.3 — Exequatur.
- 2.4 — Privilégios e imunidades.
- 2.5 — Chegada ao posto. Providências e visitas.
- 2.6 — Relações com as autoridades locais.
- 2.7 — Relações com a Missão Diplomática e demais Repartições brasileiras.
- 2.8 — Passagem de direção (características particulares das Repartições consulares).

3.0 — Controle consular.

- 3.1 — Legalização de faturas comerciais.
- 3.2 — Licenças ou guias de importação.
- 3.3 — Legalização de listas de bens e importação de automóveis.
- 3.4 — O Cônsul Capitão-do-Porto. Atribuições. Mudança de bandeira.

4.0 — Atos notariais do Registro Civil.

- 4.1 — Registro de nascimento. Casamento. Óbito.
- 4.2 — Procurações. Reconhecimento de firmas. Contratos.
- 4.3 — Testamento e inventário.

5.0 — Proteção de interesses de brasileiros.

- 5.1 — Matrícula e expedição de título de nacionalidade.
- 5.2 — Auxílio e Repatriação.
- 5.3 — Serviço Militar.
- 5.4 — Reclamações de dívidas.

6.0 — Passaportes.

- 6.1 — Passaportes brasileiros. Expedição e prorrogação.
- 6.2 — Passaportes estrangeiros. Vistos.

7.0 — Renda Consular.

- 7.1 — Emolumentos consulares. Isenções.
- 7.2 — Estampilhas. Escrituração. Conta bancária especial. Recolhimento à Delegacia do Tesouro.

ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CHANCELARIAS

1.0 — O Asilo diplomático

- 1.1 — Pedido de asilo.
- 1.2 — Interrogatório e obtenção de informações.
- 1.3 — Concessão do asilo.
- 1.4 — Comportamento do asilado.
- 1.5 — Obtenção do salvo-conduto.
- 1.6 — Partida do asilado.

2.0 — Segurança de Missão diplomática

- 2.1 — Segurança de instalações.
- 2.2 — Segurança de material.
- 2.3 — Segurança de comunicações.
- 2.4 — Segurança de pessoal.
- 2.5 — Segurança da ação diplomática.

3.0 — Casos especiais

- 3.1 — Chancelaria de Delegação junto a Organismos Internacionais.
- 3.2 — Chancelaria de Repartição consular.
- 3.3 — Abertura de Missão diplomática (aspecto administrativo).
- 3.4 — Passagem de direção (aspecto administrativo).
- 3.5 — Encerramento de Missão diplomática.
- 3.6 — Proteção de interesses (aspecto administrativo)
 - 3.6.1 — Proteção de interesses por terceiro país.
 - 3.6.2 — Proteção de interesses de terceiro país.

4.0 — Responsabilidades dos funcionários

- 4.1 — Responsabilidade individual e coletiva.
- 4.2 — Disciplina. Regulamentos. Praxe. Hierarquia.
- 4.3 — Relações humanas. Peculiaridades da vida no exterior.
- 4.4 — A importância profissional da versatilidade.

NOTA: Os demais aspectos do programa desta matéria foram apreciados na cadeira "Organização e Métodos de Trabalho do MRE", do CPCD.

COMUNICAÇÕES

- 1.0 — Transmissão de informações: escolha de meios
- 2.0 — Segurança das comunicações: os meios de cifração
- 3.0 — Malas diplomáticas e correspondência postal
- 4.0 — Correspondência telegráfica

CURSOS ESPECIAIS E DE EXTENSÃO

Além de cursos para diplomatas, é facultado ao Instituto Rio-Branco estabelecer Cursos Especiais (C.E.) e de Extensão (C.Ex.). Os primeiros se destinam ao aperfeiçoamento ou à especialização, seja de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, seja de estudantes e graduados de escolas superiores, neste caso em mandato universitário. Os Cursos de Extensão têm por finalidade a difusão de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais.

(C. E.)

Língua Alemã

Os cursos de língua alemã, subvencionados pelo Instituto Rio-Branco, foram ministrados, em 1975, tanto no Rio de Janeiro como em Brasília, na sede do Instituto Cultural Brasil-Alemanha.

Rio de Janeiro

Como foi referido acima, adotou-se o sistema, já praticado em Brasília, de concessão de bolsas de estudo para cursos, em diversos níveis, na sede do ICBA.

Matricularam-se, no 1.º semestre, os seguintes alunos da turma do 2.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Dante Coelho de Lima
Eduardo dos Santos
Maurício Roberto Oswald Vieira
Maria Stella Santos Pompeu Brasil
Régis Percy Arslanian

Não houve matrícula no 2.º semestre, visto ter sido antecipado, para o mês de agosto, o encerramento do 2.º ano letivo do CPCD.

Brasília

No 1.º semestre de 1975, iniciado em 1.º de abril, foram concedidas 42 bolsas de estudo para 21 diplomatas e 21 servidores administrativos deste Ministério. Terminaram este período 25 alunos.

No 2.º semestre, iniciado a 11 de agosto, foram concedidas bolsas para 23 alunos, alguns continuando o curso iniciado no 1.º período e outros matriculados neste último período.

CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO NA CARREIRA DE DIPLOMATA

A existência de vagas na classe inicial da Carreira de Diplomata levou o Instituto Rio-Branco a realizar, em 1975, o Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira. Trata-se do 5.º Concurso de Provas realizado desde a criação do Instituto, sendo que os demais foram efetuados em 1954, 1955, 1962 e 1967.

Regeu-se o Concurso pela Portaria Ministerial n.º 401, de 4 de março de 1975, que altera dispositivos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, Decreto n.º 60.355, de 10 de maio de 1967, e pela Portaria Ministerial n.º 402, da mesma data, que aprova as instruções e programas. Compreendeu três fases:

- 1.ª Fase: provas eliminatórias escritas de Português, Francês e Inglês e orais de Francês e Inglês, sendo de 50 (cinquenta) a nota mínima para aprovação em cada uma delas.
- 2.ª Fase: exames de sanidade e capacidade física e psíquica; investigação acerca dos costumes e do conceito corrente do candidato e entrevista;
- 3.ª Fase: provas escritas subdivididas em dois grupos: A) **eliminatórias**: Economia, Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado. Nota mínima de 50 (cinquenta) para aprovação em cada uma delas. B) **classificatórias**: Geografia, História do Brasil, História Mundial, Direito Civil e Comercial e Direito Constitucional.

As condições para a inscrição foram as mesmas exigidas para o Exame Vestibular ao C.P.C.D. exceto a faixa etária máxima que foi ampliada para 32 anos na data da abertura da inscrição.

1.ª Fase:

As inscrições para as provas eliminatórias de línguas, que deveriam permanecer abertas de 5 de maio a 30 de junho, foram prorrogadas até 31 de julho. (Portaria Ministerial n.º 406, de 20 de junho de 1975).

As provas se efetuaram nos dias 9, 10 e 11 de setembro, no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

A banca examinadora presidida pelo Embaixador Alfredo Teixeira Valladão, Diretor do Instituto Rio-Branco e assessorada pelo Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit, Chefe da Secretaria do IRBR, ficou assim constituída:

Português

Professores

Evanildo Bechara e
Adhemar Gabriel Bahadrian

Francês

Professores

Daniel Harold Benson e
Fátima dos Santos

Inglês

Professoras

Aíla de Oliveira Gomes
Maria Regina Abrantes da Silva Pinto e
Klara Silvia Wirz

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro foram aplicadas pelos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Luiz Cesar Vinhaes da Costa
Brasília — Conselheiro Arnaldo Rigueira
Porto Alegre — Secretário Maria da Graça Nunes Carrión
Recife — Secretário Abílio Machado Cantuária
Salvador — Secretário João Zicardi Navajas
São Paulo — Secretário João Alfredo Pinheiro Monteiro

Movimento Geral

Inscritos	293
Desistentes	81
Submeteram-se às provas	212
Aprovados	53
(Rio de Janeiro 39, Belo Horizonte 2, Brasília 5, Recife 2, São Paulo, 5).	

As provas orais de Francês e Inglês foram realizadas de 7 a 11 de outubro, na sede do Instituto Rio-Branco.

Foram mantidos os mesmos examinadores das provas escritas.

Movimento Geral

Desistente	1
Submeteram-se às provas	52
Reprovados	9
Aprovados	43

{ 7 em Inglês
2 em Francês

2.ª Fase

Os exames da 2.ª Fase tiveram início em 13 de outubro: compreenderam exames de sanidade e capacidade física, realizados no Centro de Medicina Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Brigadeiro-Médico Doutor Plínio Riccardi, e exames de sanidade e capacidade psíquica efetuados no Instituto de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela seguinte comissão: Doutor Eustáchio Portella Nunes Filho, presidente; Doutores Luciano Barbosa Lopes e Jorge Adelino Rodrigues da Silva e Psicólogas Geni Kooperman e Terezinha Feres. Como coordenador dos referidos exames foi designado o Doutor Fernando Cardoso de Souza, encarregado do Setor Médico do Escritório Regional do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro.

A comissão incumbida de avaliar a aptidão profissional dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7.º e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Conselheiro Sérgio de Queiroz Duarte, Conselheiro Mauro Mendes de Azeredo e Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit. Submeteram-se a esses exames os 43 candidatos aprovados nas provas da 1.ª Fase do Concurso.

Convocados	43
Inabilitados	3
Habilitados	40

3.ª Fase

A 3.ª Fase do Concurso de Provas iniciou-se em 17 de novembro e prosseguiu até 5 de janeiro de 1976.

A banca examinadora presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Alfredo Teixeira Valladão, e assessorada pelo Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit, Chefe da Secretaria, foi constituída dos seguintes professores:

Provas Eliminatórias

Economia

Professores

Alfredo Luiz Baumgarten e
Rosélia Perissé da Silva Piquet

Direito Internacional Público

Professores

Carlos Alberto Dunshee de Abranches e
Celso Duvivier Albuquerque Mello

Direito Internacional Privado

Professores

Haroldo Teixeira Valladão e
Hilton Carlos da Silva Rios

Provas Classificatórias

Geografia

Professora Bertha Koiffmann Becker

História do Brasil

Professor José Sales Tiné

História Mundial

Professor Arno Wehling

Direito Civil e Comercial

Professores

Theophilo de Azeredo Santos e
Caio Mário da Silva Pereira

Direito Constitucional

Professor Armando de Oliveira Marinho

Compareceram à primeira prova os 40 candidatos aprovados na 2.ª Fase do Concurso.

Movimento Geral — Provas Eliminatórias

Matérias	Prestaram Prova	Reprovados	Aprovados
Economia	40	5	35
Direito Internacional Público	35	1	34
Direito Internacional Privado	34	7	27 (*)

(*) Dos 27 candidatos aprovados um não conseguiu a média global mínima exigida de 60 pontos.

Foi a seguinte a classificação final:

Marcio Florêncio Nunes Cambraia
Edmundo Sussumu Fujita
Fausto Martha Godoy
Maria Lucy Gurgel Valente
Genésio Silveira da Costa
Gonçalo de Barros Carvalho e Melo Mourão
Maria Ercília Borges Alves
Paulo Cesar de Oliveira Campos
Miguel Gustavo de Paiva Torres
Paulo Tarrisse da Fontoura
Maria Aparecida Lopes Nahu
Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas
Antonio José Maria de Souza e Silva
Mario Vilalva
Gustavo Mesquita de Siqueira
Carlos Henrique Cardim
Gilberto de Almeida Ferreira
Paulo Antonio Pereira Pinto
Carlos Augusto de Oliveira
Alirio de Oliveira Ramos
Michael Patricius de Almeida Goggin
Josal Luiz Pellegrino
Adalnio Senna Ganen
João Batista Cruz
René Pinto de Mesquita Junior
Carlos Alfredo Lazary Teixeira

Os candidatos aprovados deverão ser nomeados para a classe inicial da Carreira de Diplomata de acordo com a classificação final e farão estágio intensivo de treinamento profissionalizante no Instituto Rio-Branco.

PROGRAMAS

1.^a FASE

PROVAS ELIMINATÓRIAS DE LÍNGUAS:

PORTUGUÊS

A prova de Português constará das seguintes partes:

a) Redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 450 a 600 palavras.

Valor: 60 pontos.

b) Resumo de um ou mais textos.

Valor: 40 pontos.

FRANCÊS E INGLÊS

As provas escritas de Francês e Inglês constarão de duas partes:

a) Redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de, no mínimo, 400 palavras.

Valor: 60 pontos.

b) Versão de um ou mais textos.

Valor: 40 pontos.

As provas orais de Francês e Inglês constarão de duas partes:

a) Exposição sobre tema de atualidade e perguntas sobre o assunto (o candidato terá 10 minutos para preparar a exposição).

Duração: 10 minutos.

Valor: 50 pontos.

b) Leitura e tradução de texto em linguagem corrente e respostas a perguntas relativas a este texto.

Duração: 15 minutos.

Valor: 50 pontos.

3.^a FASE

Todas as provas escritas da 3.^a Fase se comporão de:

a) Dissertação, no valor de 40 pontos.

b) Três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

PROVAS ESCRITAS ELIMINATÓRIAS:

ECONOMIA

I — Análise Microeconômica

1 — Teoria do Consumidor

1.1 — A procura de bens de consumo. O conceito de elasticidade. Relações entre elasticidade, receita total e receita marginal.

1.2 — O conceito de utilidade e o de utilidade marginal. O princípio da utilidade marginal decrescente. Curvas de indiferença. O equilíbrio do consumidor. Os efeitos preço, renda e substituição.

2 — Teoria da Produção

2.1 — Função de produção. Lei dos rendimentos decrescentes. Curvas de igual produto. A procura por fatores de produção. Complementaridade e substituição.

2.2 — As curvas de custo. Custos totais, médios e marginais. Custos de curto e longo prazo. A curva de oferta da firma.

3 — A Formação dos Preços

- 3.1 — A formação dos preços em concorrência perfeita e em regime de monopólio. Distorções típicas do monopólio. Os monopólios naturais.

4 — Preços dos Fatores de Produção

- 4.1 — A noção de procura derivada.

II — Contabilidade Nacional

- 1 — Noções básicas de Contabilidade Nacional. Os grandes agregados: Produto, Renda, Despesa.
- 2 — Sistema de Contas Nacionais no Brasil.
- 3 — Medição do crescimento econômico. Índice do Produto Real.

III — Moeda e Política Monetária

- 1 — Funções e evolução da moeda.
- 2 — O conceito de meios de pagamento.
- 3 — O papel dos bancos na criação da moeda.
- 4 — Estrutura do sistema monetário no Brasil.
- 5 — Instrumentos de política monetária. Redescontos, recolhimentos compulsórios, etc.

IV — Análise Macroeconômica

- 1 — Teoria Neoclássica do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
 - 1.1 — Lei de Say
 - 1.2 — Função de produção de curto prazo
 - 1.3 — O mercado de trabalho
 - 1.4 — Teoria quantitativa da moeda
 - 1.5 — O conceito de equilíbrio a pleno emprego
 - 1.6 — Mecanismo Cumulativo de Wicksell
- 2 — Teoria Keynesiana do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
 - 2.1 — Fundamentos da teoria keynesiana
 - 2.2 — Tipos de desemprego

2.3 — Princípios da demanda efetiva

2.4 — As funções Consumo e Poupança. A propensão marginal a consumir e a poupar

2.5 — Teoria da Preferência pela Liquidez

2.6 — Modelo keynesiano simplificado

2.7 — O multiplicador

V — Política Fiscal

- 1 — O papel do Governo no sistema econômico.
- 2 — Tipos de impostos. Impostos diretos e indiretos.
- 3 — Progressividade e Regressividade.
- 4 — Orçamento Público. Receita, Despesa, Deficit e Superavit.
- 5 — Efeitos econômicos da política fiscal.

VI — Desenvolvimento Econômico

- 1 — Desenvolvimento econômico: conceito, medidas estatísticas, comparações internacionais.
- 2 — Fatores do crescimento econômico: a acumulação de capital; os recursos humanos; o papel da tecnologia.
- 3 — Teorias do crescimento econômico: teoria do crescimento equilibrado; teoria do crescimento desequilibrado; o modelo Harrod/Domar.
- 4 — Problemas do desenvolvimento: industrialização, comércio exterior, inflação.

VII — Comércio Internacional

- 1 — Teoria das Vantagens Comparativas.
- 2 — Estrutura do Balanço de Pagamentos.
- 3 — Proteção Tarifária versus Integração econômica.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

- 1 — Sociedade Internacional e Direito Internacional Público. A relevância do Direito Internacional Público nas relações internacionais. A norma internacional. O princípio da efetividade. Os novos Estados e o Direito Internacional Público.

- 2 — Direito Internacional e Direito Interno.
- 3 — Fontes do Direito Internacional Público. Tratados. Costumes. Princípios Gerais do Direito. Decisões das organizações internacionais. Atos unilaterais.
- 4 — Pessoas Internacionais.
- 5 — Estados. Características. O aspecto formal da noção de Estado e a realidade da vida internacional. Classificação. Reconhecimento de Estado e Governo: aspectos jurídicos e políticos.
- 6 — Direitos Fundamentais dos Estados e suas restrições. Intervenção: direito e política.
- 7 — Responsabilidade Internacional.
- 8 — Coletividades não estatais.
- 9 — Organização das Nações Unidas. Aspectos jurídicos e políticos.
- 10 — Organizações internacionais especializadas e organizações regionais.
- 11 — O homem na ordem jurídica internacional. Asilo.
- 12 — Território do Estado. Relevância jurídica e política.
- 13 — Direito do Mar. Aspectos jurídicos e econômicos.
- 14 — Direito do Espaço Aéreo e Espaço Exterior. Telecomunicações.
- 15 — Direito Internacional Fluvial.
- 16 — Órgãos do Estado nas relações internacionais. Os diferentes tipos de diplomacia.
- 17 — Modos de solução dos litígios internacionais.
- 18 — Sanções. Eficácia. Aspectos jurídicos e políticos.
- 19 — Segurança Coletiva.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- 1 — Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal. Conflitos legislativos internacionais, interestaduais etc. Direito Internacional Privado. Direito Uniforme e Direito Comparado.
- 2 — Nacionalidade. Princípios gerais. Nacionalidade, cidadania e naturalidade. Espécies de nacionalidade. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação combinada com serviço público, residência

e opção. Opção inconstitucional — Direito intertemporal — Irrelevância do casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.

- 3 — Naturalização. Espécies. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.
- 4 — Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
- 5 — Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiro no serviço nacional.
- 6 — Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciários. Expulsão. Casos. Processos. Recursos. Efeitos.
- 7 — Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.
- 8 — Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.
- 9 — Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à lei. A teoria dos direitos adquiridos.
- 10 — Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma. Do casamento consular.
- 11 — Desquite, divórcio e anulação do casamento.
- 12 — Direito das sucessões. Testamentos. Do testamento consular.
- 13 — Direito Processual Civil Internacional. Competência. Forma do Processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.
- 14 — Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

PROVAS ESCRITAS CLASSIFICATÓRIAS:

GEOGRAFIA

A) A organização do espaço terrestre

1. Os componentes naturais. Interrelações do relevo, clima, vegetação e solo: os grandes ecossistemas da superfície terrestre e sua significação para o homem.

2. A ação humana. Distribuição, crescimento e mobilidade espacial da população.
3. A Anglo-América. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
4. A Europa Ocidental. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
5. A Europa Oriental. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
6. A América Latina. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
7. O Continente africano. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
8. A Ásia e o Pacífico. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.

B) O Brasil

1. O quadro natural: Características gerais e principais unidades do relevo brasileiro. Os recursos do subsolo.
2. As grandes unidades climático-botânicas e suas relações com a ocupação humana.
3. Distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização. Estrutura etária e profissional da população.
4. Características da agricultura no Brasil: a estrutura fundiária; a utilização da terra; áreas agropastoris; expansão da fronteira agrícola.
5. Características e distribuição espacial da atividade industrial. Principais centros industriais. A infra-estrutura para o desenvolvimento: o potencial energético e seu aproveitamento; a rede de transporte.
6. As grandes regiões brasileiras: o quadro natural e a ocupação humana.

HISTÓRIA DO BRASIL

1.ª PARTE: O BRASIL, A PARTIR DA INDEPENDÊNCIA

1. **O Brasil Imperial — Política e Administração:** A Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.

2. **O Brasil Imperial — Economia:** A estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, trabalhador assalariado.
3. **O Brasil Imperial — Sociedade e Cultura:** A população. A estrutura social. Vida cultural.
4. **O Brasil Imperial — Política externa:** O reconhecimento da Independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
5. **O Advento da República:** As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo.

2.ª PARTE: O BRASIL, A PARTIR DA REPÚBLICA

6. O Brasil Republicano — Política e Administração:

- a) **A Primeira República (1889-1930)** — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
- b) **A Segunda República (1930)** — O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.

7. O Brasil Republicano — Economia:

- a) **A Primeira República (1889-1930)** — A estrutura econômico-financeira: as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.
- b) **A Segunda República (a partir de 1930)** — A industrialização. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira. A política econômica a partir do Movimento de 1964.

8. **O Brasil Republicano — Sociedade e Cultura:** A população: a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.

9. O Brasil Republicano — Política externa:

- a) **A Primeira República (1889-1930)** — O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
- b) **A Segunda República (a partir de 1930)** — Política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1.^a Parte:

1. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.
3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.
4. A expansão da Europa no século XIX. A política das Grandes Potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.
5. A política europeia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O Sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.
6. O Pensamento Político, Social e Econômico do século XIX. O Progresso Científico e Tecnológico.

2.^a Parte:

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os Princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.
8. A Europa entre as duas Guerras. A Crise Econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.
9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As Conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.

10. A Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política de integração econômica. A Comunidade Econômica Europeia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.
11. A Ásia de 1918 a 1965. A Dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.
12. A Guerra Fria e a formação de blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.
13. A emancipação das Nações Africanas.
14. O Mundo de 1945 a 1965. Os problemas econômicos e a revolução tecnológica e científica. Os principais problemas políticos e militares na Europa, Ásia e África. A ação da ONU.

3.^a Parte:

15. Os movimentos de Independência na América e a formação de novos Estados.
16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.
17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
18. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o isolacionismo; Roosevelt, o "New Deal" e a política da Boa Vizinhança.
19. A América Latina entre as duas guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
20. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano.
21. O Pan-americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução. O Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.
22. As Américas de 1945 a 1965. Desenvolvimento econômico e problemas sociais e políticos. A cooperação interamericana.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

I — DIREITO CIVIL

1. Direito Civil: conceito. Parte Geral e Parte Especial.
2. Pessoa natural: o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
3. Pessoa Jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
4. Domicílio. Dos bens: principais classificações.
5. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos: os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.
6. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.
7. O direito das obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.
8. O Direito de família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.
9. Regime de bens do casamento.
10. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio poder. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.
11. Direito das sucessões; conceito e espécies de sucessão. A sucessão legítima.
12. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento. Herdeiros necessários. Revogação dos testamentos. Inventário e partilha.

II — DIREITO COMERCIAL

1. Fontes. O comerciante.
2. Empresa e o estabelecimento.
3. Constituição e funcionamento das sociedades anônimas.
4. As sociedades estrangeiras.

5. A sociedade por quotas, de responsabilidade limitada.
6. Navio e Aeronave: conceito.
7. A figura do Capitão ou comandante.
8. A limitação da responsabilidade nos transportes marítimo e aéreo.
9. A cláusula de não indenizar ou irresponsabilidade.
10. O conhecimento de transporte.
11. Noções fundamentais sobre títulos de crédito.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O constitucionalismo brasileiro. Suas principais características. Suas fontes e sua evolução histórica.
2. Constituição: conceito e classificação. Poder constituinte. Os principais sistemas constitucionais.
3. A Organização Nacional. A União, os Estados e os Municípios. A evolução e a problemática atual do federalismo.
4. O sistema tributário. Orçamento e fiscalização financeira.
5. O Poder Legislativo, sua competência, suas funções. O processo legislativo.
6. O Poder Executivo, sua competência, suas funções. Responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado.
7. O Poder Judiciário. Papel e atribuições do Supremo Tribunal Federal. O controle jurisdicional.
8. Direitos e garantias individuais. Direitos políticos. Partidos políticos e sistemas eleitorais.
9. A ordem econômica e social. A ação do Estado e suas finalidades.
10. As forças armadas e sua missão constitucional. A Segurança Nacional. Os princípios constitucionais da integração nacional.

Nota: Os textos das provas encontram-se em Anexos — pág. 139.

BIBLIOTECA

Em 1975 o acervo da Biblioteca elevou-se para 14.246 livros, com a aquisição de 130 obras, 195 volumes e 13 folhetos, entre compras e doações (Ver quadro abaixo). As novas aquisições foram divulgadas através de bibliografias distribuídas a professores, alunos e setores diversos do Instituto e Ministério das Relações Exteriores. Dentre as novas obras incorporadas ao acervo releva mencionar a Enciclopédia Mirador Internacional (em 20 vols. e um atlas internacional) como a mais importante e atualizada fonte de referência sobre o Brasil, e o "International Legal Materials" como fonte corrente de documentos internacionais.

AQUISIÇÃO

Origem	Obras	Volumes	Folhetos	Total
Compra	84	138	2	224
Doação	46	57	11	114
TOTAL	130	195	13	338

A Biblioteca manteve colaboração com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) enviando fichas dos livros catalogados durante o ano ao Catálogo Coletivo Nacional de Livros.

No setor de empréstimo, além das habituais consultas de alunos, professores e pesquisadores diversos, foi interessante notar a crescente utilização da Biblioteca por parte dos candidatos inscritos nos concursos Vestibular e de Provas para ingresso na Carreira de Diplomata. O total de empréstimos atingiu a 2.382 publicações, excetuadas as consultas na sede.

Pelo sistema de empréstimo-entre-bibliotecas houve intercâmbio de publicações com as bibliotecas do IBBD, Fundação Getúlio Vargas, ECIEL (Programa de Estudos Conjuntos sobre Integração Econômica da América Latina), Ministério das Relações Exteriores (Brasília e ERERIO) e PETROBRAS.

ANEXOS

**TEXTOS DAS PROVAS DO
EXAME VESTIBULAR E DO
CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO DIRETO
NA CARREIRA DE DIPLOMATA**

TEXTO DAS PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA (*)

PORTUGUÊS

Duração da prova: 4h30m.

A — Redação

Valor: 60 pontos.

Discorra sobre o seguinte tema:

“Urbanização e Convivência na Sociedade Contemporânea.”

Observação: Esta redação deverá ter a extensão de 450 a 600 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

B — Resumo

Valor: 40 pontos.

Resuma o texto a seguir.

Observação: O candidato deverá utilizar-se dos seus próprios recursos expressivos, evitando repetir frases do texto.

Sejam minhas primeiras palavras para apresentar-lhes, em nome do Governo brasileiro, as boas-vindas a esta capital, que, pela segunda vez, tem a honra de oferecer o cenário para uma reunião

(*) Provas de Seleção Prévia, relativas ao Exame Vestibular para 1975, realizadas em novembro de 1974.

de âmbito continental sobre ciência e tecnologia. Acolho-os como Representantes Governamentais congregados para a execução de nobre tarefa que lhes foi confiada pelos Chanceleres de todas as Américas. Creio expressar o sentimento unânime de meus colegas ao dizer-lhes das grandes esperanças depositadas nos resultados dos trabalhos que ora se iniciam nesta Casa.

Não me alongarei em considerações sobre a evolução dos estudos sobre ciência e transferência de tecnologia nos vários foros internacionais, onde os países em desenvolvimento têm buscado, não sem um acentuado grau de frustração, obter dos países industrializados a adoção de normas com vistas ao estabelecimento de critérios justos e eqüitativos de transferência de tecnologia capazes de permitir-nos alcançar um estágio superior de desenvolvimento.

Foi esse sentimento de frustração que levou os Chanceleres latino-americanos, reunidos em Bogotá, em novembro último, a incluir na agenda do "Diálogo" um item relativo à ciência e transferência de tecnologia, com a certeza de que novas possibilidades se abriam para um exame objetivo e pragmático de tema de tamanha relevância para o futuro das relações entre a América Latina e os Estados Unidos da América, as quais devem inspirar-se num esforço comum para atingir a grande meta do pleno desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

Foi, assim, com satisfação que acompanhamos os debates durante a primeira reunião do "Diálogo", no México, quando este importante problema recebeu tratamento compatível com as grandes necessidades dos países latino-americanos nesse terreno. Reconheceram os Chanceleres ser imprescindível impulsionar as políticas destinadas a promover a transferência de conhecimentos técnicos patenteados e não patenteados entre os países do Continente nos diversos campos da atividade econômico-social, considerando-se as condições peculiares de cada um para a introdução de novas manufaturas e processos industriais e conseqüente maior emprego dos recursos humanos e materiais.

Por isso, os Chanceleres concordaram em estabelecer um órgão para estudar os problemas de ciência e transferência de tecnologia para o desenvolvimento econômico, idéia concretizada na reunião de Washington, que decidiu pela convocação de um Grupo de Trabalho constituído por representantes governamentais, com o mandato de ajustar a capacidade científica às necessidades práticas e superar os obstáculos que surgem para a transmissão e a utilização da tecnologia no processo da industrialização. Ao tomarem essa decisão, estavam os Chanceleres animados do mais

puro sentimento de cooperação solidária que deve caracterizar as futuras relações interamericanas, como o grande objetivo do "novo Diálogo".

Sou testemunha, por outro lado, do perfeito espírito de unidade que inspirou os entendimentos entre os Chanceleres latino-americanos, e na expressão "latino-americanos" incluo, como já acentuei em outra ocasião, as nações irmãs do Caribe. De outra parte, desejo reconhecer, com prazer, o papel construtivo que desempenhou, nessa matéria, o Secretário de Estado, Professor Henry Kissinger. Tínhamos sempre presente um fato que constitui a característica básica deste Continente, ou seja, a existência de um pólo de alto desenvolvimento e poder econômico e vastas áreas de subdesenvolvimento. É preciso ter sempre em mente tal característica no cumprimento da grande missão de obter o pleno desenvolvimento econômico e social dos países do Continente.

Desejo trazer-lhes, Senhores Delegados, algumas preocupações que têm estado no centro das posições defendidas pelo Governo brasileiro nos vários foros onde se tem tratado dos problemas de transferência de tecnologia. Para ilustrar sua importância para o processo de desenvolvimento latino-americano, basta dizer que, este ano, os nossos países despenderão cerca de dois bilhões de dólares com a importação de tecnologia e, segundo estimativas as mais objetivas, essa importância deverá duplicar até 1978. É natural, portanto, que os Governos latino-americanos atribuam alta prioridade ao estudo desses problemas, buscando soluções que permitam o avanço tecnológico sem excessivo ônus sobre nossas economias nacionais.

É preciso salientar, por outro lado, que, em certos casos, as atividades mundiais de pesquisa se orientam em sentido contrário aos interesses dos países em desenvolvimento. Enquanto pouco ou nada é feito, por exemplo, para incrementar a produtividade da agricultura tropical e a utilização de matérias-primas naturais, um bilhão de dólares são destinados, anualmente, às pesquisas para aumentar a produção de materiais sintéticos que deslocam dos mercados do mundo os produtos naturais.

Nos últimos tempos, os países desenvolvidos têm demonstrado maior consciência para o fato de que pelo menos uma parte substancial de tais gastos deveria ser orientada para satisfazer necessidades sociais, e para a solução de problemas práticos, como, por exemplo, os relacionados com o meio-ambiente. Já são bem conhecidas as divergências surgidas no debate dessa importante matéria, o essencial, porém, é impedir que, sob a capa de controles aparentemente legítimos, para a preservação do meio-

ambiente, surjam novas formas de discriminação contra os países que aspiram a alcançar um desenvolvimento acelerado em benefício de suas coletividades.

Desejaria, agora, acrescentar algumas reflexões finais sobre o enquadramento dos trabalhos do Grupo nos objetivos mais amplos do "Diálogo".

Pensa-se, geralmente, que as inovações tecnológicas provocam os problemas sociais, embora a sociedade dependa da tecnologia para progredir. Ora, isto parece corresponder a autêntica inversão da verdade. A tecnologia, com efeito, constitui um meio dentre muitos outros para resolver os problemas sociais. A ciência e a tecnologia fornecem os meios para tentar obter certos resultados julgados política, social e eticamente desejáveis. Por conseguinte, a tarefa essencial, antes de qualquer avaliação da tecnologia (que não seja o simples estudo dos efeitos nocivos imediatos), é a de definir, em primeiro lugar, os objetivos de cada país e, no plano da aplicação, os caminhos tecnológicos a seguir.

A evolução social não pode e não deve ser uma simples reação a uma tecnologia pretensamente independente. Daí o papel essencial, em tal processo, do Estado, único capaz de discernir e avaliar as grandes opções que se apresentam em benefício de suas populações. A nova divisão internacional do trabalho, mormente no campo industrial, se realiza segundo critérios que decorrem exclusivamente da almejada produtividade, medida em termos de lucro, eventualmente corrigida por outros fatores qualificados de ajustamentos, determinados pelo desejo de proteger o meio-ambiente, os recursos naturais e o equilíbrio ecológico dentro de padrões próprios altamente industrializados e tradicionalmente produtores de tecnologia.

Tais critérios e padrões, se tomados rigidamente, nem sempre são válidos para os países em desenvolvimento e, por isso, acreditamos que as decisões referidas acima devem ser tomadas, por cada Estado, à luz de suas opções políticas, sociais e éticas, preservadas as características próprias e a individualidade de cada um. A compatibilização, no plano internacional, deve ser realizada tendo em vista o desenvolvimento econômico e social, e não na base de critérios pretensamente neutros e objetivos, que só podem ignorar a diversidade do mundo.

Por fim, cabe-me expressar o desejo, no que penso interpretar o anseio das Nações aqui representadas, de que a contribuição deste Grupo se inspire em uma visão elevada do conhecimento científico puro e aplicado como patrimônio de toda a humanidade,

cuja repartição em termos adequados, justos e eqüitativos é dever inadiável dos Estados e condição primordial para evitar que o processo de distanciamento entre industrializados e subdesenvolvidos se torne cada vez mais agudo neste como em outros continentes. Tenho fé em que, em março próximo, em Buenos Aires, juntamente com meus colegas, os Chanceleres de todos os países americanos, possamos expressar-lhes nosso reconhecimento pelos labores aqui realizados e constatar que, por efeito da atividade deste Grupo, o diálogo continental se enriqueceu e ganhou maior operatividade.

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, por ocasião da sessão de abertura do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Transferência de Tecnologia no Sistema Interamericano, realizada no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 24 de junho de 1974.

FRANCÊS

Duração da prova: 4h30m.

A — Rédaction

Valeur: 60 points.

Minimum: 400 mots.

"Les Techniques Modernes de Communication Comme Facteur de Diffusion Culturelle."

B — Thème

Valeur: 40 points.

Traduire en français:

Um dia encontrei-o na rua de S. José. Disse-lhe que ia ao Castelo ver a igreja dos Jesuítas, que nunca vira.

Pois vamos, disse ele.

Subimos a ladeira, achamos a igreja aberta e entramos. Enquanto eu mirava os altares, ele ia falando, mas em poucos minutos o espetáculo era ele só, um espetáculo vivo, como se tudo renascera tal qual era. Vi os primeiros templos da cidade, os padres da Companhia, a vida monástica e leiga, os nomes principais e os fatos culminantes. Quando saímos, e fomos até à muralha,

descobrimo o mar e parte da cidade, Elisiário fez-me viver dois séculos atrás. Vi a expedição dos franceses, como se a houvesse comandado ou combatido. Respirei o ar da colônia, contemplei as figuras velhas e mortas. A imaginação evocativa era a grande prenda desse homem, que sabia dar vida às coisas extintas e realidade às inventadas.

Mas não era só do passado local que ele sabia, nem unicamente dos seus sonhos. Vês aquela estatuazinha que ali tenho na parede? Sabes que é uma redução da Vênus de Milo. Uma vez, abrindo-se a exposição das belas-artes, fui visitá-la; achei lá o meu Elisiário, passeando grave, com a sua imensa sobrecasaca. Acompanhou-me; ao passar pela sala de escultura, dei com os olhos na cópia desta Vênus. Era a primeira vez que a via. Soube que era ela pela falta dos braços.

— Oh! admirável! — exclamei.

Elisiário entrou a comentar a bela obra anônima, com tal abundância e agudeza que me deixou ainda mais pasmado. Que de coisas me disse a propósito da Vênus de Milo, e da Vênus em si mesma! Falou da posição dos braços, que gesto fariam, que atitude dariam à figura, formulando uma porção de hipóteses graciosas e naturais. Falou da estética, dos grandes artistas, da vida grega, do mármore grego, da alma grega.

MACHADO DE ASSIS — Páginas Recolhidas — Um Erradio.

INGLÊS

Duração da prova: 4h30m.

A — Composition

Value: 60 marks.

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

“History as a Source to Shape the Future.”

B — Translation

Value: 40 marks.

Foi só na segunda metade do século, com a segunda ascensão ao trono, que definitivamente se completou a formação do espírito carioca, tal como o vamos encontrar no início da República e como o conservamos ainda, com suas características praticamente inalteradas.

O cunho do espírito carioca veio de cima, das cortes imperiais temperadas pela cultura francesa. Contudo, não devemos esquecer que, no contínuo remodelar da vida e dos costumes cariocas e a conseqüente evolução daquele espírito, teve papel relevante a rua do Ouvidor, a “França Antártica”, como foi chamada por Itier, o dia inteiro formigando de transeuntes, magnificente em suas luzes ao cair da tarde, quando toda a família carioca, finalmente liberada das restrições patriarcais, desfilara diante das vitrinas cintilantes, e bandos de moças passeavam admirando as novas modas de Paris, os últimos vestidos, chapéus e adornos.

A rua do Ouvidor, nascida com o Império, foi o que realmente transfigurou, com seus fatores associativos, toda a vida da classe média carioca. Ela aproximou a nobreza do povo. Com ela os costumes da alta sociedade desceram até as camadas populares. A rua atraía e misturava. Quase todos os visitantes estrangeiros do século passado concordam em que naquela rua havia extraordinária influência da França. Biard a descreve como “francesa de ponta a ponta”, e diz “toda a cidade se concentra nesta rua”.

Na verdade, sem a rua do Ouvidor, aproximando a burguesia da nobreza, teria sido difícil atingir-se a uniformidade da alma carioca numa população dividida em castas indissolúveis pela barreira da riqueza e dos brasões.

Adaptado de um trecho de “Formação do espírito carioca” in *O homem e a Guanabara*, por Alberto Ribeiro Lamego, IBGE, 1964 (Ed. comemorativa do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro).

TEXTO DAS PROVAS VESTIBULARES FINAIS

GEOGRAFIA

Duração da prova: 4h30m.

Parte A — Dissertação

Características da rede de transportes rodoviários no Brasil. As grandes vias de penetração e a integração do espaço.

Valor: 40 pontos.
Roteiro: 5 pontos.
Desenvolvimento: 35 pontos.

Parte B — Questões

1. Que problemas de ordem geo-econômica enfrenta normalmente um pequeno agricultor numa região de floresta equatorial?
2. Analisar o papel das cidades na organização da vida regional.
3. Quais os fundamentos geográficos da importância econômica e estratégica do Oriente Médio no mundo contemporâneo?
4. Em que bases geográficas repousa a unidade dos países andinos?

Valor de cada questão: 15 pontos.
Limite máximo: 20 linhas.

HISTÓRIA DO BRASIL

Duração da prova: 4h30m.

Parte A — Dissertação

A Proclamação da República.

Valor: 40 pontos.
Roteiro: 5 pontos.
Desenvolvimento: 35 pontos.

Parte B — Questões

1. A Carta Constitucional de 1824.
2. O Tratado de Tordesilhas e suas repercussões na América portuguesa.
3. Os franceses no Rio de Janeiro no século XVI.
4. A Industrialização do Brasil na Segunda República.

Valor de cada questão: 15 pontos.

Extensão: máximo de 30 linhas.

HISTÓRIA MUNDIAL

Duração da prova: 4h30m.

Parte A — Dissertação

Linhas fundamentais do processo histórico europeu no período 1918-1939.

Valor: 40 pontos.
Roteiro: 5 pontos.
Desenvolvimento: 35 pontos.

Parte B — Questões

1. Os objetivos da Santa Aliança.
2. As etapas da unidade alemã.
3. As causas da Guerra de Secessão.
4. As origens e os principais aspectos da evolução do Pan-americanismo até a Segunda Guerra Mundial.

Valor de cada questão: 15 pontos.
Extensão: 30 linhas, aproximadamente.

DIREITO

Duração da prova: 4h30m.

Parte A — Dissertação

Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.

Valor: 40 pontos.

Parte B — Questões

1. Em que consiste o domicílio obrigatório?
2. Como se distinguem o termo, a condição e o encargo?
3. Quais são os elementos essenciais da compra e venda?
4. Qual a extensão, no espaço, do direito de propriedade?

Valor: 15 pontos cada questão.

Observação: É facultada a consulta a legislação não comentada.

TEXTO DAS PROVAS DO CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO DIRETO NA CARREIRA DE DIPLOMATA

1.ª Fase

PORTUGUÊS

Parte A — Redação

Valor: 60 pontos.

Discorra sobre o seguinte tema:

“Medo e esperança no mundo contemporâneo”.

Observação: Esta redação deverá ter a extensão de 450 a 600 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

Parte B — Resumo

Valor: 40 pontos.

Resuma o texto a seguir.

... Dizia que o desenvolvimento econômico e social é, hoje, o máximo objetivo da ação diplomática.

Desse desenvolvimento, o comércio internacional tornou-se, nos últimos anos, um dos mais importantes fatores. Necessariamente, pois o comércio passou a ocupar posição da mais elevada categoria no contexto dos interesses que cabe à política externa projetar no exterior. Nos foros internacionais, temo-nos batido para que se estabeleça um regime justo de trocas entre as

nações, uma estrutura econômica que favoreça efetivamente o pleno desenvolvimento de todos os países do mundo. No plano das relações bilaterais, a diplomacia brasileira busca incessantemente explorar, com nossos parceiros na comunidade das nações, toda possibilidade de uma cooperação reciprocamente proveitosa. Para a assistência à comercialização dos produtos e serviços brasileiros, montou o Itamaraty um Sistema de Promoção Comercial, que articula as atividades de apoio à expansão das exportações dos cento e quarenta postos de sua rede diplomática e consular. Não me alongarei na descrição do que se faz para a abertura e consolidação de novas frentes para o comércio externo, mesmo porque os aqui presentes convivem frequentemente com o nosso esforço, quando não o partilham diretamente, na fecunda integração de Governo e Empresa com vistas à adequada defesa dos interesses do País no exterior.

O esforço diplomático em apoio ao desenvolvimento ganha relevo no momento em que passa a economia internacional por uma de suas crises de mais sérias proporções. Processos inflacionários se instalam em todo o mundo, os desequilíbrios de contas externas se acentuam e dão lugar a providências compensatórias que inibem a demanda internacional. Os padrões vigentes nas correntes tradicionais de comércio modificam-se e os elementos de avaliação disponíveis não permitem, ainda, prognósticos definitivos com respeito a quando e de que forma a economia internacional reencontrará seus pontos de equilíbrio. A cada país, nessas condições, incumbe a dupla responsabilidade de procurar soluções para os graves problemas que lhe estão sendo imediatamente colocados, e, ao mesmo tempo, buscar conciliar as soluções nacionais com as exigências fundamentais de um tratamento global para os problemas que afligem a economia do mundo como um todo. Porque, se os acontecimentos recentes nas relações econômicas internacionais deitaram por terra muitos dogmas e maneiras de pensar, reforçaram também esta certeza que orienta a ação externa do Governo brasileiro: o mundo é interdependente, já não há como isolar os fenômenos econômicos dentro das fronteiras nacionais. A cooperação efetiva entre as nações se apresenta tão-somente a alternativa do caos generalizado.

A crise atual, reconheça-se ou não, teve o mérito de haver posto em dramática evidência graves falhas da estrutura econômica mundial. Os erros estão à vista e fechar os olhos à evidência nos levaria ao abismo. O desafio, é, pois, incontornável. Os países que, como o Brasil, desde há muitos anos se vêm batendo em favor de reformas capazes de criar condições para uma segurança econômica coletiva para o desenvolvimento e para uma

harmônica prosperidade dos povos, podem tirar da crise presente este relativo consolo: menos mal em que se agravem as dificuldades, se só assim toma o mundo consciência do imperativo de superá-la. Mediante o correto entendimento entre as nações, tenho fé em que o desafio será vencido e se revelará, ao final, bem-vindo e oportuno, pois o mundo que nos leva a buscar será de certo melhor que este tão perplexo em que vivemos. Um economista americano comentou recentemente que o atual período pode parecer turbulento na economia internacional, mas não devemos considerá-lo obrigatoriamente com pessimismo, uma vez que é impossível ter estabilidade sem mudanças. Também para mim a verdadeira estabilidade não se confunde com estagnação e só se pode alcançar no movimento e pelo progresso. Tenho a firme convicção de que o Brasil dispõe dos recursos naturais e dos instrumentos que lhe permitem enfrentar, com vantagem, as atuais circunstâncias econômicas internacionais. A palavra-de-ordem do Presidente Geisel é produzir e crescer.

Esta crise é transitória, o mundo a resolverá. E o Brasil estará em condições melhores do que qualquer país, se souber manter o seu desenvolvimento, se souber combater o sentido depressivo que se pretende induzir ao Brasil. O Brasil não tem nenhuma razão para aceitar essa alternativa deprimente.

Senhores,

Concebo o comércio internacional como uma combinação generosa de fluxos de bens e serviços que devem aproveitar igualmente aos que dela participam. Não acredito em vantagens unilaterais ou descompassadas. Considero liminarmente condenada toda relação que não se fundamente em vantagens recíprocas para os que por meio dela vão ligar-se. O comércio deve ser uma forma e um instrumento de cooperação, não um veículo de canibalismo econômico entre as nações. Não acredito em iniciativas solitárias; creio, sim, nos empreendimentos solidários. Temos arraigada a convicção, no Brasil, de que devemos crescer com as demais nações, jamais a suas custas, da mesma maneira que não admitimos que outras nações pretendam desenvolver-se a nossas expensas. A política externa do Brasil é, em primeiro lugar, brasileira, sem deixar de ser ecumênica: faz respeitar com vigor os interesses nacionais no exterior, ao mesmo tempo que repele os isolacionismos estereis e se pressupõe mais produtiva no quadro de uma cooperação internacional fundada no respeito mútuo e nos benefícios comuns.

Meus amigos,

Sinto-me inteiramente à vontade para tratar desses temas perante quem tão de perto tocam. Se nossa política externa é marcadamente ecumênica, não esqueço que o comércio foi o primeiro vetor de ecumenismo nas relações entre os grupos sociais. O comércio é, por outro lado, simultaneamente, componente, instrumento e objetivo de política externa. Iria longe, e tomaria tempo que já se torna escasso, desfiar essa complexa teia de vínculos e identidades entre diplomacia e comércio. Importante é termos em mente que trabalhamos juntos com vistas aos mesmos objetivos de progresso econômico e social e de cooperação internacional. A função precípua das Câmaras de Comércio é a de localizar e favorecer o aproveitamento de oportunidades de intercâmbio e servir de apoio para a negociação e o entendimento que conduzem à comunhão nos benefícios econômicos das relações entre os povos. São as Câmaras, em conseqüência, aliadas da ação diplomática que consiste exatamente em explicitar as faixas de coincidência dos interesses dos países, maximizar sua exploração em proveito das respectivas populações, criar condições para que se traduza em empreendimentos concretos o imenso acervo de harmonia entre eles existente — condições também para anular aquilo que possa ser motivo de divergência em seu relacionamento.

Ao assumir a Pasta que me confiou o Senhor Presidente da República, afirmei que as Chancelarias não são torres de marfim. Nem me parece que sua atividade deva pairar em alturas nebulosas, fora da visão daqueles a quem lhes incumbe servir. A Chancelaria é o canal de comunicação de uma nação com outras nações. Não pode, por conseguinte, isolar-se no próprio país de que é instrumento. A política externa brasileira deve traduzir esta multifacetada Nação, e, para que lhe seja mais e mais fiel, é meu propósito que se torne um tema do interesse cotidiano de nossa gente, a fim de que esta dela se informe e possa assim também informá-la. Quero dar à minha presença aqui, hoje, este significado de informação recíproca entre a comunidade empresarial e uma diplomacia vigorosamente voltada para o desenvolvimento no plano interno e nas relações internacionais. O Itamaraty, de portas abertas, convida-os a uma colaboração que antecipo será crescentemente eficaz, para bem do objetivo de progresso e de cooperação entre os povos, o que, com vivo empenho, todos perseguimos.

Muito obrigado.

(Trecho do discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, a 7 de outubro de 1974, em São Paulo).

FRANÇÊS

Partie A — Rédaction

Valeur: 60 points.

Minimum: 400 mots.

“Vivre c'est apprendre de plus en plus
à se détacher, à se déplacer, à recommencer”.

Henri Fesquet

Partie B — Thème

Valeur: 40 points.

Traduire en français:

Este encontro representa, portanto, não um início, mas uma nova etapa no tradicional processo de identificação de objetivos e ideais de nossas duas nações. O futuro confirmará o alcance deste esforço de colaboração que estamos agora empreendendo, do qual o presente já é um eloqüente testemunho. Estou seguro, Senhor Presidente, de que os documentos, que vão ser assinados entre os nossos países, constituirão um passo decisivo no caminho da aceleração dos seus respectivos processos de desenvolvimento.

À medida que o desenvolvimento econômico se irradia por uma gama cada vez mais numerosa de países latino-americanos, mais amplas se tornam as possibilidades de intercâmbio nos diversos campos da atividade humana, mais promissoras são as perspectivas de complementação econômica e, conseqüentemente, mais estreitos vínculos se estabelecem entre todos os povos da América Latina.

Com a preocupação de responder às solicitações do presente e de respeitar os profícuos ensinamentos do passado, de modo a inteligentemente preparar o amanhã de nossos povos, tenho a certeza de que este encontro frutificará em prol do engrandecimento de nossas pátrias.

(Trecho do discurso do Presidente Ernesto Geisel em Cochabamba, no dia 22 de maio de 1974).

INGLÊS

Part A — Composition

Value: 60 marks.

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

“Tradition and innovation in diplomacy”.

Part B — Translation

Value: 40 marks.

Mais tarde, no Itamaraty, essa formação no estrangeiro será uma das suas originalidades: na política interna, a valorização da opinião pública, que ele procurava sempre conhecer, coordenar e interpretar, estimulando e provocando as suas manifestações; na política externa, uma técnica diplomática em estilo europeu, uma série de negociações e tratados que não só continuavam, mas ampliavam e ultrapassavam os princípios e métodos dos estadistas do Segundo Reinado.

Deve-se frisar, porém, que esse aprendizado no estrangeiro — o conjunto das influências inglesas, francesas e alemãs — em nada lhe desfigurou a personalidade de homem e a fisionomia de brasileiro. Isto indica a medida de suas forças íntimas, da solidez de sua personalidade: a ausência do Brasil, durante quase trinta anos, não teve sobre ele nenhum efeito descaracterizador. Salvar-se-ia do perigo do esnobismo e do internacionalismo pela capacidade de levar a pátria no espírito, como se nele o homem e a terra houvessem feito uma fusão imaterial e definitiva. Era esta a forma do seu patriotismo. Um patriotismo sem grandes palavras ou grandes gestos, mas tão intenso e autêntico, tão íntimo e de todas as horas como será raro em qualquer ser humano.

“Rio-Branco” — Alvaro Lins

3.ª Fase

Provas Eliminatórias:

ECONOMIA

Parte A — Dissertação

Valor: 40 pontos.

A economia brasileira passou de uma situação de elevadas taxas de inflação e inexpressivos índices de crescimento do produto,

para uma fase de aceleração do desenvolvimento e combate gradual à inflação, no decênio passado. Comente as principais causas daquela crise econômica, bem como as medidas que a debelaram, chamando a atenção para aspectos referentes à política monetária, salarial, orçamentária e cambial.

Parte B — Pequenas Dissertações

Valor: 20 pontos cada uma.

1. Descreva os principais tipos de movimentos de capitais internacionais, enfocando, em sua resposta, a situação brasileira atual.
2. As escolas neoclássica e keynesiana divergem teoricamente no que diz respeito às hipóteses segundo as quais seus modelos agregativos funcionam e, conseqüentemente, preconizam soluções distintas para a cura do desemprego. Elabore em torno dessa divergência contrastando as hipóteses e indicando as diferentes soluções de política econômica sugeridas pelas duas escolas.
3. Suponha que você seja um empresário e, como tal, tenha por objetivo maximizar o lucro de sua firma. Para tanto, você contratou um grupo de técnicos e o incumbiu de estimar a curva de procura pelo produto que sua firma produz.

Em breve, haverá uma reunião de diretoria, na qual deverão ser justificados os gastos com o grupo de técnicos.

Escreva uma breve exposição de motivos (que deverá ser apresentada na reunião de diretoria) ressaltando a importância do conhecimento das características da demanda para que as decisões relativas à maximização de lucros sejam corretas.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Parte A — Dissertação

Valor: 40 pontos.

Da negociação à ratificação ou adesão aos tratados, segundo a Convenção de Viena de 1969 e a Constituição brasileira.

Parte B — Pequenas Dissertações

Valor: 20 pontos cada uma.

- I — Diversidade entre o regime jurídico do mar territorial e o da plataforma continental, à luz das Convenções de Genebra de 1958 e da legislação brasileira.
- II — Normas aplicáveis às atividades dos Estados no espaço exterior em matéria de telecomunicações, inclusive a participação do Brasil no INTELSAT.
- III — Aspectos jurídicos da ALALC e da cooperação econômica bilateral entre o Brasil e países da América Latina.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Parte A — Dissertação

Valor: 40 pontos.

Direitos e deveres dos estrangeiros em geral: princípios básicos vigentes no Brasil, internacionais, constitucionais, legais e respectivas interpretação e coordenação.

Parte B — Pequenas Dissertações

Valor: 20 pontos cada uma.

- I — Critérios gerais e especiais do direito brasileiro sobre a nacionalidade das pessoas jurídicas.
- II — Direito brasileiro sobre casamento diplomático ou consular celebrado no Brasil e sobre casamento celebrado pelos cônsules brasileiros.
- III — Conflitos de Leis sobre Divórcio: decretação e reconhecimento no Brasil, legislação e jurisprudência brasileiras.

Provas Classificatórias:

GEOGRAFIA

Parte A — Dissertação

Valor: 40 pontos.

Desigualdades regionais do desenvolvimento e integração espacial no Brasil.

Parte B — Pequenas Dissertações

Valor: 20 pontos cada uma.

Extensão: 25 linhas para cada questão.

- 1 — Analise as vantagens e/ou desvantagens da extensão e posição do Território para o Poder dos Estados.
- 2 — Assinale as condições naturais, as características da população e a organização espacial da economia na América Andina, indicando que possibilidades tais bases geográficas oferecem para as relações comerciais do Brasil com a região.
- 3 — Analise as relações entre as condições naturais e a organização espacial da economia na África ao Sul do Saara.

HISTÓRIA DO BRASIL

Parte A — Dissertação

O Barão do Rio-Branco e sua Obra.

Valor: 40 pontos.

Roteiro: 5 pontos.

Desenvolvimento: 35 pontos.

Parte B — Pequenas Dissertações

Valor: 20 pontos cada uma.

Extensão: máximo de 30 linhas.

- I — O café no Império.
- II — O Governo Provisório da Primeira República.
- III — As causas da Revolução de 1930.

HISTÓRIA MUNDIAL

Parte A — Dissertação

A Situação Internacional no Pós-Guerra. 1919 a 1939.

Valor: 40 pontos.

Roteiro: 5 pontos.

Desenvolvimento: 35 pontos.

Parte B — Pequenas Dissertações

Valor: 20 pontos cada uma.

Extensão: máximo de 30 linhas.

- I — O Princípio das Nacionalidades: fundamentos ideológicos e aspectos políticos.
- II — Roosevelt e a política do New Deal.
- III — Tentativas pan-americanistas no século XIX.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

Parte A — Dissertação

Valor: 40 pontos.

O Casamento, Celebração e Efeitos do Casamento.

Parte B — Pequenas Dissertações

Valor: 20 pontos cada uma.

Extensão: 20 linhas.

- I — Como se determina a nacionalidade das sociedades comerciais no direito brasileiro?
- II — Distinguir: Aval e fiança.
- III — Principais funções do capitão do navio ou comandante da aeronave.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Parte A — Dissertação

Valor: 40 pontos.

Dissertar sobre a evolução do princípio da Integração Nacional no Constitucionalismo brasileiro, assinalando o papel desempenhado pela União.

Parte B — Pequenas Dissertações

Valor: 20 pontos cada uma.

Extensão: 30 linhas.

- 1) O Poder Legislativo desenvolve uma série de funções além da legislativa. Descrever estas funções, conceituando-as sob o ponto de vista jurídico-constitucional.
- 2) Poder Executivo. A Tipologia do Poder Executivo Brasileiro. Assinalar, justificando, qual a sua função mais importante.
- 3) Discorrer sobre o controle jurisdicional e a chamada doutrina brasileira do "habeas corpus".

LEGISLAÇÃO

PORTARIA MINISTERIAL N.º 385, DE 19 DE JUNHO DE 1974 (*)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, e considerando o disposto no artigo 15 do mesmo decreto,

Resolve:

Aprovar as instruções e programas para o Exame Vestibular de 1974 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, apresentados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

O Diretor do Instituto Rio-Branco baixará, por Edital, as instruções e programas referidos, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

Brasília, em 19 de junho de 1974.

Antonio Francisco Azeredo da Silveira

(Publicada no Diário Oficial de 26 de junho de 1974).

(*) Portaria relativa ao Exame Vestibular realizado entre novembro de 1974 e março de 1975.

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE
DIPLOMATA — EXAME VESTIBULAR

Edital

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 12 de agosto ao dia 11 de outubro de 1974, a) na sede do Instituto, Avenida Marechal Floriano, n.º 196, Rio de Janeiro, b) no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, c) nas Reitorias das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Universidade de São Paulo, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial n.º 385, de 19 de junho de 1974, que acompanham o presente Edital.

É fixado em 30 (trinta) o número de vagas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a serem providas pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação final.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1974.

(Publicado no Diário Oficial de 10 de julho de 1974).

DECRETO N.º 75.350, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1975

Delega competência ao Ministro de Estado das Relações Exteriores para aprovar o Regulamento do Instituto Rio-Branco.

O Presidente da República,

usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 81 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Delegar competência:

ao Ministro de Estado das Relações Exteriores para, através de Portaria, aprovar o Regulamento do Instituto Rio-Branco.

Brasília, 4 de fevereiro de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

Ernesto Geisel

Antonio Francisco Azeredo da Silveira

(Publicado no Diário Oficial de 5 de fevereiro de 1975).

PORTARIA N.º 401, DE 4 DE MARÇO DE 1975

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o que dispõe o artigo 6.º do Decreto 68.885, de 6 de julho de 1971, e em virtude da competência que lhe foi delegada *ex vi* do Decreto n.º 75.350, de 4 de fevereiro de 1975, resolve:

Alterar o Título III, Capítulo I, Artigo 42, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto n.º 60.355, de 10 de março de 1967, que passa a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO I

DO CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO NA
CARREIRA DE DIPLOMATA

Art. 42 — O Ministro de Estado das Relações Exteriores poderá determinar a realização de Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata, sempre que a situação das vacâncias na Classe inicial da Carreira assim o justificar.

§ 1.º — Os requisitos de inscrição para o Concurso não serão inferiores aos estabelecidos no Art. 5.º para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

§ 2.º — Os candidatos inscritos submeter-se-ão a provas de seleção prévia e a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a investigação social e a entrevista, nas mesmas condições estabelecidas no Art. 7.º e parágrafos, para os candidatos ao Concurso de Preparação à Carreira de Diplomata.

§ 3.º — Os candidatos inscritos submeter-se-ão a provas intelectuais cujo objetivo será assegurar que os aprovados disponham dos conhecimentos e do preparo intelectual necessários ao exercício da atividade de diplomata no nível da Classe inicial da Carreira de Diplomata.

Brasília, em 4 de março de 1975.

Antonio F. Azeredo da Silveira.

(Publicada no Diário Oficial de 11 de março de 1975).

CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO
NA CARREIRA DE DIPLOMATA

PORTARIA N.º 402, DE 4 DE MARÇO DE 1975

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 75.350, de 4 de fevereiro de 1975,

Resolve:

Aprovar as instruções e os programas para o Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata, a realizar-se em 1975, nos termos da Portaria n.º 401 de 4 de março de 1975.

O Diretor do Instituto Rio-Branco baixará, por Edital, as referidas instruções e programas, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

Fica revogada a Portaria n.º 397, de 29 de novembro de 1974.

Antonio F. Azeredo da Silveira

(Publicada no Diário Oficial de 11 de março de 1975).

Edital

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 5 de maio a 30 de junho de 1975: a) na sede do Instituto, Avenida Marechal Floriano, n.º 196, Rio de Janeiro, b) no Ministério das Relações Exteriores em Brasília, c) nas Reitorias das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Universidade de São Paulo, as inscrições para o Concurso de Provas para ingresso na carreira de Diplomata, o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial n.º 402, de 4 de março de 1975 que acompanham o presente Edital.

É fixado em 30 (trinta) o número de vagas e os candidatos aprovados serão nomeados para o cargo inicial da carreira de Diplomata, na ordem da classificação final.

Rio de Janeiro, em 4 de março de 1975.

(Publicado no Diário Oficial de 13 de março de 1975).

PORTARIA MINISTERIAL N.º 406, DE 20 DE JUNHO DE 1975

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, resolve:

Prorrogar até 31 de julho de 1975 o prazo para inscrição no Concurso de Provas para ingresso na Carreira de Diplomata, a realizar-se nos termos das Instruções e Programas aprovados pela Portaria Ministerial n.º 402, de 4 de março de 1975.

Brasília, em 20 de junho de 1975.

a) Antonio F. Azeredo da Silveira

(Publicada no Diário Oficial de 23 de junho de 1975).

PORTARIA MINISTERIAL N.º 411, DE 25 DE JULHO DE 1975

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o que dispõe o artigo 6.º do Decreto 68.885, de 6 de junho de 1971, e em virtude da competência que lhe foi delegada *ex vi* do Decreto n.º 75.350, de 4 de fevereiro de 1975, resolve:

Alterar o Título II, Capítulo I, Seções I e II, Artigos 3, 4, 5, 6, 7 e 8 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto n.º 60.355, de 10 de março de 1967, que passam a ter a seguinte redação:

TÍTULO II

Dos Cursos

CAPÍTULO I

DO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

Seção I — Dos objetivos

Art. 3.º — O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata visa à formação de pessoal para a classe inicial do Grupo Diplomacia, de que tratam a Lei n.º 5.645 de 10 de dezembro de 1970 (art. 2.º) e o Decreto n.º 71.323, de 7 de novembro de 1972.

Seção II — Do Exame Vestibular

Art. 4.º — A admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se fará mediante aprovação em Exame Vestibular,

para o qual o Ministro de Estado das Relações Exteriores determinará, por proposta do Diretor do Instituto Rio-Branco, as matérias, os programas, os tipos, o caráter e o sistema de aferição das provas, bem como o calendário de sua realização.

Art. 5.º — Para inscrição no Exame Vestibular requer-se do candidato que preencha formulário de dados pessoais, fornecido pelo Instituto Rio-Branco e prove:

- a) ser brasileiro e preencher o requisito do artigo 145, parágrafo único, da Constituição Federal; se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade;
- c) ser eleitor;
- d) estar quite com as obrigações militares;
- e) ter bons antecedentes;
- f) estar vacinado contra a varíola;
- g) ter concluído, pelo menos, o segundo ano, ou o quarto período, de curso de graduação em instituição de ensino superior reconhecida, ou de Universidade estrangeira, neste caso desde que comprovada a equivalência de nível com os correspondentes estudos no Brasil.

Parágrafo único — Por ocasião da inscrição no Exame Vestibular, considerar-se-á preenchido o requisito da alínea “g” se o candidato apresentar atestado de matrícula no segundo ano ou no terceiro período de curso de graduação de escola superior reconhecida; a apresentação do atestado de conclusão do segundo ano ou quarto período será, entretanto, condição essencial para a efetivação da sua matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Art. 6.º — O Exame Vestibular será realizado em duas fases:

- a) provas vestibulares iniciais;
- b) provas vestibulares finais.

Parágrafo único — As provas vestibulares iniciais serão realizadas na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; as provas vestibulares finais se efetuarão na cidade sede do Instituto Rio-Branco.

Art. 7.º — Os candidatos habilitados nas provas vestibulares iniciais submeter-se-ão a exames de sanidade e capacidade física e psíquica e a avaliação dos costumes e conceito corrente.

§ 1.º — Os exames de sanidade e capacidade física e psíquica ficarão a cargo de entidade oficial ou oficializada ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco.

§ 2.º — A avaliação dos costumes e conceito corrente será realizada por uma comissão de três membros designados pelo Diretor do Instituto, ouvido o Ministro de Estado das Relações Exteriores. A comissão se louvará, para tanto, em elementos obtidos de autoridades oficiais e em entrevistas individuais com os candidatos.

§ 3.º — A comissão, com base nos resultados dos exames e da avaliação, emitirá, a respeito de cada candidato, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais.

§ 4.º — Se a comissão concluir pela inaptidão do candidato, o Diretor do Instituto submeterá o respectivo expediente, com o seu parecer, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. De igual forma procederá o Diretor nos casos em que discorde de conclusão favorável da Comissão. A decisão do Ministro de Estado será final.

§ 5.º — Os candidatos considerados aptos ficarão habilitados a realizar as provas vestibulares finais.

Brasília, em 25 de julho de 1975.

Antonio F. Azeredo da Silveira.

(Publicada no Diário Oficial de 30 de julho de 1975).

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE
DIPLOMATA — EXAME VESTIBULAR

PORTARIA MINISTERIAL N.º 412, DE 25 DE JULHO DE 1975 (*)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, e considerando o disposto no artigo 15 do mesmo decreto,

Resolve:

Aprovar as instruções e programas para o Exame Vestibular de 1975 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, apresentados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

O Diretor do Instituto Rio-Branco baixará, por Edital, as instruções e programas referidos, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

Brasília, em 25 de julho de 1975.

a) Antonio F. Azeredo da Silveira.

(Publicada no Diário Oficial de 30 de julho de 1975).

(*) Portaria relativa ao Exame Vestibular para o ano de 1976, iniciado em novembro de 1975.

Edital

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 1.º de setembro a 31 de outubro de 1975, a) na sede do Instituto, Avenida Marechal Floriano, n.º 196, Rio de Janeiro, b) no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, c) nas Reitorias das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Universidade de São Paulo, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial n.º 412, de 25 de julho de 1975, que acompanham o presente Edital.

É fixado em 30 (trinta) o número de vagas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a serem providas pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação final.

Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1975.

(Publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 1975).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO/MANTENEDORA MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES		
ASSUNTO Atribuição de Nível Superior ao Instituto Rio-Branco		
RELATOR: SR. CONS. NEWTON SUCUPIRA		
PARECER Nº 1842/75	CÂMARA OU COMISSÃO DESU, 1º Grupo	APROVADO EM 3/08/75
PROCESSO N.º 13.335/75		

I — RELATÓRIO

De ordem do Senhor Ministro da Educação e Cultura vem a este Conselho, para fins de pronunciamento, processo originário do Ministério das Relações Exteriores concernente à natureza dos cursos oferecidos pelo Instituto Rio-Branco. No aviso dirigido ao Senhor Ministro da Educação, o Senhor Ministro das Relações Exteriores manifesta "o interesse com que o Itamaraty veria atribuído ao Instituto Rio-Branco a categoria de estabelecimento de nível superior".

O processo vem instruído com farta documentação sobre a natureza, a organização e o funcionamento daquele Instituto, e em sua tramitação pelo Departamento de Assuntos Universitários, recebeu judiciosa informação da professora Elza Nogueira Gomide, Assessora Técnica daquele departamento.

O Instituto Rio-Branco, órgão do Ministério das Relações Exteriores e diretamente subordinado ao Ministro de Estado, foi instituído pelo Decreto-lei n.º 7.473, de 18/04/1945, com as seguintes finalidades:

- a) a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
- b) o preparo de candidatos ao concurso para a carreira de "Diplomata";
- c) a realização, por iniciativa própria, ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito dos seus objetivos;
- d) a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais.

Como se vê, trata-se de uma instituição oficial de ensino especializado visando, entre outras finalidades, a preparar uma categoria de servidor público. Em virtude de sua natureza, não se rege pela legislação geral de ensino e, por analogia, se enquadra no artigo 8.º, parágrafo único, da Lei n.º 4.024, de 20/12/61. Conseqüentemente, seus cursos escapam à esfera de jurisdição do Conselho Federal de Educação.

Pretende o Senhor Ministro das Relações Exteriores que seja atribuída ao Instituto Rio-Branco a categoria de estabelecimento de ensino superior. A rigor, não se trata de atribuir nível superior ao curso ministrado pelo Instituto, mas reconhecer-lhe formalmente esse nível mediante parecer deste Conselho.

Não é a primeira vez que o Conselho Federal de Educação é chamado a pronunciar-se sobre o nível de cursos que não se incluem no âmbito de sua competência. Em pareceres diversos o Conselho já reconheceu expressamente o nível superior dos cursos de formação de Oficiais das Forças Armadas. É o caso, portanto, de se aplicar uma jurisprudência. Para isso, devemos examinar a natureza do curso em questão.

A lei criou o Instituto Rio-Branco como "centro de investigações e ensino". Se não fala expressamente de "ensino superior", é fácil de mostrar que os cursos do Instituto possuem todas as características de ensino superior.

De acordo com o regulamento do Instituto, são oferecidos os seguintes cursos:

- I — curso de preparação à carreira de “Diplomata”;
- II — Curso de aperfeiçoamento de diplomatas no Brasil e no Exterior;
- III — cursos especiais;
- IV — cursos de extensão.

Por aí se verifica que são ministrados cursos equivalentes aos que são previstos no artigo 17, da lei n.º 5.540, de 28/11/58, com exceção dos cursos de pós-graduação **stricto sensu**.

O curso de preparação à carreira de “Diplomata” apresenta todas as características de um curso de graduação de nível superior, como a seguir veremos:

1) O ingresso no curso se faz mediante rigoroso exame vestibular, compreendendo Português, Francês, Inglês, História do Brasil, História Mundial e Direito.

2) Os candidatos são recrutados dentre alunos que tenham completado o 2.º ano de curso de graduação de escola superior. Portanto, exige-se mais do que a lei requer para a prestação de concurso vestibular, ou seja, conclusão de escola de segundo grau ou equivalente.

3) A duração do curso propriamente dito é de dois anos. Mas, como todo candidato deve ter concluído a segunda série de curso superior, segue-se que a formação do diplomata compreende quatro anos de estudos superiores.

4) As matérias que compõem o currículo do curso são matérias que figuram em cursos de nível superior. São as seguintes: Política Internacional, Pensamento Político Contemporâneo, Economia, Direito Comercial, Direito Constitucional e Instituições Políticas, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado, Geografia Política e Econômica, Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

Além destas disciplinas são estudadas, Português, Francês e Inglês.

5) O curso é ministrado em quatro semestres. Na execução dos programas são adotados métodos de ensino variados, de acordo com a natureza da matéria e procurando-se, sempre que possível, acentuar os aspectos profissionais e interdisciplinares de for-

mação visada pelo curso. O ensino é exercido mediante aulas de preleção, bem como conferências, seminários, trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupo e visitas a centros de interesse. A frequência aos trabalhos escolares é obrigatória num total de 80%.

O Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Instituto Rio-Branco e ouvida a Comissão de Coordenação, aprova anualmente, o planejamento global do curso, a seriação das matérias, os respectivos programas, o regime didático a ser adotado e o corpo docente.

6) Os professores são escolhidos dentre pessoas de reconhecido saber especializado em sua matéria, segundo se depreende dos respectivos **curricula vitae**, anexados ao processo. Todos eles satisfazem amplamente aos requisitos estabelecidos pelo Conselho para a docência superior.

7) Os programas das disciplinas, por seu conteúdo e por seu nível, atestam claramente que pertencem à categoria de curso superior.

Das análises precedentes evidencia-se o caráter de ensino superior do curso de preparação à carreira de diplomata.

Não se poderiam levantar dúvidas sobre a possibilidade de vir o Conselho a se manifestar a respeito da natureza desse curso invocando-se o artigo 8.º da Lei de Diretrizes e Bases. A propósito do aproveitamento de crédito de oficiais das Forças Armadas para o Curso de Administração assim se pronunciou o Parecer n.º 124/68, da autoria do Cons. Barreto Filho: “Este dispositivo não deve ser lido como uma interdição ao Conselho Federal de Educação e mencionar sequer em suas resoluções as instituições de ensino militar. O que o Conselho não pode é baixar normas sobre este tipo de ensino porque isso está reservado à lei especial. Mas quando o parecer em discussões inclui os diplomados por institutos militares superiores entre os beneficiários do aproveitamento de créditos no curso de Administração está regulando o funcionamento deste último sem afetar, de modo algum, o ensino militar”.

Mutatis Mutandis, estes princípios se aplicam ao caso em questão. Ao pronunciar-se sobre o curso do Instituto Rio-Branco o Conselho apenas reconhece o seu nível superior, o que permite aos diplomados por esse curso gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior.

II — VOTO DO RELATOR

A luz dessas considerações, concluímos que o curso de preparação à carreira de diplomata, ministrado pelo Instituto Rio-Branco é de nível superior e, conseqüentemente, o referido instituto é um estabelecimento de ensino superior.

III — CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Superior, 1.º Grupo, aprova o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 02/08/75.

(a) Newton Sucupira — Pres. e Rel., Lena Castello Branco Ferreira Costa, João Paulo do Valle Mendes, Ruy Carlos de Camargo Vieira, Alaor de Queiroz Araújo, José Barretto Filho.

IV — DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Federal de Educação, em sessão plenária, aprova a conclusão da Câmara de Ensino Superior, 1.º Grupo, decidindo que o curso de preparação à carreira de Diplomata, ministrado pelo Rio-Branco — RJ, é de nível superior, bem como o referido Instituto é um estabelecimento de ensino superior.

Sala Barreto Filho,
em Brasília, DF, 3 de junho de 1975.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DESPACHO DO MINISTRO

Em 5 de junho de 1975

Processo MEC n.º 216.050-75.

Processo CFE n.º 13.335-75.

Parecer CFE n.º 1.842-75.

Nos termos e para os efeitos do artigo 14 do Decreto-lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1969, homologo o Parecer n.º 1.842-75 do Conselho Federal de Educação, decidindo que o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, ministrado pelo Instituto Rio-Branco-RJ, é de nível superior, bem como o referido Instituto é um estabelecimento de ensino superior.

(Publicado no Diário Oficial de 17 de junho de 1975).

PESSOAL

PESSOAL DO INSTITUTO RIO-BRANCO
DE 1945 A 1975

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
DIRETORES		
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly	Embaixador	28-04-1945 a 13-01-1947
Hélio Lobo	Ministro	15-01-1947 a 24-04-1947
Lafayette de Carvalho e Silva	Embaixador	24-04-1947 a 26-01-1956
Antônio Camillo de Oliveira	Embaixador	28-01-1956 a 21-06-1966
Antônio Corrêa do Lago	Embaixador	21-06-1966 a 17-11-1969
Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva	Embaixador	17-11-1969 a 31-07-1972
Frederico Carlos Carnaúba (*)	Ministro	31-07-1972 a 24-05-1973
Alfredo Teixeira Valladao	Embaixador	31-05-1973 a 30-12-1975
Sergio Fernando Guarischi Bath	Ministro	30-12-1975 a
COORDENADOR DE ENSINO		
Raphael Valentino Sobrinho (*)	Secretário	05-07-1973 a 14-10-1974
Adhemar Gabriel Bahadram	Secretário	31-07-1975 a
CHEFES DA SECRETARIA		
Labieno Salgado dos Santos	Ministro	01-09-1945 a 03-06-1946
Jacome Baggi de Berenguer César	Ministro	03-06-1946 a 07-01-1947
João Guimarães Rosa	Secretário	24-01-1947 a 07-08-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*)	Cônsul	01-08-1947 a 31-08-1947
Raul Bopp	Ministro	17-09-1948 a 17-11-1951
Beata Vettori	Conselheiro	17-11-1951 a 30-05-1953
Jayme de Azevedo Rodrigues	Conselheiro	30-05-1953 a 11-11-1953
Antônio Corrêa do Lago	Ministro	11-11-1953 a 01-10-1954
Luiz de Almeida Nogueira Porto	Cônsul	06-10-1954 a 26-05-1955
Vera Regina Amaral Sauer	Ministro	26-05-1955 a 22-08-1962
Arnaldo Rigueira (*)	Secretário	24-09-1960 a 20-12-1960
Hélio Antônio Scarabótolo	Conselheiro	22-08-1962 a 01-08-1964
Arthur Pimenta Valente	Secretário	12-08-1964 a 01-04-1965
Isócrates de Oliveira	Secretário	25-06-1965 a 01-07-1966
Fernando Paulo Simas Magalhães	Ministro	01-07-1966 a 23-12-1966
Othon do Amaral Henriques Filho	Conselheiro	28-12-1966 a 31-05-1967
Oswaldo Barreto e Silva (*)	Conselheiro	01-06-1967 a 31-07-1967
Othon do Amaral Henriques Filho	Conselheiro	01-08-1967 a 12-09-1969
Othon Guimarães	Conselheiro	12-09-1969 a 27-08-1972
José Olympio Rache de Almeida	Conselheiro	27-08-1972 a 05-07-1973
Maria da Natividade Duarte Ribeiro Pelit	Secretário	05-07-1973 a

(*) Em caráter interino.

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
COORDENADOR EM BRASÍLIA		
Arnaldo Rigueira	Conselheiro	24-03-1970 a 30-12-1975
SECRETARIA DO DIRETOR (*)		
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	20-08-1973 a 07-02-1975
Maria Gemina Macedo de Queiroz	Of. de Chancelaria	05-05-1975 a 20-10-1975
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DO IRBR		
Maria Gemina Macedo de Queiroz	Of. de Chancelaria	20-10-1975 a
COORDENAÇÃO DE ENSINO		
Luciola Junqueira	Assistente Comercial	19-03-1973 a 12-09-1973
Ana Maria Teixeira Nunes	Téc. Contabilidade	19-03-1973 a 17-02-1975
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a 20-08-1973
Marina Iliema de Figueiredo Pessoa	Ag. Administrativo	19-03-1973 a
Maria da Glória Pizzi	Ag. Administrativo	23-11-1973 a
Risette da Penha Travassos de Figueiredo	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a 27-08-1974
Sandra Maria Mello Rocha	Of. de Chancelaria	26-03-1974 a
Zuleide de Souza Pessoa	Of. de Chancelaria	19-04-1974 a 12-05-1975
Ilika Vianna de Moura	Of. de Chancelaria	09-10-1974 a
Felicy Ludmilla Wotzasek de Carvalho	Ag. Administrativo	02-01-1975 a
SECRETARIA		
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a
Maria Paletta de Alencar	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a
Therezinha Castro Lima	Contador	19-03-1973 a
Margarida do Nascimento Brito	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a
Esther Guitmann	Of. de Chancelaria	09-10-1973 a
Irene Paternot Rodrigues	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a 01-07-1974
Lúcia Maria do Couto Bastos	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a
Maria Gemina Macedo de Queiroz	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a
Maria Aparecida Fonseca	Ag. Administrativo	28-01-1974 a
Ana Maria Teixeira Nunes	Téc. Contabilidade	17-02-1975 a
Alair da Silva Langsdorff	Ag. Administrativo	02-01-1975 a
Benedicta Izabel Gonçalves	Arquivista	02-01-1975 a 06-08-1975
Lygia Nanni Langsdorff	Of. de Chancelaria	02-01-1975 a 07-11-1975
Maria de Lourdes Almeida Ribeiro	Téc. Contabilidade	02-01-1975 a
BIBLIOTECA		
Heloísa Behring Tonello	Of. de Chancelaria	15-03-1955 a
Laura Moura de Aquino	Ag. Administrativo	02-05-1967 a
Solange Therezinha Vianna de Almeida e Albuquerque	Escriturária	19-11-1971 a
Aída Roca Dieguez	Taquígrafa	02-01-1975 a
Maria Luiza Migliora dos Santos	Bibliotecária	02-01-1975 a 27-06-1975

(*) O cargo de "Secretária do Diretor" passou a denominar-se "Secretário Administrativo do IRBR".

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
PORTARIA		
Wilson Teixeira	Impressor	01-11-1945 a
Ivan Teixeira	Porteiro	01-04-1947 a 22-12-1969
Antônio Jorge dos Santos	Servente	(até 15-12-1961)
Rubens Pereira de Souza e Silva	Porteiro	(até 12-04-1963)
Adilson de Miranda Miguel	Servente	(até 02-12-1963)
Joaquim Francisco da Costa	Servente	De 01-04-1965 a 04-10-1965
Gilberto de Jesus	Servente	(até 02-09-1963)
Waldir Teixeira	Ag. de Portaria	De 17-11-1966 a 31-03-1974
João Francisco Tenda	Impressor	01-09-1971 a
Zeferino Eugênio Filho	Impressor	02-01-1975 a
Funcionários Lotados em Seções e Ocupantes de Cargos Extintos com a Publicação do Regimento Interno da Secretaria de Estado em 15-3-1973		
SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO		
Maria Virgínia Dantas Cavalcanti	Auxiliar	01-09-1945 a 31-12-1945
Ladislau Colaço	Auxiliar	10-11-1945 a 14-11-1945
Jorge Malheiros dos Santos	Auxiliar	05-10-1945 a 13-11-1945
Estevão Botelho	Contador	01-01-1946 a 09-12-1958
Martha Freire Pereira Pinto	Escriturária	06-03-1946 a 12-02-1949
Vera Pereira Correia Costa	Auxiliar	08-07-1946 a 20-12-1946
Manoel Moreira de Barros	Auxiliar	08-03-1946 a 18-10-1946
Ida Lôbo de Brito	Arquivista	08-03-1946 a 01-02-1947
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Of. de Chancelaria	28-11-1946 a 19-03-1973
Maria Paletta de Alencar	Of. de Chancelaria	06-05-1947 a 12-12-1947
Dulce Soares de Oliveira	Datilógrafa	07-03-1957 a 19-03-1973
Ciôtilde Paletta de Alencar	Auxiliar	03-09-1947 a 31-12-1947
Washington Müller dos Reis	Auxiliar	07-11-1947 a 31-05-1951
Iolanda Lúcia Vettori	Auxiliar	21-11-1947 a 05-05-1948
Cecília Leite Carneiro Monteiro	Arquivologista	12-01-1948 a 30-08-1948
Regina Lima de Abreu	Datilógrafa	02-01-1949 a 09-12-1952
Lygia Lima de Abreu	Datilógrafa	25-10-1951 a 16-11-1956
Vera de Pimentel Brandão Corrêa Pinto	Escriturária	01-11-1951 a 31-12-1953
Iris Coelho	Auxiliar	02-01-1953 a 31-08-1955
Silvia Ribeiro Póvoas	Taquígrafa	15-07-1954 a 26-08-1954
Zosh Ivone da Veiga Ferreira Pontes	Aux. Administrativo	26-11-1951 a 01-08-1952
Maria Aparecida de Carvalho Sá	Aux. Administrativo	01-12-1953 a 19-03-1973
Rachel Biasotto Mano	Aux. Técnico Financeiro	01-10-1954 a 13-01-1955
Maria Sylvia de Noronha	Escrevente Datil.	01-10-1954 a 02-09-1955
Ana Maria Teixeira Nunes	Auxiliar	22-08-1955 a 07-03-1960
Luciola Junqueira	Auxiliar	22-08-1955 a 07-03-1957
Laura Moura de Aquino	Datilógrafa	10-05-1962 a 02-05-1967
Ilma Drinkwater de Oliveira Gomes	Aux. de Escritório	05-11-1962 a 31-05-1971
Therezinha Castro Lima	Contadora	20-04-1970 a 19-03-1973
Margarida do Nascimento Brito	Of. de Chancelaria	29-04-1970 a 19-03-1973
CHEFES DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO		
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	12-05-1948 a 18-11-1949
Ayrton Diniz (*)	Cônsul	18-11-1949 a 23-06-1950
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	25-06-1950 a 09-02-1951
Cláudio Garcia de Souza	Cônsul	09-02-1951 a 26-05-1952
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*)	Cônsul	02-04-1951 a 28-05-1951
Marcos Antônio de Saivo Coimbra (*)	Cônsul	28-05-1952 a 27-03-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar	Cônsul	03-06-1953 a 07-04-1954

(*) Em caráter interino.

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
Osires Carneiro Leão (*)	Aux. Administrativo	11-01-1954 a 10-05-1954
José Maria Vilar de Queiroz	Cônsul	07-04-1954 a 10-01-1955
Martha Freire Pereira Pinto	Escriturária	13-01-1955 a 20-01-1959
Arnaldo Rigueira	Secretário	21-01-1959 a 08-03-1961
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Of. de Chancelaria	25-03-1961 a 19-03-1973
SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA		
Marina de Barros e Vasconcelos	Assistente	21-09-1946 a 19-10-1951
Maria Paletta de Alencar	Encar. de Seção	09-10-1951 a 03-01-1955
Rachel Biasotto Mano	Auxiliar	12-12-1947 a 07-03-1957
Zina Arcary	Of. de Chancelaria	03-01-1955 a 12-01-1965
Iika Vianna de Moura	Datilógrafa	01-10-1954 a 31-12-1959
Luciela Junqueira	Of. de Chancelaria	01-11-1956 a 05-08-1965
Ana Maria Teixeira Nunes	Assistente Comercial	08-03-1957 a 19-03-1973
Juraciema Marciano de Amorim	Téc. Contabilidade	07-03-1960 a 19-03-1973
Martha Freire Pereira Pinto	Aux. de Escritório	25-07-1965 a 19-08-1968
Marina Iliema de Figueiredo Pessoa	Of. de Chancelaria	01-03-1969 a 19-03-1973
	Of. de Administração	01-02-1971 a 19-03-1973
CHEFES DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA		
Álvaro Moitinho Neiva (*)	Téc. de Educação	19-05-1948 a 31-12-1949
Marina de Barros e Vasconcelos (*)	Professora	09-10-1951 a 13-01-1955
Rachel Biasotto Mano	Professora	13-01-1955 a 01-04-1965
Ilnah de Figueiredo Lobo	Professora	01-04-1965 a 20-08-1968
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	01-03-1969 a 19-08-1973
SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES		
Astréia Dutra dos Santos	Pesquisador	26-11-1945 a 31-12-1949
Jacy Lobato Alvares	Bibliotecário	10-09-1948 a 10-06-1951
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Of. de Chancelaria	31-11-1948 a 19-03-1973
Osires Carneiro Leão	Aux. Administrativo	19-06-1951 a 26-01-1955
CHEFES DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES		
José Honório Rodrigues	Professor	02-09-1948 a 24-07-1950
Raul José de Sá Barbosa	Cônsul	21-08-1950 a 26-05-1951
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*)	Cônsul	11-05-1951 a 24-09-1951
Claúdio Garcia de Souza (*)	Cônsul	24-09-1951 a 19-01-1952
Flávio Garcia de Souza	Auxiliar	19-01-1952 a 07-01-1955
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Of. de Chancelaria	07-01-1955 a 19-03-1973
COORDENADOR DE CURSOS		
Jorge Alberto de Seixas Corrêa	Ministro	13-05-1969 a 11-07-1972
SECRETÁRIOS DO DIRETOR		
Melilo Moreira de Mello	Cônsul	22-05-1946 a 03-12-1946
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	23-12-1946 a 12-05-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*)	Cônsul	01-08-1947 a 31-01-1948
Ayrton Diniz	Cônsul	12-05-1948 a 23-06-1950
Luiz Benjamin de Almeida Cunha	Cônsul	13-02-1951 a 24-09-1951
Claúdio Garcia de Souza (*)	Cônsul	24-09-1951 a 05-10-1951
Marcos Antônio de Salvo Coimbra	Cônsul	05-10-1951 a 27-03-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar	Cônsul	08-07-1953 a 07-04-1954
José Maria Vilar de Queiroz	Cônsul	07-04-1954 a 25-01-1955
Elza Gomes (*)	Aux. Administrativo	09-02-1956 a 15-05-1957
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Escriturária	16-05-1957 a 24-03-1961
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	25-03-1961 a 19-03-1973
Lucy Soares Carneiro	Taquígrafa	30-03-1970 a 19-03-1973

(*) Em caráter interino.

ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1965 a 1972, 1974/75)

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968)

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (1935).
I — **Atividades Profissionais:** Professor universitário, Advogado e Jornalista. II — **Principais Funções Públicas:** a) Membro da Comissão de Reparações de Guerra, 1945; b) Consultor Especial da Comissão Nacional de Energia Nuclear desde 1961; c) Delegado do Brasil ao Comitê Intergovernamental sobre Responsabilidade Civil da Agência Internacional de Energia Atômica (Viena, 1962); d) Delegado do Brasil e Presidente do Comitê Jurídico da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Washington, 1962; Viena, 1963; Washington, 1963; Buenos Aires, 1964; México, 1967; Rio de Janeiro, 1969 e Washington, 1971 e 1973); e) Delegado do Brasil e "Rapporteur" à Conferência Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (Viena, 1963); f) Delegado do Brasil à 5.ª Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Valparaíso, 1964); g) Delegado do Brasil à II Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); h) Delegado do Brasil na Comissão de Peritos sobre Assistência de Emergência em Caso de Acidente Nuclear da AIEA (Viena, 1965); i) Representante do Brasil no Seminário das Nações Unidas sobre o Apartheid (Brasília, 1966); j) Membro do Tribunal de Arbitragem do Consortium Internacional de Telecomunicações por Satélites (Washington, 1967); k) Delegado do Brasil no Comitê das Nações Unidas sobre Satélites de Comunicação Direta (Nova York, 1969); l) Delegado do Brasil às Conferências do INTELSAT (Washington, 1969 a 1971); m) Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Especializada da OEA sobre Direitos Humanos (San José, 1969); n) Delegado do Brasil às Conferências de Peritos Governamentais sobre Direito Internacional Humanitário (Genebra, 1971/1972); o) Delegado do Brasil à XXII Conferência Internacional da Cruz Vermelha (Teerã, 1973); p) Membro do Comitê da Cruz Vermelha sobre Armas que Causam Sofrimentos Desnecessários e Efeitos Indiscriminados (Genebra, 1973); q) Delegado do Brasil à Conferência Diplomática sobre Direito Internacional Aplicável aos Conflitos Armados (Genebra, 1974/75). III — **Mandato Internacional:** Membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Washington, 1964/1975); Vice-Presidente (1972/1975). IV — **Exercício de Ma-**

gistério: a) Professor contratado de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito (1940); b) Professor Livre-Docente de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1965); c) Catedrático Interino de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1969/1971); d) Catedrático Interino de Direito Constitucional da mesma Faculdade (1967/1968); e) Conferencista nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Santiago, Genebra (Institut des Hautes Études Internationales), Brasília, Pernambuco, São Paulo, Santa Maria e Juiz de Fora, na Pontifícia Universidade Católica e outras Universidades; f) Conferencista da Escola Superior de Guerra, da Escola de Guerra Naval e da ADESG. V — **Outras Atividades Internacionais:** a) Tesoureiro da Inter-American Bar Association (1965/1975); b) Diretor-Geral da Comissão Interamericana de Arbitragem Comercial (1968/1975); c) Presidente da Comissão Brasileira do XXV Aniversário das Nações Unidas (1970); d) Vice-Presidente do Comitê de Direito e Tecnologia dos Computadores da World Peace Through Law Center (1968/1975); e) Membro do Comitê Organizador da Comissão Internacional para Arbitragem Comercial (Paris, 1973); f) Membro do Comitê sobre Regras Uniformes de Arbitragem da UNCITRAL (Londres, 1974). Autor de numerosos livros e trabalhos publicados.

BAHADIAN, 2º Secretário Adhemar Gabriel

(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1974/1975)

(C.P.C.D. — Português e Comunicação Profissional — 1974 — 2º semestre, 1975)

Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (1966). Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1967). Curso de Política Comercial no GATT (1969). Psicólogo pela Universidade Gama Filho (1974). Assistente do Chefe do Escritório Regional no Estado do Rio de Janeiro. Membro da Delegação do Brasil à Conferência Diplomática sobre Tratado de Cooperação em Patentes (1970). Membro da Delegação do Brasil às Reuniões da União de Paris e da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), (Genebra, 1970). Observador do Brasil na V Assembléia-Geral do Centro Interamericano de Administradores Tributários (CIAT), (Rio de Janeiro, 1971). Representante-Suplente do Itamaraty nas Reuniões da Comissão de Empréstimos Externos (CEMPLEX), (Rio de Janeiro, 1972). Delegado do Brasil à III Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Santiago, 1972). Delegado do Brasil ao I Congresso Interamericano Extraordinário de Turismo (Rio de Janeiro, 1972). Representante-Suplente do Itamaraty na Comissão de Seguros de Crédito à Exportação (1972). À disposição do Ministro da Agricultura da Tanzânia (Rio de Janeiro, 1973). Representante-Suplente do Itamaraty no CPA (Conselho de Política Aduaneira), (1972/1974). Membro da Junta Deliberativa do Trigo (1972/1974). Membro do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool (1972/1974).

BAUMGARTEN JÚNIOR, Alfredo Luiz

(C.P.C.D. — Economia — 1968/1969, 1971 a 1975)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1961/1964); Mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (1965/1966). **Cursos de Aperfeiçoamento:** Curso de Produtividade

Industrial (1962) da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Curso de Localização de Empresa (1963); Curso de Desenvolvimento e Planejamento (1963); Curso de Análise de Sistemas pela IBM do Brasil; Assistente de Pesquisa do "Center for International Studies" do "Massachusetts Institute of Technology", com estágio no Departamento de Economia da mesma Instituição (1970). **Experiência Profissional:** Redator do Suplemento Econômico do "Correio da Manhã" de 1963 a 1964; Auxiliar de Economia do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica — Setor de Orçamento e Finanças — e da Assessoria do Gabinete do Ministro da Fazenda, em 1964, tendo participado dos estudos da Reforma Tributária de 1964; Economista do Centro de Estudos Industriais e do Centro de Estatística e Econometria do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1967/1970; Chefe do Centro de Estudos Industriais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1970; Assessor do Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, 1974. **Atividades Docentes:** Professor e Consultor Técnico do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1969; Professor da Cadeira de Planejamento Governamental do III Curso do Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores de Administração (PRONAPA) do Centro de Pós-Graduação da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, 1969; Professor Assistente nas Cadeiras de Macroeconomia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRJ, 1971; Professor Associado do Departamento de Economia do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, desde 1969; Professor da Cadeira de Planejamento Econômico da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. **Comissões:** Representante da Fundação Getúlio Vargas junto ao I e II Congressos de Usuários de Computadores Eletrônicos promovidos pela SECESU, em 1968/1969. Representante da Fundação Getúlio Vargas nas Conferências patrocinadas pela Associação Econômica Internacional sobre o "Papel da Ciência e da Tecnologia no Desenvolvimento Econômico" (Austria, 1971) e "Planejamento de Longo Prazo e Previsão" (URSS, 1972). Autor de diversos trabalhos publicados.

BECKER, BERTHA KOIFFMANN

(C.P.C.D. — Geografia — 1966 a 1975)

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Geografia Política — 1968)

Licenciada e Bacharel em Geografia e História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil. Livre-Docente em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Professora no Curso de Pós-Graduação de Direito e Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas. Chefe de Pesquisas, Conselho Nacional de Pesquisas. Secretária da Comissão sobre Aspectos Regionais do Desenvolvimento, União Geográfica Internacional. Membro da Banca Examinadora no Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1966 a 1975 e na 1.ª Fase (Seleção Prévia) do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967). Membro da Banca Examinadora no Concurso para Livre-Docência na Universidade de Rio Claro, São Paulo (1971). Representante da Seção Regional do Rio de Janeiro no Conselho Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Sócia Fundadora da Sociedade Brasileira de Planejamento. Membro, a convite, da "American Geographical Society". Membro da Delegação Brasileira a vários Congressos Internacionais: Rio de Janeiro (1956), Londres

(1964), México (1966), Nova Delhi (1968), Vitória, Espírito Santo (1971), Montreal (1972) e México (1974, in absentia). Presidente de Sessão no "Population Symposium, XXI International Geographical Congress", Nova Delhi (1968). Relatora da Comissão de "Diretrizes e Prioridades da Pesquisa Geográfica", na II Conferência Nacional de Geografia, Estatística e Cartografia, promovida pela Fundação IBGE (1972). Relatora do Simpósio sobre a "Renovação da Geografia no Brasil", S.B.P.C. (1973). Autora de diversos trabalhos publicados.

BENSON, Daniel Harold

(C.P.C.D. — Francês — 1973 a 1975)

Professor de Letras — "Académie de Clermont Ferrand". Professor de Francês no Liceu "Sarraut" de Hanoi. Professor no Liceu Francês de Kampot (Cambodja). Diretor da Aliança Francesa de Guaiaquil (Equador). Diretor dos Cursos externos da Aliança Francesa do Rio de Janeiro. Diplomado especialista de ensino pelo sistema audiovisual (1964) — "École Normale Supérieure de St. Cloud". Diplomado Assistente Pedagógico (1971).

GIBBON, Virgílio Horácio Samuel

(C.P.C.D. — Economia — 1975)

Formação Profissional — Economista: Formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro — 1971. Mestrado em Economia: Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) — 1974. Doutorado em Economia: Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) — 1974. **Cargos Exercidos:** — Coordenador da Carta Quinzenal — APEC — Análise e Perspectiva Econômica — da APEC Editora S.A. — 1969/72. — Consultor da Assessoria APEC de Estudos Econômicos-ASAPEC — 1971. — Professor da Teoria dos Preços da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) — 1973/74. Autor de diversos trabalhos publicados.

LIMA SOBRINHO, Antônio Estevam de

(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo (Cibernética) — 1971 a 1975)

"Master of Economics Sciences", Universidade de Varsóvia, 1968. Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade de Varsóvia. Especialização em Métodos Numéricos e Algol-60, Instituto de Cálculo Numérico da Universidade de Varsóvia. **Experiência Profissional:** Professor de Econometria da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, 1968/1969. Professor de Planejamento Econômico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, 1969. Professor de Econometria da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1969/1971. Professor de Econometria da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, 1969/1970. Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UEG. Chefe de Pesquisa do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, 1968/1969. Membro do Secretariado Executivo da Comissão do Ano 2000 da Secretaria de Ciências e Tecnologia do Governo

do Estado da Guanabara, 1970. Professor Regente de Pesquisa Operacional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara, 1970/1971. Vice-Diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, 1971. Consultor da S.P.L. — Serviços de Planejamento, 1969/1971. Assessor da Presidência da União de Bancos Brasileiros, 1969/1970. Coordenador da Assessoria Econômica do Conselho da União de Bancos Brasileiros, 1971. Diretor da IBRATA — Indústria Brasileira de Granito, Brita e Derivados Ltda., 1971. Diretor do SERPRO. **Congressos, Seminários e Reuniões Científicas** (participação): Seminário Latino-Americano de Ciências Políticas (Projeto Brasil), Rio, 1969; II Congresso da Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional, Rio, 1970; Simpósio Internacional de Pesquisa Estatística — Amostral e Domiciliar, Rio, 1970. **Associações Científicas de que fez parte:** Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional e Sociedade Cibernética Brasileira. Autor de numerosos trabalhos publicados.

MARINHO, Armando de Oliveira

(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Instituições Políticas — 1974/1975)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso Superior de Guerra — Escola Superior de Guerra do Brasil. **Atividades no Magistério e Culturais:** Professor de Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). Professor de Direito Administrativo na Universidade Gama Filho. Professor Regente da Cadeira de História do Direito Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro da Banca Examinadora do Concurso para Defensor Público do Ministério Público. Membro da Banca Examinadora do Concurso para Juiz Substituto do Estado da Guanabara. Membro da Banca Examinadora do Concurso para Procurador do Estado da Guanabara. Membro da Banca Julgadora da Defesa de Tese da Fundação de Estudos do Mar. Secretário-Executivo do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Secretário da Revista de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Coordenador de diversos cursos sobre Ciência Política e Direito Público da Fundação Getúlio Vargas. **Cargos e Funções Exercidos no Ministério Público do Estado da Guanabara:** Defensor Público. Promotor Substituto. Promotor Público. Curador de Resíduos. Assistente do Procurador-Geral da Justiça. Curador de Justiça. Diretor-Geral da Secretaria-Geral do Ministério Público. Assistente do Procurador-Geral (1973). Conferencista da Escola Superior de Guerra. Conferencista de diversas faculdades. **Comissões no Exterior:** Delegado do Brasil na Reunião da FMANU-ONU (Libéria, 1962). Observador da OEA na República Dominicana (1966). Delegado do Brasil ao Congresso Internacional de Ciência Política (Bruxelas, 1967). Delegado junto ao CLACSO (1971). Delegado do Brasil ao Congresso Internacional de Ciência Política (Montreal, 1973). Autor de numerosos trabalhos publicados.

MELO, Oswaldo José de Campos

(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1975)

I — Curso de Bacharelado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais — (1968). II — Curso de Doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de Paris — (Panthéon-Sorbonne) como bolsista

do Governo Francês (1969/70/71.) III — Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris: dirigido pelo Professor Charles Rousseau e fundado pelos célebres internacionalistas Paul Fauchille e Albert de Lapradelle. Curso de dois anos (1969/70 e 1970/71). IV — Estágio da Academia de Direito Internacional da Haia para a sessão de verão de 1971 dedicada a assuntos de atualidade do Direito Internacional Público. V — Seminário sobre a "Vida e Instituições Americanas" e "Problemas do Desenvolvimento Econômico" na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, como bolsista da Associação Universitária Interamericana — (julho-agosto de 1967). VI — Curso de "Português Superior" (Filologia, Literatura, História Portuguesa) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, como bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian — (julho-agosto de 1970). VII — Chefe de equipe do "Projeto Rondon nº III que atuou na cidade de Tapauá, às margens do rio Purus, na Amazônia (janeiro-fevereiro de 1969). VIII — Assistente do professor Celso de Albuquerque Mello nas disciplinas de Direito Internacional Público, na Pontifícia Universidade Católica, nas cadeiras eletivas de Direito dos Tratados e Organizações Internacionais (1972). IX — Regência de turmas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como assistente do professor Haroldo Valladão nas disciplinas de Direito Internacional Privado e História do Direito (1972). X — Assistente do Professor Miguel Franchini Netto na cadeira de Direito Internacional Público da Faculdade Brasileira de Direito. XI — Auxiliar de Ensino de Direito Internacional Público na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, desde março de 1973, na cátedra exercida pelo Professor Franchini Netto e sob a regência do professor Celso de Albuquerque Mello. XII — Professor titular de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito Estácio de Sá, aprovado mediante parecer do Conselho Federal de Educação, desde 1973. XIII — Professor de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito de Valença — RJ. XIV — Professor da disciplina "Mar Territorial" no curso "Direito e Relações Internacionais — Legislação e Comércio Exterior" do Instituto de Direito Público e Ciências Políticas da Fundação Getúlio Vargas. XV — Professor convidado para os Seminários de Direito Internacional Público (1973/74) e Direito Constitucional (1974) pela Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME).

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1974/1975)

Livre-Docente e Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Juiz do Tribunal Marítimo. Autor de numerosos trabalhos publicados.

MOREIRA, 1º Secretário Marcílio Marques

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965)

(C.P.C.D. — Economia II — 1966)

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966 a 1968)

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional I — 1968)

(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo — 1969 a 1975)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio Rio-Branco, medalha de ouro,

1954. Professor, Substituto, de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito Cândido Mendes, de abril a junho de 1956. Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1956). Diplomado no Curso de Estudos do Sistema Interamericano, da Organização dos Estados Americanos, em 1956. Serviu na Embaixada em Washington, de 1957 a 1963. Assistente do Secretariado da Reunião dos Países Participantes do Sistema de Pagamentos Multilaterais (Rio de Janeiro, 1956). Assessor da Delegação do Brasil à XXV Sessão do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas (Nova York, 1958). Membro da Delegação do Brasil à Conferência sobre o Mercado Comum Europeu (1958). Assessor da Delegação do Brasil à Junta Diretora do Convênio Internacional do Café (Washington, 1959). Participou do Seminário sobre a América Latina (Bloomfield Hills, 1961). M.A. em Ciência Política pela Universidade de Georgetown, Washington D.C. (1963). Diretor-Substituto temporário do Brasil no Fundo Monetário Internacional e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (1961/1963). Assessor-Geral do Departamento de Operações Internacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1963/1965). Delegado-Substituto do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Genebra, 1964). Assessor do Chefe da Delegação do Brasil à 2.ª Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965). Professor de Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento nos Cursos de Bacharelado, Mestrado e Doutorado no Instituto de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1965. Diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, (1968/1975). Diretor-Tesoureiro do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1968/1971). Membro da Comissão Consultiva do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERPHAU —, do Ministério do Interior (1968/1970). Diretor-Presidente da COPEG (1965/1968). Vice-Presidente da União de Bancos Brasileiros (1968). Vice-Presidente do Banco de Investimento do Brasil (1968). Representante do Brasil na "Atlantic Conference" (Caracas — 1972, Taormina — 1974). Membro do Conselho do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE e da COBEC. Diretor do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro.

MULHOLLAND, John

(C.P.C.D. — Inglês — 1952, 1954 a 1957, 1974/1975)

Diretor de Ensino da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (1940 a 1956). Curso para Professores de Inglês do "British Council", Stratford-upon-Avon (1948). Examinador de Inglês do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1950 a 1954 e 1956). Professor de Inglês nos Cursos da Rádio Ministério da Educação. Professor de Didática Especial na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette. Membro das Bancas Examinadoras nos Concursos para Provimento de Cátedra de Inglês no Colégio Pedro II e em colégios oficiais do Estado do Espírito Santo. Membro das Bancas Examinadoras para os Exames de Suficiência para Professores de Inglês realizados nas Faculdades de Filosofia no Rio de Janeiro e em Campinas, SP. Membro da Banca Examinadora em Concurso para Tradutores Juramentados e Intérpretes Comerciais.

NASCIMENTO E SILVA, Embaixador Geraldo Eulálio do

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1946 a 1948, 1956 a 1958, 1961)

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1970 a 1975 — 1º semestre)

Diretor do Instituto Rio-Branco (novembro — 1969 a julho — 1972). Formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (1941). Diplomado pelo Instituto

Rio-Branco nos Cursos de Prática Consular (1945), de História Diplomática do Brasil (1947), de Prática Diplomática (1947) e de História da Formação Territorial do Brasil (1948). Diplomado pela Escola Superior de Guerra (1955). Curso de Extensão da Escola Superior de Guerra (1973). Professor de Direito Consular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1948). Professor do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris "Sorbonne" (1954), Professor de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito "Cândido Mendes" (1956), Professor da Universidade "Pro Deo" de Roma (1958 a 1960), Presidente do Grupo de Trabalho encarregado de proceder aos estudos relativos à ampliação dos cursos do Instituto Rio-Branco (1961). Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, membro da "International Law Association" (1950), da Comissão Brasileira de Direito Comparado, do Instituto de "Derecho Internacional de la Universidad del Litoral" (Rosário, Argentina), do "London Institute of World Affairs" (1962), da "Commission Internationale de Juristes", representante do Brasil no *Præsidium* da "Grotius Foundation" (Munique), associado do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional (1969), associado do "Institut de Droit International" (1973), secretário da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional (desde 1944), diretor do Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (desde 1945). Representou o Brasil na Assembléia-Geral das Nações Unidas (1946); no Conselho e na Conferência da FAO (Roma, 1958/1960); no Conselho Internacional do Açúcar (Londres, 1963/1964); na Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas (Viena, 1961); na Conferência Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo (Londres, 1962); na Assembléia da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (Londres, 1963); na Conferência sobre Relações Consulares (Viena, 1963); na Conferência Internacional sobre Facilidades de Viagens e Transportes Marítimos (Londres, 1964), quando foi eleito Presidente da Conferência; na II Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); na Conferência sobre o Direito dos Tratados (Viena, 1969); na Conferência sobre as Conseqüências Legais da Poluição do Mar por Óleo (Bruxelas, 1969) e na Conferência sobre Apoderamento Ilícito de Aeronaves (Haia, 1970). Como diplomata, serviu em Rosário, Tel Aviv, Roma, Vaticano, Londres e São Domingos. Autor de diversos trabalhos publicados.

PAYNE, Kenneth James

(C.P.C.D. — Inglês — 1961, 1964 a 1968, 1971 a 1975)

St. Catherine's Society, Oxford, 1945/1948. Honours Degree in Modern Languages (Class I). Professor Primário, 1948/1952 e Professor Particular de Inglês, 1952/1954, em Eastbourne. Professor Assistente na Escola de Inglês da Legião Árabe em Londres, 1955/1956, em Amã, na Jordânia, em 1956. Professor Assistente no "The Linguist Club School of English", Londres, 1956/1957. Professor no Curso de Inglês para Professores de Ensino Secundário organizado pela CADES, Ministério da Educação e Cultura, Belo Horizonte, 1958. Professor na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, 1958. Conferencista Titular, junho, 1958. Diretor da filial de Botafogo em 1958/1960. Diretor de Ensino, SBCI, Rio, 1960/1971. Examinador de Provas Oraís para o Diploma "Cambridge" no Rio de Janeiro. Examinador de Inglês dos Exames de Seleção Prévia (1960, 1962, 1963, 1965, 1967 a 1969, 1971), do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1959, 1960, 1962 a 1971), e do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967, 1.ª Fase). Professor Assistente da PUC, 1966/1967. Coordenador de Inglês da PUC, 1968/1969. Professor Associado da PUC, desde 1970. Fundador e Diretor do Curso

"Context", Rio de Janeiro, 1971 em diante. Examinador do Concurso para Tradutores e Intérpretes promovido pela Junta Comercial do Estado da Guanabara e realizado pela Academia de Polícia, janeiro-fevereiro, 1973.

PEREIRA, Antonio Celso Alves

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1975)

Bacharel em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro (1960/64). Doutorado em Direito Público na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Concentração em Direito Internacional Público). Curso de Relações Internacionais na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa como bolsista do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (jan./maio de 1971). Participação nos Seminários sobre Relações Internacionais promovidos pela Academia de Direito Internacional da Haia, Holanda (julho/agosto de 1972). Curso de Direito Internacional Público na Academia de Direito Internacional da Haia, Holanda (julho/agosto de 1972). Selecionado pela O.E.A. para participar de Curso de atualização em Relações Internacionais e Direito Internacional (1/10/74) Coordenação Comitê Jurídico Interamericano, Fundação Getúlio Vargas. **Atividades Profissionais:** Professor de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Cursos oferecidos: Sociologia Política — Comportamento Político — Estruturas Políticas Comparadas e Desenvolvimento Político). — Professor de Política Internacional na Universidade Gama Filho. — Professor de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. — Professor de Política Internacional da Escola de Política e Comércio Exterior da SESAT do Rio de Janeiro. — Professor Titular da Cadeira de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito Estácio de Sá do Rio de Janeiro. — Professor de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Gama Filho. — Ex-Professor de Direito Internacional Público da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. — Ex-Professor de Direito Internacional Público da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. **Conferências Proferidas:** — Ciclo de conferências pronunciadas na Escola de Comando e Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica do Campo dos Afonsos (ano letivo de 1973), sobre Relações Internacionais e Direito Internacional Público. — Ciclo de conferências sobre temas de Política e Direito Internacional na Escola de Comando e Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica do Campo dos Afonsos (ano letivo de 1974). — Conferências sobre "Situação Jurídica do Estrangeiro" no Centro de Estudos Jurídicos Estácio de Sá (julho de 1974). — Ciclo de conferências sobre Política Internacional na Escola Superior de Política e Comércio Exterior da SESAT (abril/maio de 1974). — Ciclo de conferências sobre "Economia Internacional" na Escola Superior de Bancos e Administração Financeira do Rio de Janeiro (março/junho de 1974). **Participação em Reuniões Internacionais:** VIII Congresso do Instituto Luso-Hispano-Americano de Direito Internacional, Lima, Peru (outubro de 1970). XXXVI Aniversário da "Sociedade de Estudios Internacionales" de Madrid (janeiro de 1971). **Associações Profissionais e Científicas:** Membro da "Association des Auditeurs et Anciens Auditeurs de L'Académie de Droit International de La Haye", Holanda. — Membro da "The Indian Society of International Law", New Delhi. — Membro da Ordem dos Advogados do Brasil. Autor de diversos trabalhos sobre Política e Relações Internacionais e de obras literárias premiadas.

PIQUET, Rosélia Périssé da Silva

(C.P.C.D. — Economia — 1975)

1. **Cursos de Nível Universitário:** 1.1 — Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 1.2 — Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual U.F.R.J.). 1.3 — Licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual U.F.R.J.). 2. **Cursos de Aperfeiçoamento em Nível de Pós-Graduação:** 2.1 — Métodos e Técnicas de Pesquisa — Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais — UNESCO — bolsista por concurso. 2.2 — Aspectos Sociológicos do Desenvolvimento Brasileiro — Universidade do Brasil. 2.3 — Metodologia das Ciências Sociais — Universidade do Brasil. 2.4 — Engenharia Econômica e Administração Industrial — Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2.5 — Planejamento Urbano e Regional — Mestrado — Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 3. **Exercício de Magistério Superior:** 3.1 — Professor Assistente de Economia Política da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1961/67). 3.2 — Professor Regente da Cátedra de Economia Política da Faculdade de Filosofia — Universidade Federal do Rio de Janeiro (1967/69). 3.3 — Professor de Economia do Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública (Mestrado) da Escola Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde (1967). 3.4 — Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, aprovada em concurso público realizado em 1969 (1969/70). 3.5 — Professor Assistente do Departamento de Teoria Econômica da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (em exercício). 3.6 — Professor Associado do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 4. **Atividades de Caráter Profissional:** 4.1 — Membro do Corpo de Pesquisadores do Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo participado das seguintes pesquisas (1961/65): 4.1.1 — “Estrutura e Funções dos Grupos Econômicos”. 4.1.2 — “Setores Líderes da Industrialização Brasileira”. 4.2 — Membro do Conselho de Ensino e Graduação (CEG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro como representante da Faculdade de Economia e Administração (1973/74). Autora de trabalho publicado.

RIOS, Hilton Carlos da Silva

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1969 a 1975)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Ex-Assistente Jurídico do Estado de Pernambuco. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Curso de Preparação a Pesquisas Sócio-Jurídicas da Divisão de Ciência do Direito do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco. Antigo Professor Assistente de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Caruaru (Pernambuco). Antigo Professor Titular de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Professor Associado de Direito Internacional Privado e de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

SAMPAIO, Flávio Penteado

(C.P.C.D. — Problemas Econômicos Contemporâneos — 1975)

Títulos Profissionais: Professor — Instituto de Educação “Álvaro Guião” São Paulo. Bacharel em Ciências Sociais, U.S.P. Técnico de Administração — Ministério do Trabalho e Previdência Social. Estudos de Pós-Graduação e Extensão Universitária: — Universidade de São Paulo em “Economia Brasileira e Sociologia Industrial”. — Escola de Sociologia e Política em “Administração” — University of Chicago em “Industrial Education”. — Instituto de Altos Estudos Nacionais e Internacionais — OENG — Nações Unidas: “Relações Políticas e Econômicas Internacionais”. — INDIPO/FGV — “Relações Jurídicas e Econômicas Internacionais”. **Experiência Profissional:** Professor da Escola Industrial “Paulino Botelho” em São Carlos, SP: Geografia Econômica (1939/40). Professor do Instituto de Educação “Álvaro Guião” em São Carlos, SP: Filosofia da Educação (1941/44). Diretor da Escola Técnica Getúlio Vargas, SP (1947/50). Secretário-Executivo da Comissão de Mão-de-Obra do Estado de São Paulo. Introdutor, no Brasil, do Método de Treinamento de Supervisores T.W.I. (1951/52). Consultor da Conferência Interamericana de Educação Profissional, promovida por OEA-OIT — Universidade de Maryland e Ponto IV — USA (1952). Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura — Brasil (1953/54). Superintendente da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial — CBAI (1953/54). Primeiro Diretor e Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (1955/64). Diretor de Campo do Programa Interamericano de Ciências Administrativas — Projeto 105 da OEA (São Paulo) — Santiago (Chile) e Caracas (Venezuela) (1964/67). Consultor da USAID e da “Creole Foundation” sobre Ensino de Administração de Empresas, na Venezuela, para criação do “Instituto de Estudos Superiores de la Empresa” (1963 — 1 mês). Consultor da Fundação Ford e M.E.C. para adaptação do “Engineering Technician” ao Ensino Técnico Industrial no Brasil (1964 — 2 meses). Assessor da Comissão Consultiva de Assuntos Empresariais da ALALC, Montevideu, sobre desenvolvimento de executivos para o sistema empresarial latino-americano (1966 — 1 mês). Consultor da PROJETEC sobre Organização Administrativa para reorganização da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo (1967). Patrocinador da pesquisa e cinco publicações sobre “Administração da Pequena e Média Empresa”, EAESP/OEA-FGV (1966/67). Diretor Nacional FGV do CICOM — Centro Interamericano de Capacitação em Comercialização Nacional e Internacional — OEA-GOB/FGV (1968 até o presente). Professor do CICOM — Empresas Multinacionais e Comércio Exterior da América Latina (1968/74). Professor do IDORT-GB — “Trading Companies” (1972/74). Professor na Escola Brasileira de Administração Pública — FGV — “Comércio Internacional” (1974). **Outras Atividades:** Membro da Comissão Consultiva Nacional de Administração (1953/55). Membro do Conselho Nacional do SENAI (1953/55). Membro do Conselho da Escola Técnica Industrial de SP (1962/63). Membro do Conselho de Administração da Escola de Administração de Empresas de SP (1966 até o presente). Diretor do IDORT-SP (1953/67). Professor de Recursos Humanos do Instituto de Altos Estudos Nacionais e Internacionais da OENG — Nações Unidas, SP (1968). Presidente do IDORT-GB (1972/73). Consultor da Marinha Brasileira em Organização Administrativa (1972/74). **Títulos e Diplomas Honoríficos:** Membro do “Phi Delta Kappa Fraternity”, Univ. of Chicago (1974). Diretor Honorário — “Escuela Superior de Administración de Empresas y Mercadotecnia” — Lima, Peru (1962). Honra ao Mérito — Escola de Administração de Empresas FGV-SP (1966). “Honorary Professor of Business Administration” — Michigan State University, USA (1963). Membro da “International Academy

of Management", CIOS — Genève (1965 — permanente) — "Board of Directors" (1972/75). Diploma e medalha "Nilo Peçanha" — Contribuição ao Ensino Industrial no Brasil — Ministério da Educação e Cultura, Decreto Federal (1969). Membro eleito da Academia Brasileira de Ciências Administrativas (1973 — permanente). **Pesquisa:** "A Profissionalização do Administrador Paulista" — Fundação de Amparo à Pesquisa, SP (1963/64). Administrador de Pesquisa sobre Comercialização de Exportação de Frutos Tropicais e Sucos — MF/FGV/OCDE (1972/74). Administrador dos Programas de Pesquisa do CICOM (1974). Vice-Presidente da Câmara de Pesquisas do CONCEP-FGV (1974). **Imprensa:** Criador da Revista de Administração de Empresas — EAESP/FGV. Colaborador da Revista "Mundo Econômico" — SP. Colaborador da "Revista Econômica" do Jornal do Brasil — RJ. Colaborador da Revista IDORT.

SANTOS, Theophilo de Azeredo

(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1963 a 1975)

Diplomado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Curso de Doutorado da "Faculté de Droit et de Sciences Economiques de Paris". Diplomado no Curso Superior de Guerra, pela Escola Superior de Guerra. Membro do Conselho Superior da ADESG — Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Professor de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. Professor do Curso de Direito Econômico (Doutorado) da Faculdade Nacional de Direito e coordenador do Curso. Professor do Curso de Doutorado da Faculdade Nacional de Direito. Chefe do Departamento de Direito Comercial e do Trabalho da Faculdade Nacional de Direito. Examinador no Concurso para Juiz Substituto da Justiça do Estado da Guanabara. Examinador no Concurso para Defensor Público do Estado da Guanabara. Presidente da Federação Nacional dos Bancos. Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara — SBEG. Presidente da Fundação Escola Nacional de Seguros — FUNENSEG. Presidente da Associação Internacional de Direito de Seguros — Seção Brasil (AIDA). Vice-Presidente da ABEG — Associação dos Bancos da Guanabara. Vice-Presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, Seção Brasileira — CICYP. Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. 1º Vice-Presidente da Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento — ADECIF. Diretor da "International Law Association" — Seção Brasileira. Diretor da "Inter-American Bar Association" — Sede em Washington, USA. Diretor da Academia Interamericana de Direito Comparado e Internacional. Diretor do Comitê Nacional de Direito Comparado. Diretor do Comitê de Contatos Franco-Brasileiros. Superintendente da Sociedade Brasileira de Arbitragem Comercial. Membro da "Society for International Development" — Seção Brasileira. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e do Espaço. Membro da Associação Brasileira de Direito Marítimo. Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos — IBEA. Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Membro do Conselho de Desenvolvimento da PUC. Membro do Conselho Editor da "Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro" — Publicação do Instituto Brasileiro de Direito Comercial Comparado, de São Paulo. Membro Titular do "Instituto Argentino de Derecho Comparado". Redator da "Revista Forense". Chefe da Delegação Brasileira à Reunião dos Governadores FELABAN — Federação Latino-Americana de

Bancos, em 1971 (Bogotá); 1972 (Caracas); 1973 (Bariloche) e 1974 (Tegucigalpa). Chefe da Delegação Brasileira à Reunião com Executivos da Casa Branca, BID, Banco Mundial e OEA, em maio, 1973 (Washington). Chefe da Delegação Brasileira à Reunião do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CICYP) em 1971 (Nova York). Chefe da Delegação Brasileira à Conferência sobre Automação Bancária, em 1971 (México) e em 1972 (Caracas). Chefe da Delegação Brasileira à XVII Conferência da Federação Interamericana de Advogados, em 1972 (Quito). Chefe da Delegação Brasileira à Reunião do Conselho Diretor da Federação Interamericana de Advogados, em 1973 (México). Chefe da Delegação Brasileira à Reunião sobre Investimentos Estrangeiros, realizada pelo CICYP — Conselho Interamericano de Comércio e Produção — Seção Argentina, em 1972 (Buenos Aires). Chefe da Delegação da Guanabara aos Congressos de Bancos: VI, 1964 (Recife); VII, 1969 (Curitiba); VIII, 1971 (Brasília); e IX, 1972 (São Paulo). Chefe da Delegação Brasileira à Reunião dos Bancos Comerciais ALALC, março, 1973 (Santiago). Presidente da XVIII Conferência da Federação Interamericana de Advogados, em 1973 (Guanabara). Presidente do III Congresso Pan-Americano de Direito de Seguros, em 1972 (Guanabara). Membro da Delegação Brasileira à Reunião do Fundo Monetário Internacional. Membro do Comitê Patrocinador da Revista "Derecho de la Integración", do "Instituto para la Integración de América Latina" — INTAL. Membro do Conselho de Representação da Guanabara, no "Projeto Rondon". Membro da Comissão Redatora do Projeto de Código de Obrigações, nomeada pelo Governo Federal. Conferencista do Fórum de Ciência e Cultura (1971/1973), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conferencista da XXXIX Conferência da Associação de Bancos do México (México, 1973). Convidado Especial à Reunião do BID, em Kingston, na Jamaica, abril, 1973. Conferencista do Seminário sobre Projeto de Títulos de Crédito Latino-Americanos, a convite do Instituto de Integração Latino-Americana, em 1970 (Buenos Aires). Convidado Especial e Conferencista do Seminário sobre as Sociedades Anônimas da América Latina, realizado pelo Instituto de Integração Latino-Americana (Buenos Aires). Debatedor do I Seminário sobre Problemas Jurídicos da ALALC, a convite do Instituto de Integração Latino-Americana — INTAL, na cidade de Montevidéu. Representante da Universidade do Estado da Guanabara, no I Congresso sobre o Direito do Mar, em abril, 1972 (Porto Alegre). Membro da Comissão Organizadora da VI Jornada Latino-Americana de Direito Aeronáutico e Espacial. Coordenador do Painei "Financiamento Externo" organizado pela Câmara Americana de Comércio, em 19-7-73, na Confederação Nacional do Comércio. Membro da Comissão de Honra do VII Congresso do Comércio Ibero-Americano, realizado em São Paulo, em 17/19 de outubro de 1972. Convidado Especial e Conferencista do I Congresso Latino-Americano sobre a "Nova Realidade da América Latina e a Empresa Nacional", novembro, 1973. Convidado Especial e Conferencista da Conferência Hemisférica de Seguros, de 11 a 15 de novembro de 1973 (Buenos Aires). Autor de diversas obras publicadas.

SELON, André

(C.P.C.D. — Francês — 1961 a 1975)

Licence-és-Lettres — Sorbonne. Licence en Droit — Sorbonne. Tradutor Juramentado e Intérprete Comercial (1º colocado no Concurso — 1958). Dirigiu o Serviço de Tradução nos seguintes Congressos: Conferência dos Ministros de Economia e Finanças (1954, Rio); Congresso Internacional da União Interparlamentar; Congresso Internacional das Organizações Supe-

riores de Controle de Finanças Públicas (1959, Rio); Congresso Internacional do Pen Club (1960, Rio). Participou, como Tradutor, da II Conferência Extraordinária Americana (Rio, 1965); das Quartas Reuniões Anuais do Conselho Econômico e Social Interamericano (Buenos Aires, 1966); da Terceira Conferência Interamericana Extraordinária (Buenos Aires, 1967); da Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores — OEA (Punta del Este, 1967); da Reunião dos Chefes de Estado Americanos (Punta del Este, 1967); da Conferência do CIES (Buenos Aires, 1967); da OEA (Viña del Mar, 1967); da I Assembléia-Geral da OEA (Washington, 1970); da Conferência sobre Cultura e Educação — OEA (Lima, 1971); da Assembléia-Geral da OEA (São José da Costa Rica, 1971); da Assembléia-Geral da OEA (Washington, 1972); das Conferências da Reformulação do Sistema Interamericano (Lima, junho e novembro de 1973); da Conferência dos Chanceleres — OEA (Quito, novembro de 1974). Dirigiu o Setor Francês de Tradução das seguintes Reuniões Internacionais: Direito Internacional Privado (Panamá, janeiro de 1975); Ministros das Relações Exteriores dos Países Não-Alinhados (Lima, agosto de 1975); Ministros do Trabalho (Guatemala, novembro de 1975); Conferência Portuária Interamericana (México, dezembro de 1975). Professor do Centro Preparatório de Funcionários Internacionais. Adaptação e Narração, em francês, dos filmes. "Brasil Ano 150", "A Transamazônica", "Nossa Senhora da Glória do Outeiro" e "Burla Marx". Ministrou o Curso "Aspectos Sociais da Comunidade Industrial" da Federação das Indústrias de Salvador (Bahia, 1966). Nomeado Conselheiro-Delegado para o Brasil do "Instituto de Ciências del Hombre" de Buenos Aires. Recebeu o Título de Cidadão do Estado da Guanabara em agosto de 1973.

VALLADÃO, Haroldo Teixeira

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1959 a 1975)

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Privado — 1968)

(C.P.C.D. — Coordenador do Departamento de Direito — 1967 a 1970)

Professor Catedrático de Direito Internacional Privado da Universidade do Brasil (Emérito) e da Universidade Católica do Rio de Janeiro (Titular); antigo: Diretor da Faculdade Católica e Vice-Diretor da Faculdade Nacional de Direito e Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro efetivo desde 1924, e Presidente (1944 a 1946) do Instituto dos Advogados Brasileiros. Antigo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1950/1952). Membro, antigo 1.º Vice-Presidente do "Institut de Droit International" e Presidente da Sessão de Nice (1967) do mesmo Instituto. Antigo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1955/1959). Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1961 a 1971). Procurador-Geral da República (1967). Doutor "honoris causa" da Universidade d'Aix, Marseille (1956). Acadêmico da Pontifícia Academia Romana de Santo Tomás de Aquino e de Religião Católica, Seção Jurídico-Econômica. Membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia. Membro da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional. Presidente da Comissão Permanente de Inquérito e Conciliação Chileno-Sueca. Membro da Academia Internacional de Direito Comparado da Haia. Presidente do Comitê Nacional (Brasil) de Direito Comparado. Membro eleito do Conselho Diretor (Comitê Internacional de Direito Comparado) da Associação Internacional das Ciências Jurídicas da UNESCO (1960/1963 e 1972/1975). Consultor-Geral da República (1947/1950). Embaixador-Chefe da Delegação do Brasil à

V Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos (1965). Presidente da Seção Brasileira da "International Law Association". Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Sócio efetivo e orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado, encarregado de cursos em Havana (1945/1959). Professor, em 1952, em 1962 e em 1971, na "Académie de Droit International de La Haye". Presidente da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado. Membro Correspondente da Academia de Ciências Políticas e Sociais da Venezuela. Membro Honorário da Associação Argentina de Direito Comparado. Membro Titular do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. Encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Paris e Rennes (1936) e de Paris, Bordeaux e Tolouse (1949) e, a seguir, conferencista nas principais Universidades, Faculdades e Associações Jurídicas do Brasil, das Américas e da Europa. Embaixador-Chefe da Delegação do Brasil às Conferências de Peritos Governamentais para o Direito Humanitário Internacional, da Cruz Vermelha, Genebra (1971 e 1972). Delegado do Brasil à 12.ª Sessão da Conferência de Direito Internacional Privado da Haia (1972). Chefe da Delegação do Brasil à reunião da Cruz Vermelha Brasileira de Teerã (outubro de 1973). Embaixador-Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado, Panamá (14/30 janeiro de 1975). Autor de numerosos livros e trabalhos monográficos sobre Direito Internacional Privado, Direito Internacional Público, Direito Processual e Direito em geral.

VENANCIO FILHO, Alberto

(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo — 1971 a 1975)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1956). Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro da "American Political Science Association". Assistente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES (1954/1957). Secretário-Executivo da Comissão de Ciências Sociais do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBCEC (1956/1957). Coordenador da Assessoria Técnica da Presidência da República (1961). Assessor da Reunião da Comissão Especial para Programação da Educação, Ciência e Cultura da Organização dos Estados Americanos (1962). Perito participante do Seminário sobre Organização e Administração de Empresas Públicas da Organização das Nações Unidas (Genebra, 1966). Professor da Cadeira de Introdução ao Desenvolvimento Brasileiro da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (1961/1965). Diretor-Executivo do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED) da Universidade do Estado da Guanabara (1966/1968). Colaborador do Relatório sobre o Ensino Superior no Brasil, preparado para o "Council of Higher Education in the American Republics" — CHEAR (1960/1961). Organizador do Plano Inicial da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília — 1960. Autor de diversos trabalhos publicados.

RELAÇÃO DOS EX-PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1947 a 1950, 1952/1953, 1956 a 1958).

AGUIAR, Ministro Sérgio Portella de
(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1968/1969).

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1960 a 1964)
(C.P.C.D. — História das Américas — 1965/1966).

ALEXANDRE, Peter
(C.P.C.D. — Inglês — 1958).

ALMEIDA, Secretário Márcio Fortes de
(C.P.C.D. — Português — 1966 a 1974)
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1967 a 1970)
(Estágio de Formação Correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Orientação Profissional — 1968)

ALMEIDA, Embaixador Miguel Álvaro Ozório de
(C.P.C.D. — Economia Política — 1953/1954, 1961)
(C.E. — Análise Estatística — Análise Macroeconômica — Pesquisa Operacional e Teoria dos Jogos — Coordenador — 1969).

ALMEIDA, Renato Costa
(C.P.C.D. — Português — 1962).

ALVES, Ministro Dário Moreira de Castro
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1968)
(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelarias — 1969 a 1972).

ALVIM, Clara de Andrade
(C.P.C.D. — Português — 1966).

ANDRADE, Dylá Sílvia Navarro de
(C.E. — Prática de Arquivo — 1947/1948).

ARANTES, Tarcísio Barbosa
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).

ARAÚJO, Secretário João Hermes Pereira de
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963).

ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).

AUGER, Jacques
(C.P.C.D. — Francês — 1969 a 1972).

AUSTEN, Mary Veronica
(C.E. — Inglês — 1964).

AVILA, Padre Fernando Bastos de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1957/1958).

BACKEUSER, Everardo
(C.E.X. — Geografia Política do Brasil e da América Latina — 1945).

BAER, Werner
(C.P.C.D. — Economia II — 1966).

BALTHASAR, João da Silva
(C.E. — Taquigrafia — 1967).

BANDEIRA, Pedro Paulo Rocha
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1967/1968).

BARAT, Josef
(C.P.C.D. — Economia I — 1966).

BARROS, Júlio d'Assunção
(C.E. — Direito Administrativo e Contabilidade Pública — 1967).

BATALHA, Secretário Ivan Velloso da Silveira
(C.P.C.D. — Teorias de Política Internacional — 1969)
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).

BATISTA, Secretário Paulo Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1959).

BAUSS, Rudolph William
(C.P.C.D. — Inglês — 1973).

BECKER, Gretchen
(C.E. — Alemão — 1971 a 1974)

BECKER, Martha Ellen
(C.E. — Alemão — 1952/1953).

BENTES, João Ferreira
(C.P.C.D. — Economia — 1970).

BERARDINELLI, Cleonice Serôa da Motta
(C.P.C.D. — Português — 1961 a 1963).

BIER, Secretário Amaury
(C.P.C.D. — Economia II — 1966)
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).

BIRCHALL, Stephen
(C.E. — Inglês — 1966).

BORJA, Célio de Oliveira
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1961 a 1963).

BRAGA, Ministro Pedro de Souza Ferreira Gonçalves
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1949/1950, 1959).

BRITO, Aldemar Hora Dantas de
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1954).

BRITO, Dante de
(C.P.C.D. — Inglês — 1951).

BROWN, Gilbert Clark
(C.P.C.D. — Inglês — 1971/1972).

BRYTYGIER, Guy
(C.P.C.D. — Francês — 1962).

BUESCU, Mircea
(C.P.C.D. — Economia II — 1967/1968)
(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas —
Economia — 1968)
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador dos Seminários
e Conferências — 1969).

BURGOS, Frederico Luiz de
(C.E. — Estenografia — 1948, 1951/1952).

BURKITT, Sara
(C.P.C.D. — Inglês — 1968/1969).

BURNIER, Maria Cândida Penido
(C.P.C.D. — Francês — 1971)
(C.E. — Francês — 1964 a 1967).

CABAL, Embaixador Hélio de Burgos
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1964).

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso
(C.P.C.D. — Português — 1958 a 1960).

CAMPOS, Pedro de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).

CAMPOS, Ministro Roberto de Oliveira
(C.A.D. — Sociologia Política — 1950).

CARBONAR, Secretário Orlando Soares
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967/1968)
(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas —
Política Internacional II — 1968).

CARNAÚBA, Ministro Frederico Carlos
(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1973).

CARNEIRO, Ministro Octavio Augusto Dias
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1952 — Economia Política — 1952/1953)
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1951/1952).

CARNEIRO JÚNIOR, David Antônio da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

CARVALHO, Carlos Delgado de
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1955/1956)
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1956).

CASTRO, Antônio Barros de
(C.P.C.D. — Economia I — 1964, 1966)
(C.P.C.D. — Economia II — 1965).

CASTRO, Ministro Raymundo Nonnato Loyola de
(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1970 a 1972).

CAVAGNARI, Maria Eugênia Corrêa Lima
(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).

CHACEL, Julian Magalhães
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1960).

CHAMOUN, Ebert Vianna
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1959 a 1969).

COLE, Desmond
(C.P.C.D. — Inglês — 1958 a 1960).

COLLOR, Secretário Lindolfo Leopoldo
(Curso Especial correspondente à 3.ª Fase do Concurso de Provas — Política
Internacional — 1963).

CONNEL, Grahah
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).

CONRADO, Secretário Raul
(C.A.D. — Espanhol — 1946).

CORRÊA, Roberto Alvim
(C.P.C.D. — Francês — 1947/1948, 1950).

CORRÊA JÚNIOR, Ministro Manuel Pio
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1951/1952 — Política Internacional — 1959)
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1951).

CORREIA, Marlene de Castro
(C.P.C.D. — Português — 1963 a 1965).

CORTES, Secretário Marcos Henrique Camillo
(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelarias — 1968).

CORTESÃO, Jaime
(C.A.D. — História da Formação Territorial do Brasil — 1946 a 1950).
(C.E.X. — História da Cartografia e Geografia das Fronteiras do Brasil — 1945).

COSTA, Edilberto
(C.P.C.D. — Economia Política — Política Econômica — 1957)
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1957).

COSTA, Secretário João Frank da
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961/1962).

COUCHOUD, Jean Paul
(C.P.C.D. — Francês — 1963).

COX, Melvyn Dennis
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).

CURY, Américo
(C.P.C.D. — Economia Política — 1948 a 1950).

DAROS, Eduardo José
(C.P.C.D. — Economia I — 1965).

DOURADO, Mecnas
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1954)
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1954/1955).

DRUMOND, José Eduardo Pizarro
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1958).

DUARTE, Aluísio Capdeville
(C.P.C.D. — Geografia — 1961).

DUARTE, Secretário Sérgio de Queiroz
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1969).

DURAN, Túlio Hostilio Frederico Arvelo
(C.P.C.D. — Economia — 1970).

ELIA, Hamilton
(C.P.C.D. — Português — 1951, 1953/1959).

EMMERICH, Charlotte
(C.E. — Alemão — 1966).

FALCON, Francisco José Calazans
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1959).

FARIA, Ministro Milton
(C.A.D. — Prática Consular — 1950, 1957 a 1959).

FARO JÚNIOR, Embaixador Luiz Pereira Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1960).

FERNANDES, Cônsul-Geral Mário de Deus
(C.A.D. — Prática Consular — 1943, 1951).

FERRAZ, Sérgio
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1955).

FINN, Patrick James David Gardner
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).

FIORAVANTE, Moacyr Antônio
(C.P.C.D. — Economia — 1963, 1971 a 1974)

FLYN, John Gerard
(C.P.C.D. — Inglês — 1963).

FONSECA, Roberto Piragibe
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1952).

FORRER, Robert L. C.
(C.P.C.D. — Inglês — 1959/1960).

FOX, William Thorton Rickert
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).

FOZ, Alberto dos Santos
(C.P.C.D. — Economia Política — 1951).

FRANCO, Alexandre
(C.E. — Alemão — 1964).

FRANCO FILHO, Secretário Álvaro da Costa
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).

FRAZÃO, Secretário Sérgio Armando
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1951)

FREY, Alexander
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).

GABAGLIA, Fernando Antônio Raja
(C.E.X. — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina — 1945).

GALVÃO, Ivan
(C.A.D. — Italiano — 1946).

GALVÃO, Jesus Bello
(C.P.C.D. — Português — 1952 a 1957, 1960).

GOMES, Ministro Jaime de Barros
(C.P.C.D. — História Social e Política do Brasil — 1952/1953).

GOMES, Henrique de Carvalho
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966)
(C.P.C.D. — Economia II — 1967).

GONÇALVES, Embaixador Roberto Mendes
(C.P.C.D. — Português — 1963).

GRIECO, Secretário Donatelo
(C.P.C.D. — Português — 1951).

GRIFFIN, William James
(C.P.C.D. — Inglês — 1947).

GUERREIRO, Embaixador Ramiro Elycio Saraiva
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1962)
(Curso Especial correspondente à 3.ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1963)
(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969).
(C.P.C.D. — Departamento de Política — Coordenador — 1969).

GUILLOU, Yvonne
(C.P.C.D. — Francês — 1958/1959).

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares
(C.P.C.D. — Geografia — 1952 a 1954, 1957 a 1960)
(Curso Especial correspondente à 3.ª Fase do Concurso de Provas — Geografia — 1963).

GUIMARÃES, José Nunes
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1954).

HENFREY, Norman
(C.P.C.D. — Inglês — 1961).

HERMES JÚNIOR, Ministro João Severiano da Fonseca
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1948, 1950).

HOLLANDA, Guy de
(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1967/1968)
(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — História das Relações Exteriores do Brasil — 1968).

HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de
(C.P.C.D. — Português — 1952, 1957).

JACQUES, Paulino Ignacio
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1966 a 1968).

JACQUIER, Louise
(C.P.C.D. — Francês — 1946 a 1960).

JENNINGS, Ralph Edward
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).

KARIDAKIS, Savas
(C.E. — Francês — 1963/1964).

KELLER, Elza Coelho de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1957).

KING, Bernard Noel
(C.P.C.D. — Inglês — 1969).

KNOX, John
(C.P.C.D. — Inglês — 1946 a 1957)
(C.E. — Inglês — 1952/1953)
(C.E.X. — Inglês — 1953).

KRANC, Piotr Pawel
(C.P.C.D. — Inglês — 1963 a 1965).

KURY, Adriano da Gama
(C.P.C.D. — Português — 1961).

LACERDA, José Cândido Sampaio de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1955 a 1959).

LACOMBE, Américo Lourenço Jacobina
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1949, 1957/1958)
(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — Coordenador — 1967 a 1970).

LAGE, Alfredo Martins
(C.E. — Inglês — 1948).

LAGO, Ministro Antônio Corrêa do
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1954).

LAMY FILHO, Alfredo
(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1960 a 1962).

LANNA, Hélio José da Costa
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

LANTELME, Paulo
(C.P.C.D. — Português — 1957).

LATOUR, Embaixador Jorge
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1956/1957).

LEAL, Hamilton
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1946 a 1959).

LECUYER, Jacques
(C.P.C.D. — Francês — 1961/1962).

LEITE FILHO, João Baptista Barreto
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955 a 1961).

LELLIS, Raul Moreira
(C.P.C.D. — Português — 1956).

LEME, Og Francisco
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

LEMOS, Augusto Jefferson de Oliveira
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

LIED, Helmut
(C.E. — Alemão — 1964).

LIMA, Alceu Amoroso
(C.P.C.D. — Economia Política — 1947)
(C.A.D. — Sociologia Política — 1948).

LIMA, Carlos Henrique da Rocha
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1950, 1953 a 1957).

LIMA, Ministro Paulo Tarso Flecha de
(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1971/1972).

LINHARES, Bruno Mattos
(C.P.C.D. — Economia I — 1965)
(C.P.C.D. — Economia II — 1965)
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965).

LINHARES, Maria Yedda Leite
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1957).

LOBO, Ministro Hélio
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática — 1946).

LODGE, Ian Dennis
(C.P.C.D. — Inglês — 1967).

LOPES, Helga de Godoy
(C.E. — Alemão — 1972/1973).

LOPES, Secretário José Ferreira
(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1970).

LOPES, Desembargador Miguel Maria de Serpa
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1960).

MADEIRA, Marcos Almir
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1952).

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1958)
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1958).

MANGABEIRA, Francisco
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953).
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1956).

MANTOVANELLI NETO, Obertal
(C.E. — Análise Macroeconômica — 1969/1970).

MARINHO, Secretário Ilmar Penna
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946).

MARTINS, Marco Antônio Campos
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969)
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).

MELLO, José de Campos
(C.P.C.D. — Economia Política — 1949).

MELLO, Embaixador Rubens Ferreira de
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1958).

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).

MENDONÇA, Mário Alexandre Campos
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1969).

MÉRIGOUX, Pierre
(C.P.C.D. — Francês — 1967).

MESQUITA, Embaixador André Teixeira de
(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática I — 1970 a 1972).

MIRANDA, José Luiz Silveira
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966).

MONTEIRO, Clóvis do Rêgo
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1949).

MONTEIRO, Secretário Márcio Rêgo
(C.P.C.D. — Economia I — 1963)
(Curso Especial correspondente à 3.^a Fase do Concurso de Provas — Economia — 1963 — Política Internacional — 1963).

MOREIRA, Laura de Barros
(C.E.X. — Praxes Sociais e Diplomáticas — 1951).

MORTARA, Marcella
(C.A.D. — Italiano — 1948, 1950).

MOTA, Secretário Benedito Rocque da
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1955).

MOTTA, Petrônio
(C.P.C.D. — Português — 1946).

MOURA, Secretário Heitor Pinto de
(C.P.C.D. — Português — 1962/1963).

MURPHY, Alan James
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).

NABUCO, Gustavo Schmidt
(C.E. — Leitura Dinâmica — 1968).

NASCENTES, Antenor
(C.P.C.D. — Português — 1946).

NEVES, Ministro Adolpho de Camargo
(C.E.X. — Prática Consular — 1945).

NOGUEIRA, Júlio
(C.E. — Português — 1947/1948).

NORONHA, Secretário Sérgio Seabra de
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1970).

NOVELLI, Flávio Bauer
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1964/1965).

NUNES, Amaro Ventura
(C.E. — Português — 1967).

ONIGA, Teodoro
(C.E. — Análise Estatística — 1969/1970)
(C.E. — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — 1969/1970).

OUCHKOFF, Oleg
(C.E. — Russo — 1964 a 1966).

PACHÁ, Sérgio de Carvalho
(C.E. — Português — 1964).

PAIVA NETTO, Jacintho Francisco
(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).

PARAÍSO, Hamilton Prisco
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1960).

PAULA, Tacariju Tomé de
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).

PEARSON, Christopher
(C.P.C.D. — Inglês — 1961/1962).

PEDROSA, Mário
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955).

PEREZ, David José
(C.A.D. — Espanhol — 1948, 1950).

PIMENTEL, Maria de Lourdes
(C.E. — Criptografia — 1947).

PINHEIRO, Conselheiro João Baptista
(C.P.C.D. — Economia Política — 1953 — Política Econômica — 1952 a 1954)
(C.E.X. — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional — 1952)

PINHO, José Wanderley de Araújo
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1957).

PINTO, Luiz Fernando da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

POLZIN, Cônsul-Geral Alfredo
(C.A.D. — Prática Consular — 1954 a 1957).

PÔRTO, Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953)
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1954).

PÓVOAS, Sílvia Ribeiro
(C.E. — Datilografia — 1948).

PRADO, Eugênia Damasceno Vieira
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1958).

QUEIROZ, Secretário José Maria Vilar de
(C.P.C.D. — Português — 1964).

RAILLARD, Georges Léopold
(C.P.C.D. — Francês — 1960).

RENAULT, Adrien
(C.P.C.D. — Francês — 1963 a 1969).

REZENDE, Omar Vieira de
(C.E. — Prática de Correspondência e Comunicação — 1947).

RIBEIRO, Darcy Rodrigues Lopes
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1958).

RIBEIRO, Secretário Jorge Carlos
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1971/1972).

RIBEIRO, Pedro Freire
(C.P.C.D. — Política Mundial Contemporânea — 1947 a 1953).

RIOS, José Arthur
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).

RODRIGUES, Embaixador Jaime Azevedo
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1961)
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961)
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1953)
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1960).

RODRIGUES, José Antônio Gonçalves Amaral de Figueiredo
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

RODRIGUES, José Honório
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946 a 1949, 1956).

RODRIGUEZ, Ministro Carlos Calero
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1954/1955, 1963/1964).

ROUANET, Secretário Sérgio Paulo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967).

SÁ, Hernane Tavares de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).

SÁ, Jayme Magrassi de
(C.P.C.D. — Economia Política — 1955 a 1957 — Política Econômica — 1954 a 1957)
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1954 a 1957).

SANTOS, Ezio Távora dos
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964/1965).

SANTOS JÚNIOR, Carlos
(C.P.C.D. — Economia II — 1963).

SCARABÓTOLO, Ministro Hélio Antônio
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963 a 1966).

SCHLIEPER, Ernesto Oto Carlos
(C.E. — Alemão — 1972/1973).

SETTE, Secretário Luiz Paulo Lindenberg
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961).

SILVA, Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e
(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática II — 1968 a 1972).

SILVA, Secretário Bernardino Raimundo da
(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1971).

SILVA, Fernando Antônio Rezende da
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).

SILVA, Hélio Schlitter
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1958 a 1964).

SILVA, Jacyr Heronville da
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969).

SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — 1948).

SILVA, José Luiz Werneck da
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1965/1966).

SILVA, Paulo César Machado da
(C.P.C.D. — Inglês — 1948/1949).

SILVA, Conselheiro Rinaldo de Carvalho e
(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1968/1969).

SILVA, Roberto Barbosa da
(C.P.C.D. — Português — 1953).

SILVA, Ministro Ruy Barbosa de Miranda e
(C.P.C.D. — Prática Consular — 1963 a 1966).

SIMONSEN, Mário Henrique
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961)
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1962)
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador — 1967 a 1969).

SOARES, Secretário João Clemente Baena
(C.P.C.D. — Português — 1964/1965).

SOARES, Pedro Paulo Martins
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

SOUZA, Senador José Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1951).

SOUZA, Alberto Mello e
(C.E. — Análise Macroeconômica — 1969/1970)
(C.E. — Análise Estatística — 1969/1970).

STERNBERG, Hilgard O'Reilly
(C.P.C.D. — Geografia — 1946 a 1958).

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos
(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1969 a 1973).

TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1959).

TENÓRIO, Desembargador Oscar Accioly
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946 a 1958).

THIELEN, Maila Karen
(C.E. — Alemão — 1966).

TRIGUEIRO, Embaixador Oswaldo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1960).

TURTUR, Hermann
(C.E. — Alemão — 1963/1964).

VALENTINO SOBRINHO, Secretário Raphael
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1968)
(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas —
Direito Internacional Público — 1968)
(C.P.C.D. — Direito Constitucional — 1969 a 1973)
(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969)
(C.P.C.D. — Problemas Econômicos Contemporâneos — 1969 a 1974)
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1974).

VARZEA, Afonso
(C.E.X. — Geografia Econômica do Brasil e da América Latina — 1945).

VASCONCELLOS, Cônsul Dora Alencar de
(C.A.D. — Prática Consular — 1952).

VASCONCELLOS, Marina de Barros e
(C.P.C.D. — Francês — 1951 a 1954)
(C.E. — Francês — 1948).

VIANA, Hélio
(C.A.D. — História Diplomática — 1950).

VIEIRA, José Maria Gouveia
(C.P.C.D. — Economia I — 1963)
(Curso Especial correspondente à 3.ª Fase do Concurso de Provas — Eco-
nomia — 1963).

WEINSCHENCK, Conselheiro Guilherme
(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática I — 1968/1969).

WEISS, Arthur Bernardes
(C.P.C.D. — Geografia — 1963 a 1965).

WHITFIELD, Margaret Ann
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).

WOOD, F. G.
(C.P.C.D. — Inglês — 1961 a 1963).